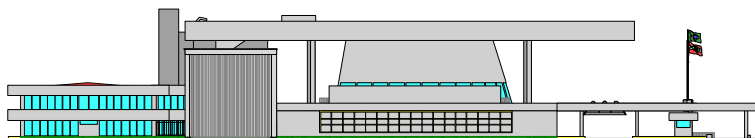


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 18 DE MARÇO DE 2010

NÚMERO 6.148

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merísio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes – Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
José Natal Pereira
Manoel Mota
Carlos Chiodini
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos – Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Derli Rodrigues
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli – Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Derli Rodrigues
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Jean Kuhlmann – Vice-Presidente
José Natal Pereira
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Adherbal Deba Cabral
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Carlos Chiodini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Derli Rodrigues
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig – Vice-Presidente
Marcos Vieira
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Edison Andrino
Derli Rodrigues
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Giancarlo Tomelin
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes – Vice-Presidente
José Natal Pereira
Carlos Chiodini
Adherbal Deba Cabral
Ismael dos Santos
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Cézar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Antônio Aguiar
Elizeu Mattos
Derli Rodrigues
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Prof. Odete de Jesus -Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2148
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 017ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 16/03/2010.....2
Ata da 002ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 16/03/2010.....12
Ata da 018ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 17/03/2010...19

Atos da Mesa

Atos da Mesa.....32

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria39
Ata de Comissão Permanente.....
.....39
Aviso de Licitação39
Portarias39
Projetos de Lei41
Projeto de Resolução42
Redações Finais42

PLENÁRIO

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Ozair Polaco - Professora Odete de Jesus - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Fala sobre viagem a Joinville.
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Reporta-se ao edital da Celesc.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende os praças e critica o governo estadual.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica o governo estadual.
DEPUTADO OZAIR POLACO (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Otacílio Costa.

Partidos Políticos

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Refere-se à mobilização do PMDB.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Ressalta as obras do governo estadual no planalto norte e em toda Santa Catarina.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Requer a suspensão da sessão para oitiva do Sinte.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Apoia solicitação do Sinte para manifestação de representante no plenário.
DEPUTADO JAILSON LIMA - Comenta visita da comissão de Saúde a hospital de Joinville.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se aos trabalhadores da Educação; fala sobre audiência pública da Celesc a ser realizada.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Manifesta-se em favor do Magistério.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solicita que o PMDB reconsidere posição com relação à oitiva do Sinte.
DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Apela ao PMDB para rever posição com relação à oitiva do Sinte.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Reconsidera posição com relação à oitiva do Sinte.

DEPUTADO DIRCEU DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Três Barras.

Ordem do Dia

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Questiona a Presidência sobre PLC 0528/2009.
DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Esclarece ao deputado José Natal dúvidas com relação ao PLC 0528/2009.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita inversão de pauta.
DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Pede esclarecimentos sobre a tramitação do PDL 0001/2010.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao PDL 0001/2010.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao PDL 0001/2010.
DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao PDL 0001/2010.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao PDL 0001/2010.
DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao PDL 0001/2010.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Declara o voto favorável ao PDL 0001/2010.
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao PDL 0001/2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sr. deputado dr. Jailson Lima, demais deputadas integrantes da mesa, srs. deputados, sras. deputadas, amigos que nos acompanham e imprensa falada, escrita e televisada, queremos dizer que para fazer a inscrição para falar em primeiro lugar temos que pular cedo da cama e ser um dos primeiros a chegar para se inscrever, porque a disputa desta tribuna é muito grande. Graças a Deus que todos os deputados são muito atuantes, e cada um quer expor a sua trajetória e dar uma panorâmica dos lugares que visitam. E temos que dizer que, se não estamos aqui no plenário, estamos fazendo visitas e atendendo às solicitações dos diversos segmentos da sociedade.

Mas na quinta-feira da semana passada uma delegação de deputados esteve no município de Joinville, e venho à tribuna para esclarecer alguns equívocos. Nós fomos fazer a tal diligência em dois hospitais e por pouco v.exas. não tiveram três funerários aqui, faltou pouco! Quando chegamos ao Hospital Municipal São José, fomos no Pronto-Socorro, pois tínhamos uma denúncia no 4º andar. E quando entramos no elevador, convidamos o diretor para que entrasse conosco. Éramos 12 pessoas, e o número permitido para ocupar o elevador era 14. Então, poderiam entrar até mais duas pessoas.

Quero agradecer, de público, ao deputado corajoso Kennedy Nunes. Ele não está aqui agora, mas teve muita coragem mesmo! Ficamos mais ou menos 30 minutos presos dentro daquele elevador, sem ar. Eu fiquei até preocupada, porque aquele elevador poderia cair, e os senhores sabem que uma queda seria fatal. Além disso, não se conseguiu sinal para falar no celular. E o deputado Kennedy Nunes foi quem nos salvou. Ele foi muito corajoso ao colocar a sua cabeça naquele espaçozinho para poder mexer num parafuso, deputada Ada De Luca, e abrir a porta do elevador.

Gostaria de dizer aos senhores que não fomos atrás da imprensa. Eu fui com a assessora, a Tânia, que me acompanhou, mas ela não tem prática para bater uma foto, pois não é assessora de imprensa! O meu assessor de imprensa ficou. A Tânia não conseguiu manusear direito a máquina para bater uma foto! Portanto, eu não mandei foto nenhuma para a imprensa!

Quero dar uma resposta ao diretor que pagou uma matéria no jornal para falar mal dos deputados: falou mal desta deputada, que estava trabalhando, do deputado Kennedy Nunes e do deputado Darci de Matos.

Nós estávamos em três deputados e fomos cumprir uma agenda oficial, uma

vez que o presidente da comissão, deputado Genésio Goulart, passou a responsabilidade para esta deputada ir representá-lo.

E quero dizer mais: eu não pago para sair no jornal e na TV! Eu saio por mérito, pelo trabalho que realizo! Mas foi paga uma matéria no jornal *A Notícia*. Se v.exas. quiserem conferir - porque eu não sou criança e não venho aqui para falar bobagem - é o jornal *A Notícia* do dia 13, que tem uma matéria paga. E, pelo que eu pude observar, ela diz que os deputados queriam aparecer.

Mas queremos deixar bem claro aos senhores que, conforme a nossa cara na foto, estamos fazendo caretas de medo, de pânico etc. etc. O deputado Darci de Matos, que não é feio - ele é um deputado de boa aparência -, fez até uma careta na foto.

Então, fomos exercer o nosso papel. Vamos emprestar o jornal a v.exa., mas, por favor, depois devolva-nos porque ele vai para o nosso arquivo.

Queremos dizer que fomos fazer a nossa visita. E o que nos deixou descontentes foi o diretor do hospital ainda ter que falar bobagem. Desconfio que foi porque entramos no 4º andar e encontramos aquela área interditada. E lá poderíamos colocar algumas macas e abrir para que a população pudesse ter acesso.

Então, queremos dizer que vamos voltar a dar uma resposta à população joinvilense, sim. Nós vamos, agora, reunir a comissão e completar o nosso relatório. Temos que dar uma resposta à população!

Eu também visitei vários setores do Hospital Regional, e a diretora Ana Maria Jansen expôs todas as transformações sofridas pelo hospital.

Eu gostaria de lhes passar numa outra oportunidade detalhes dessa visita, porque a diretora nos levou à UTI, e eu já estava contente com o que estava presenciando. Posso afirmar que a ampla UTI do Hospital Regional é uma referência e é maior do que a UTI do Hospital de Caridade.

Pude observar que está havendo uma excelente administração. Fizeram uma panorâmica das inovações, e como exemplo cito o telhado que tinha problema e que hoje está sendo restaurado.

Um médico me falou que antigamente, há muito tempo, pingava água, e o hospital fedia, mas hoje dá gosto de se ver. O hospital está aberto à população, é um hospital bonito. Este é o governo do dr. Luiz Henrique da Silveira!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Lício Mauro da Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, vamos abordar um assunto que consideramos extremamente delicado, referente à Celesc. Trata-se do edital de 12 de março de 2010, que é um acinte à sociedade catarinense.

(Passa a ler.)

"Novamente o governo convoca uma assembleia extraordinária para os acionistas das Centrais Elétricas de Santa Catarina para o último dia de governo, se for encaminhado conforme previsto, dia 31 de março, exatamente no apagar das luzes da atual gestão.

Sabe-se perfeitamente que haverá, nesse ínterim, uma série de movimentações no governo, inclusive a provável renúncia do

governador para concorrer ao mandato de senador.

Pois bem, o edital, desconhecido até segunda-feira, dia 15 de março, pelo presidente e pelos diretores da Celesc Distribuição, é de origem da *holding* e tem por finalidade a reforma administrativa estatutária.

Pela exiguidade do tempo de que disponho aqui, vou ater-me a comentar apenas os itens 3 e 4 do referido edital.

Item 3

Altera a Seção I - Do Conselho de Administração, estabelecendo requisitos para o cargo, reuniões mensais do conselho, possibilidade de reuniões não presenciais e regras para desempenho e alteração do valor de alçada para assinatura de contratos."

Nunca vi isso na minha vida! Reuniões não presenciais. Isso é um absurdo! Os Conselhos de Administração vão-se reunir *on-line*? Vão discutir dessa forma assuntos importantes para a sociedade catarinense? Coisas que devem ser discutidas cara-a-cara? Essa forma de agir vem de encontro aos interesses da sociedade de Santa Catarina.

Deputado Sargento Amauri Soares, como diz o caboclo, por trás desse mato tem jaguatirica.

Regras para desempate. Desempatar o que, se o governo tem a maioria? Ora, só se essa ampla maioria faltar a uma assembleia, aí logicamente poderá haver um empate! Mas sempre há o risco da elaboração de regras para modificar algo que venha ao encontro dos interesses do estado.

Vou comentar o item 4.

(Continua lendo.)

"Item 4.

Inclusão de Artigos - Seção II Diretoria: criação de um comitê específico no conselho para a seleção dos candidatos a diretor das empresas. Critérios para avaliação dos diretores frente ao futuro contrato de gestão."

Ora, criação de um comitê específico para seleção das empresas? Para quê? Se já existe lei específica para o caso: a Lei n. 13.570, de 22 de novembro de 2005, aprovada nesta Casa por unanimidade! Um projeto enviado pelo governo do estado. E agora querem jogar no lixo essa lei atendendo ao sei lá o quê, a não ser assuntos obscuros.

(Continua lendo.)

"Autoriza o chefe do Poder Executivo do estado a promover a reorganização administrativa, técnica e societária das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., que dispõe sobre o Acordo dos Acionistas e sobre o Contrato de Gestão da Celesc e adota outras providências."

No anexo I, da referida lei - Acordo dos Acionistas - Celesc.

Item 2 - Exercício do direito de voto em relação à condução da gestão da companhia. Detalha em seus subitens, dentre outros, a composição do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e define os critérios de competência técnica e profissional dos diretores executivos e o perfil profissional do presidente, a forma de indicação e o quórum para a eleição.

O subitem 2.5 diz que o Conselho de Administração elegerá os diretores executivos entre nomes a serem apresentados com base em critérios de competência técnica e profissional notoriamente reconhecida, com ampla experiência e ilibada reputação, devendo os cargos ser preenchidos da seguinte forma:"

E ainda diz que eles querem mudanças. Querem mudar, com que interesse eu não sei!

(Continua lendo.)

"a) O diretor-presidente terá o perfil de um profissional experiente, de competência técnica notoriamente reconhecida e será indicado pelo acionista majoritário;

b) Para o preenchimento dos cargos da Diretoria Executiva, abaixo identificados, serão apresentados ao diretor-presidente em listas triplíplex específicas para cada uma das vagas sendo: I) três listas triplíplex para representantes do acionista majoritário para a indicação do diretor econômico-financeiro e de relações com investidores, do diretor jurídico-institucional e do diretor técnico; II) uma lista triplíplex formada por representantes dos acionistas minoritários para indicação do diretor de gestão corporativa;

c) O cargo de diretor comercial é indicado ao presidente pelos empregados, nos termos do presente acordo de acionistas, sendo escolhido através de processo eleitoral, cuja regulamentação deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração."

Por isso não há necessidade de comitê específico para a escolha de diretores. Comitê específico para quê, meu Deus do céu? Há alguma coisa por trás disso, ao apagar dessas luzes.

Há certas indicações e contratos com profissionais que não dá pra entender. Para que a contratação de assessores de fora da empresa, como o dr. Toro e o dr. Welso, que têm motorista, carro, salários bons, se dentro da empresa há profissionais competentes, gabaritados, reconhecidos nacional e internacionalmente? E cito o dr. Aldo Schumacher, dentre outros.

Portanto, senhoras e senhores, esse edital não tem razão de existir, pois ele cheira mal, apesar de o governo ter afirmado várias vezes aqui no plenário que não privatizaria a Celesc e que não passaria por esta Casa Legislativa qualquer tentativa nesse sentido.

A verdade é que a cada dia que passa aparece uma coisa diferente para tirar o sono dos empregados da Celesc, dos empresários que precisam da energia elétrica para o desenvolvimento de suas empresas e dos catarinenses, que não querem essa empresa privatizada e nas mãos de abutres que só olham o lucro pessoal. A Celesc sempre prestou um serviço social para o povo catarinense e deverá continuar a serviço dos catarinenses.

E digo mais: por que a Cemig está interessada em vir para cá? Assinaram um convênio, mas esse convênio é de prestação de serviços e de troca de experiências. Mas será que lá na frente eles não vão querer comprar as ações da Previ? Aliás, já se manifestaram a favor! Com que intenção eles vêm?

Sabe-se perfeitamente que a Cemig hoje é uma estatal com um fôlego muito grande, que cobra tarifas altas de toda a população, tarifas essas que estão *sub judice*. Vejam só a Copel, meu Deus do céu, aqui ao lado, no Paraná, já está querendo engolir a Celesc.

Será que não temos pessoas competentes dentro do nosso estado? Será que o governo não tem alguém competente para gerir essa empresa? Por que será que essa empresa sempre está nas páginas da imprensa, tendo sua imagem deteriorada?

Isso é incompetência! No mundo tudo gira em torno do ser humano. Quando o ser humano quer construir uma empresa, ele constrói, quando quer construir uma sociedade, ele constrói.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Valeu, deputado Lício Mauro da Silveira, todo o povo catarinense entendeu o seu recado, com certeza.

Inscrito para falar o sr. deputado Sargento Amauri Soares, do PDT, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, especialmente as pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital ou diretamente neste Parlamento na tarde de hoje.

Quero cumprimentar de forma muito carinhosa o sr. Arnoldo, que é agricultor da localidade de Faxina Vila Nova, em Ituporanga. Tivemos a satisfação de conhecê-lo recentemente naquela cidade vizinha de Imbuia e queremos agradecer a sua presença aqui no Parlamento, acompanhando os trabalhos legislativos e conchecendo cada vez mais a política catarinense.

Sr. presidente, estivemos na última quinta-feira, depois da última sessão, no final da tarde e começo da noite, em Ibirama, no Alto Vale do Itajaí, visitando um companheiro adoentado, o subtenente Nilton Eugenio Nazari, da reserva remunerada, aposentado da Polícia Militar, na sua residência.

Ele não está mais internado, está em casa. Fomos com um grupo de companheiros e companheiras visitá-lo. Ele é um dos 18, e na semana passada eu falei em 15, excluídos da Polícia Militar, expulsos pelo governador do 15. São 18, e o subtenente Nilton Eugenio Nazari, quem conheci como terceiro-sargento na cidade de Rio do Sul, é um deles. Na ocasião eu era um jovem soldado, recém-saído da agricultura. Ingressei na Polícia e o então terceiro-sargento Nilton Eugenio Nazari foi um dos meus instrutores, principalmente na prática da Polícia Militar. Uma pessoa sempre alegre, vivaz, ativa, sempre participante do trabalho policial militar, dos eventos sociais e dos eventos da instituição Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Agora estava aposentado, mas continuava o mesmo homem vigoroso, alegre, falante, sempre disposto a ajudar, contribuir e participar. Foi excluído da Polícia Militar, depois de 30 anos trabalhando pela sociedade catarinense no alto vale do Itajaí. Foi expulso agora, em plena vigência da Lei n. 12.191, a Lei da Anistia. E lamentavelmente não é mais, ou pelo menos por hora, aquele cidadão, aquele companheiro, aquela pessoa alegre, forte e ativa. Emagreceu 10kg e está, inclusive, com paralisa facial em virtude de problemas de saúde, de depressão e outros problemas de saúde que o afetam.

Tentamos manter a calma. Às vezes as pessoas dizem que criticamos demais, que batemos muito forte desta tribuna e em outros microfones por aí afora. Mas eu conheci o subtenente Nazari ao longo desses últimos 25 anos e até recentemente, no final do ano passado e é difícil vê-lo como está hoje, com dificuldade para conversar, para falar.

Estiveram lá e estão aqui também outros companheiros. Ali estão quatro dos excluídos da Polícia Militar. Como man-

termos a calma? Como pegar mais leve? "Soares, tens que pegar mais leve". Como pegar leve vendo um governador vingativo, rancoroso? O que um comandante com sentimento bestial de vingança está fazendo com tantos companheiros pelo estado a fora? Como manter a calma, indo lá visitar e saindo da casa do subtenente Nilton Eugenio Nazari, na cidade de Ibirama, depois de ele ter trabalhado 30 anos? São 30 anos arriscando a sua vida tantas vezes para defender cidades do alto vale do Itajaí. E hoje está naquela condição por um capricho bestial e estúpido de poucas pessoas. Que acabem os seus mandatos! Pareciam eternos, mas não são, eles vão embora daqui a pouco.

A nossa homenagem ao subtenente Nilton Eugenio Nazari e a todos os perseguidos, injustiçados, por essa sanha violenta de homens que ainda têm a petulância de falar em estado democrático de direito. O conceito deles de estado democrático de direito é igual ao de Golbery do Couto e Silva, de Garrastazu, para ficar mais claro, aquele, o Médiçi. Essa é a concepção de estado democrático de direito do comandante-geral da Polícia Militar e de algum grupinho em torno dele, de bruxos que nunca foram trabalhar na rua e que estão dentro daquele QG estragando a Polícia e de um procurador-geral do estado, Sadi Lima.

O governador Luiz Henrique combateu, segundo ele, a ditadura. No começo eu achava que era exagero, deputado Joares Ponticelli, a questão do Dops do começo da sua carreira. Mas cabe-lhe perfeitamente a função de agente do Dops por vários anos, lá no começo da carreira.

Crueldade, vingança, bestialidade, estupidez! Infelizmente não consigo encontrar palavras mais macias para definir a situação que estamos vivendo em nosso estado. Mas há de prevalecer a verdade, a justiça, a lei federal aprovada quase que por consenso na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que está valendo neste país e que os outros oito estados já estão cumprindo, mas que o comandante-geral da Polícia Militar ignora olímpica e criminosamente, porque o dr. Sadi Lima com cara, jeito e conteúdo de Golbery do Couto e Silva assinou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Por enquanto foi Sadi Lima quem assinou. Não ganharam a liminar que pediram e a Lei da Anistia vige no Brasil inteiro. Santa Catarina quer ser uma província independente que não cumpre uma lei federal?

Bom, Luiz XV anda por aí com as suas vontades monárquicas e absolutistas. Nós temos uma alegria: o dia deles passará. Apesar de você hoje, Luiz Henrique, amanhã haverá de ser outro dia! Vale para o comandante-geral também e para outros tal e qual. O estado de Santa Catarina vai inverter essa situação, porque não é possível que aquilo que vale para todos os outros estados da federação, que vale para o Brasil inteiro, não valha para o estado de Santa Catarina, porque Sadi Lima assinou uma adin!

Este governo inteiro está *sub judice*! Por que só a lei que beneficia os praças não é cumprida? Por que o coronel Eliésio pediu e Sadi Lima assinou uma adin? É essa a república que vivemos e que vale no estado de Santa Catarina?

Voltaremos a este e a outros assuntos em seguida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Ada De Luca, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, público que participa da nossa sessão na tarde de hoje, tenho acompanhado, deputado Sargento Amauri Soares e deputado Polaco, o noticiário dos últimos dias. Chama bastante atenção essa polêmica toda da prévia, da não prévia de Dário Berger, de Eduardo Pinho Moreira, de Luiz Henrique, que volta de mais uma turnê internacional sem resultado nenhum para Santa Catarina, como tem feito dezenas de vezes ao longo deste mandato. É metrô de superfície, barco voador e tantas outras promessas que continuam só na cabeça do governador.

Estou começando a suspeitar que tudo isso é um jogo, porque quando eles sentem que o espaço na mídia está diminuindo, começam, para chamar atenção do uso da máquina. Pasmé, deputado Jailson Lima! O que nós estamos lendo, ouvindo e assistindo são declarações de membros do governo acusando outros colegas de estarem usando a máquina para favorecer a candidatura de "a" ou "b" na prévia. Parece-me que na reunião de ontem, segundo o que a imprensa noticiou sem muitos detalhes - mas soubemos por pessoas que estavam no encontro -, que por pouco alguns não foram às vias de fato, deputada Ana Paula Lima, com termos pouco republicanos como: mentiroso, estás usando a máquina em favor do candidato "a" ou: não, és tu que estás usando em favor do candidato "b".

Há notícias de outro que se não puder usar a máquina deixa a secretaria porque vai trabalhar para o candidato "x". É uma situação de colocar o camburão na frente e dizer para irem embarcando e recolhendo, porque é confissão de crime o que está na imprensa. É confissão de crime! É a irmandade se estranhando e auto-denunciando-se pelo uso da máquina para favorecer a candidatura de "a" ou "b".

Mas estou começando a suspeitar, deputada Ana Paula Lima, que toda essa presença na mídia e esses fatos que estão sendo criados é coisa muito bem pensada, é coisa planejada, não só com vistas à escolha do candidato ou à eleição que se aproxima, mas para tirar o foco da cobrança das centenas, das milhares de promessas já feitas por sua excelência, que está com os dias contados para deixar o governo e não dá satisfação nenhuma sobre o que deve.

Tenho aqui, deputado Sargento Amauri Soares, e v.exas. devem ter recebido, o expediente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde, estadual e privado, de Florianópolis e região, o Sindaúde, que encaminha mais uma vez para este Parlamento a pauta reivindicatória que há muito tempo não é cumprida.

Temos aqui a pauta da Segurança Pública, a do Magistério, que está reunido do outro lado da praça, a do pessoal da Agricultura, a dos esquecidos, aposentados e servidores públicos estaduais aposentados, que estão à míngua, que já não conseguem nem falar, coitados, porque nesses sete anos de mandato de sua excelência, o imperador Luiz Henrique, tiveram 1% de reposição e R\$ 100,00 de abono.

Parece que essa briga toda que está sendo armada é um grande circo, não tenha dúvida disso, deputado Sargento Amauri Soares, porque no fim eles estarão todos juntos, perfilados, para tentar manter-se no poder a qualquer custo. Parece-me que tudo isso é combinado para, por exemplo, sua excelência não dizer antes do dia 3 de abril, o dia anunciado da renúncia, o que fará ou o que deixará encaminhado com essas demandas, pois são muitas. Enquanto isso, continuam acontecendo negócios de alto valor no governo como, por exemplo, a terceirização da merenda escolar.

Estive sexta-feira com o procurador da República, Celso Três, em Tubarão, e ele ficou impressionado com a coragem, com a voracidade e com a rapidez do governo em aumentar a despesa com a merenda escolar em mais de R\$ 100 milhões, a toque de caixa. E sua excelência está indo embora sem falar nada sobre isso, sem falar para os militares sobre a Lei n. 254, sem falar para os civis sobre o plano de cargos e salários, sem falar para o magistério sobre a equiparação com o salário do professor de Joinville, sem falar dos R\$ 550 milhões de precatórios que não pagou ao longo do seu governo, deputado Sargento Amauri Soares, enquanto a governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, decretou que aquele estado, cumprindo a Emenda Constitucional n. 62, pague este ano R\$ 210 milhões de precatórios vencidos. Lá também há muitos anos não se pagam precatórios. E ela já comunicou, decretou e reservou R\$ 210 milhões para pagar os precatórios. Mas aqui nenhuma notícia ainda!

O estado deve o referente à meia arrecadação; portanto, dá para fazer um cronograma de pagamento, porque a receita de Santa Catarina, para nossa alegria, e graças, repito, ao bom comando do secretário Antônio Gavazzoni e do envolvimento dos funcionários da secretaria da Fazenda, vem batendo recordes mês a mês, está ultrapassando a casa de R\$ 1 bilhão a cada mês. Mas os servidores do estado estão com toda essa demanda reprimida de perda inflacionária, de planos de carreira que não passaram do discurso, de leis aprovadas simplesmente neste Parlamento e que nada produziram de concreto. E agora temos essa herança maldita que o próximo governador receberá de R\$ 550 milhões de dívidas de precatórios para pagar as pessoas, deputado Gênesio Goulart, que estão morrendo à espera desse dinheiro, porque v.exas. sabem que até o cidadão obter o direito pleno, transitado em julgado, leva anos, deputado Sargento Amauri Soares, leva muito tempo para fazer a discussão judicial, sobe e desce escada de fórum, recorre, contesta, isso tudo leva tempo. E quando o servidor adquire esse direito, muitas vezes ao final da sua carreira, depois de aposentado, com uma idade avançada, às vezes já está com uma doença grave e com seus dias contados.

Srs. deputados, muitos, ao longo desses sete anos do governo Luiz Henrique da Silveira, padeceram, sucumbiram, partiram dessa vida e não conseguiram receber aquilo que levaram uma vida inteira para garantir e para assegurar. Meio bilhão é a herança que sua excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira, vai deixar para o seu sucessor. E não há nenhuma resposta sobre isso, nenhuma satisfação.

Por isso, precisamos inverter essa pauta, porque não tenham dúvida de que

essas acusações de uso da máquina, dessa aparente disputa que se apresenta na imprensa, é um jogo combinado para quem vai picar a mula sem pagar os compromissos que assumiu em campanha e durante o governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ozair Polaco - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ozair Polaco.

O SR. DEPUTADO OZAIR POLACO - Quero cumprimentar o nosso presidente, deputado Jailson Lima, as sras. deputadas, os srs. deputados e registrar com muita alegria a presença de meus amigos do município de Otacílio Costa, que estão nesta Casa hoje: vereador Amadeus Boaventura Pereira, que é o primeiro vereador da nossa cidade, do PP, deputado Joares Ponticelli, do seu partido, pela terceira vez reeleito vereador; ex-vereador Zani, do Democratas, e também o dr. Júnior Frutuoso, um jovem advogado que vem fazendo um grande trabalho e que futuramente queremos colocar na política, pois tenho certeza de que será um grande político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Rogério Mendonça, por até dezesseis minutos.

Enquanto o deputado Peninha se dirige à tribuna, quero registrar a presença da ex-vereadora Kátia Müller, da cidade de Ituporanga, que hoje reside em Tijucas. Ela foi presidente da Câmara Municipal e é uma grande representante do Partido dos Trabalhadores.

Seja bem-vinda! Temos orgulho de tê-la não apenas como representante do partido, mas também como uma grande mulher do alto vale, que nos representou em Ituporanga.

Com a palavra o sr. deputado Rogério Mendonça, nosso correligionário de território.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - É verdade, deputado Jailson Lima, quero saudar o amigo que preside esta sessão, conterrâneo do alto vale do Itajaí, da mesma forma que a deputada Ada De Luca e demais deputados aqui presentes. Quero saudar também a ex-vereadora Kátia, da cidade de Ituporanga, agora morando no vale do rio Tijucas, mas que sem dúvida fez um belíssimo trabalho na Câmara de Vereadores.

Venho utilizar o horário do meu partido, o PMDB, para fazer referência à mobilização que o partido está fazendo com vistas à sua pré-convenção do dia 27 de março. É um dos poucos partidos que têm essa tradição de consultar seus delegados e seus filiados para escolher o nome do seu candidato. E se analisarmos a história do PMDB, verificaremos que isso já aconteceu outras vezes. Por exemplo, quando Jaison Barreto foi candidato a governador pelo PMDB, teve que disputar prévias, naquela época, contra Pedro Ivo Campos. E Jaison ganhou, sim, nas prévias para o governo do estado. O nosso partido, o PMDB, foi para o momento seguinte unido e fez uma campanha que naquela época não ganhou por outros fatores. Todos conhecemos a

história da política catarinense e sabemos exatamente o que aconteceu.

Em outro momento, Pedro Ivo Campos foi candidato a governador, mas antes disso teve que disputar as prévias contra o nosso governador Luiz Henrique da Silveira. Naquela época Pedro Ivo foi vitorioso nas prévias e posteriormente ganhou as eleições para o governo de Santa Catarina. Fez um governo que até hoje está em nossa lembrança, pela seriedade, pela honestidade e pela forma de administrar o estado de Santa Catarina.

Tivemos outro momento semelhante, quando Paulo Afonso era governador e tentava a reeleição. Naquela oportunidade disputou prévias contra o nosso candidato de hoje, Eduardo Pinho Moreira, que perdeu as prévias, mas no momento seguinte apoiou Paulo Afonso Vieira. E é importante que se diga que nunca houve divisão em nosso partido. Sempre após as prévias o partido se uniu, as lideranças que participavam das prévias ficaram no partido, disputaram em outra eleição e consolidaram sua liderança.

Vejam que o próprio Pedro Ivo perdeu as prévias para Jaison Barreto, mas apoiou seu companheiro, foi candidato a senador, mas também foi governador em outra eleição. Da mesma forma, Eduardo Pinho Moreira participou contra Paulo Afonso. Não foi bem sucedido, mas teve seu momento, foi vice-governador e governador de Santa Catarina e hoje está aí disputando as prévias novamente. Quando Luiz Henrique disputou contra Pedro Ivo, perdeu as prévias, mas depois teve oportunidade de ser governador do estado de Santa Catarina por duas vezes.

Portanto, deputado Antônio Aguiar, meu líder, meu companheiro, deputado que faz um brilhante trabalho na região do norte do estado de Santa Catarina, tenho certeza de que pelo seu trabalho, pela sua liderança, retornará a esta Casa na condição de um dos deputados mais votados na história de Santa Catarina.

Por isso, tenho certeza de que essas prévias que estão acontecendo é a melhor coisa que poderia ter acontecido ao nosso partido. Colocou o partido na mídia. É verdade! E é por isso que o deputado Joares Ponticelli está aqui com uma ponta de ciúmes, de inveja, ao ver o PMDB aparecer em toda a mídia de Santa Catarina, jornais e televisão, e seus candidatos com condições, sim, de ganhar mais uma eleição.

Portanto, entendemos a mágoa desse deputado e sabemos que a sua candidata nada, nada e morre na praia, como tem acontecido com os seus candidatos sistematicamente. Nossos candidatos, como estava dizendo, além de estarem na mídia, estão, hoje, numa condição privilegiada, porque tanto Dário Berger quanto Eduardo Pinho Moreira têm a oportunidade de debater, discutir e colocar suas propostas, suas ideias. Em um partido a democracia é construída com ideias, com debate, com participação e essa, sem dúvida, é a história do PMDB.

O nosso partido, deputado Antônio Aguiar, que teve um papel fundamental para a derrubada da ditadura no Brasil, após a redemocratização deste país já participou de sete eleições e foi vitorioso em quatro. Das sete disputadas, o PMDB ganhou quatro, o PT duas e o Democratas uma. Assim sendo, temos uma história na construção da democracia e na construção deste país e com certeza teremos ainda um

papel importante nessas eleições, após a definição do nosso candidato.

Tenho certeza de que estamos buscando a continuidade da aliança com os outros partidos que estão conosco, com os outros partidos que nos estão apoiando, mas, acima de tudo, acredito que o nosso candidato chegará ao governo do estado, seja ele Dário Berger ou Eduardo Pinho Moreira.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Com muita alegria, concedo um aparte a v.exa., que, como disse, na condição de líder do nosso partido, reconduzido que foi à liderança, faz um brilhante trabalho nesta Casa e representa, com muito orgulho, os seus eleitores, a sua gente, o povo do planalto norte de Santa Catarina. É, pois, uma satisfação ouvi-lo, deputado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de saudar v.exa., deputado Rogério Mendonça, pré-candidato a deputado federal, e parabenizá-lo pelo trabalho que faz em nosso estado, na Assembleia Legislativa, trabalho esse reconhecido por todos os deputados.

Entendo que a região em que v.exa. atua é onde as obras acontecem, pois nunca na história de Santa Catarina foram feitas tantas obras como no governo de Luiz Henrique da Silveira. E essas obras acontecem através do Fundo Social, um grande projeto que aprovamos nesta Casa. Os contribuintes depositam o dinheiro na secretaria da Fazenda, a qual repassa para os municípios e para as SDRs, que são as secretarias que fazem a ponte do governo Luiz Henrique da Silveira com o cidadão lá na ponta.

As pessoas que não fazem obras são as que ficam reclamando dos projetos dos outros, são pessoas incompetentes que não merecem crédito. Nós temos certeza de que estamos governando com o povo e por Santa Catarina, fazendo com que as obras que só aconteciam no litoral subam para o planalto norte e para as demais regiões. Antes as obras só ficavam em Florianópolis, mas agora acontecem no planalto norte, no oeste, no sul, enfim, no interior de Santa Catarina.

Ainda nesta semana inauguramos o ginásio de esportes da Escola Gertrudes Müller, no município de Canoinhas, o ginásio de esportes da Escola Colombo Salles, em Três Barras, a unidade prisional de Canoinhas, além de mais três obras, perfazendo mais de R\$ 6 milhões investidos com reconhecimento popular. Governo se faz com obras, com trabalho, com dedicação, dedicação essa que caracteriza a equipe do governo Luiz Henrique da Silveira em toda Santa Catarina, fazendo com que o planalto norte seja, sim, contemplado por este governo.

Por isso acreditamos que na próxima eleição, após as prévias do partido, estaremos com o candidato do PMDB nas ruas e o povo de Santa Catarina irá consagrá-lo, com certeza.

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Por gentileza, amigos, gostaria, em nome da democracia, de cumprimentar todos os companheiros do Sinte presentes nas galerias, mas ao mesmo tempo quero solicitar um pouco de silêncio e respeito aos parlamentares que se estão pronunciando.

Os nossos agradecimentos!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Deputado Antônio Aguiar, v.exa. tem razão, pois já percorri todo o estado de Santa Catarina e tenho orgulho disso. Sou oriundo de uma empresa pública, na condição de engenheiro agrônomo, a Acaresc, depois Empasc e agora Epagri e tenho orgulho de ser um deputado da base do governo.

Nunca fui eleito pelo capital financeiro, por recursos financeiros de grandes empresas e não represento nenhum grupo financeiro. Tenho orgulho de dizer que não represento nenhum grupo, mas o povo, a população da região do alto vale do Itajaí, do vale de Itajaí, do vale do rio Tijucas, da região oeste e do planalto norte. Muitas regiões eu tenho orgulho de representar! E ao andar por toda Santa Catarina percebi que há um reconhecimento muito grande das pessoas de que nunca na história um governo fez tanto. Inclusive, tenho ouvido testemunhos de prefeitos do PP, de lideranças do PP e de diversos partidos, em muitas oportunidades, em momentos públicos, elogiando o governador Luiz Henrique da Silveira e o seu governo, numa demonstração de que é um governo que está dando certo, e prova que deu certo é que foi reeleito.

Na minha região, no alto vale, deputado Antônio Aguiar, antes de Luiz Henrique assumir o governo tínhamos muitos municípios sem acesso asfáltico. Em Leoberto Leal e em Imbuia não havia asfalto e hoje aqueles municípios têm acesso asfaltado: a ligação do município de Ibirama com o de José Boiteux está asfaltada; a ligação de Witmarsum a Vitor Meireles está asfaltada; a ligação da BR-470 com o município de Mirim Doce está praticamente pronta; a ligação da SC-302 com o município de Chapadão de Lajeado está asfaltada. Além disso, praticamente todas as escolas foram beneficiadas com obras e ações na minha região. E há o reconhecimento das ações deste governo.

(Manifestações das galerias)

Por isso tenho muito orgulho de dizer que faço parte de um governo que é realizador. E com certeza a região do alto vale e todas as regiões que represento reconhecem o bom trabalho que Luiz Henrique da Silveira, primeiramente com Eduardo Moreira, depois com Leonel Pavan, está fazendo à frente de Santa Catarina.

Também tenho dito que o mesmo compromisso que tenho com Luiz Henrique até o final do mês, quando haverá de entregar a administração do estado para Leonel Pavan, terei com o próximo governador até o final do seu governo, porque tenho certeza da sua continuidade.

(Manifestações das galerias)

Sr. presidente e srs. deputados, tenho orgulho de ser um democrata e o que estamos vendo aqui são atitudes antidemocráticas. Vocês, que defendem a democracia, estão demonstrando que são antidemocratas e que, portanto, não merecem o nosso apoio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Gostaria, em nome da Presidência, de pedir a compreensão das pessoas do auditório, no sentido de ficarem em silêncio para que os deputados possam fazer seus pronunciamentos.

(Manifestações das galerias)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, com todo respeito aos meus colegas parlamentares, mas um governo não se faz só de obras, um governo se faz com as pessoas. Portanto, nada mais justo do que essas pessoas estarem aqui reivindicando um direito que é delas.

(Palmas das galerias)

Como o dia 16 de março é o Dia da Mobilização Estadual do Magistério na Defesa da Educação Nacional, eu peço, sr. presidente, em nome da democracia, um espaço de dez minutos, depois do horário dos Partidos Políticos, para que um dirigente dos professores em nível estadual faça uso da tribuna, que é tão democrática, para que possa manifestar-se em nome desses homens e mulheres que têm a responsabilidade de fazer a educação das crianças e dos adolescentes do estado de Santa Catarina.

Então, em nome da democracia, solicito a todos os líderes um tempo de dez minutos para que possamos ouvir a voz desses profissionais respeitados de todos os cantinhos do estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, como também já havíamos nos comprometido com alguns líderes do movimento, solicitamos um tempo de dez minutos para que eles possam pronunciar-se. Afinal de contas, esta é a Casa do Povo e como tal tem que permitir que o povo se manifeste, porque está muito claro que os deputados da base do governo não estão com os ouvidos na rua, porque esse é o clamor da rua.

Nós temos dito aqui, diariamente, que o clamor das ruas é diferente desse que os deputados da base vendem neste plenário, é diferente do que a propaganda oficial do governo vende. O clamor das ruas é um clamor de justiça salarial, é um clamor de pagamento das promessas de campanha, é um clamor pelo fim da negociata, pelo fim da maracutaia que está acontecendo, por exemplo, com a merenda escolar: um crime lesa-pátria.

Por isso a nossa bancada, a bancada progressista, associa-se a esse pleito dizendo que é justo que se conceda à representação do Sinte um tempo de dez minutos, para que possa falar a todas as pessoas aqui presentes, principalmente para quem anda surdo pelas ruas, para quem diz que ouve tanto, mas não está ouvindo o clamor da população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esclareço aos srs. deputados Joares Ponticelli e Ana Paula Lima que é assim que é procedido em todos os demais requerimentos de cessão de espaço aos representantes de entidades.

Encerrado o horário dos Partidos Políticos, esta Presidência submeterá aos srs. líderes dos partidos o requerimento verbal feito pelos dois deputados. E se houver concordância de todos os srs. líderes, como é praxe nesta Casa, não teremos nenhum problema em abrir o espaço. Como é um requerimento verbal e não escrito, no momento oportuno isso será submetido aos líderes e havendo concordância dos deputados será aberto o espaço.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar todos os companheiros do Sinte e dizer que gostaria que vocês tivessem 13 minutos para falar e não somente dez, mas, de acordo com o Regimento Interno, serão apenas dez minutos.

Quero cumprimentar também o presidente do Partido dos Trabalhadores, companheiro José Frisch, que oficialmente assumirá no próximo sábado, mas que já está deliberando em nome do partido.

Na hora em que eu presidia a Mesa solicitei o devido silêncio para que o deputado Rogério Mendonça pudesse fazer uso da tribuna, porque aqui dentro fazemos um debate democrático. Temos as nossas divergências partidárias, as nossas divergências na leitura do momento político, mas cada um tem um lado e não preciso dizer a vocês quais foram as posições do PT até o presente momento. Mas quero resgatar o momento em que o deputado Rogério Mendonça usou a palavra, porque o tenho como um grande representante do povo catarinense.

Mas este ano é um ano de eleições e essa garra que vocês estão demonstrando nas galerias é fundamental também durante o pleito eleitoral. É importante que haja determinação, disciplina e força para mudar, para que não continuemos ouvindo vaias e manifestações desse tipo, para que os próximos governos efetivamente façam as mudanças que devem ser feitas, principalmente na Educação, área na qual acho que há um débito importante, como também na Segurança Pública.

Mas me cabe aqui fazer um pronunciamento em nome do partido, resgatando um pouco a visita que a comissão de parlamentares desta Casa fez em Joinville.

Procurou-nos aqui o diretor do hospital, que é médico - eu sou médico e não pude estar presente -, solicitando um espaço na comissão de Saúde para se pronunciar. Eu disse que é importante que as pessoas se manifestem quando se sentirem injustiçadas, porque às vezes o elevador dá mais notícias do que outra coisa. Realmente andar num elevador representa certo risco e digo isso até porque fiquei preso no elevador da Celesc há 15 dias.

Mas voltando ao hospital, eles querem resgatar um pouco do que está sendo feito nele há 40 anos. Alguns médicos estiveram aqui e eu me senti sensibilizado porque sei como funciona a saúde. Eles disseram que no primeiro ano o governo do município aprovou R\$ 18 milhões para um hospital de 40 anos, no qual um dos dois elevadores está fechado há dois anos.

Foi detalhado aqui que o 4º andar, conforme anunciado há pouco pela pastora e deputada Professora Odete de Jesus, que havia sido reformado no governo passado, deputada Ana Paula Lima, até então não havia recebido a aprovação da Vigilância Sanitária para o seu funcionamento. Por isso é que estão reformulando e reformando o 4º andar que está desativado.

Mas se imaginarmos que o Hospital Municipal São José em um ano recebeu R\$ 18 milhões para quitar dívidas com fornecedores - e ainda tem R\$ 6 milhões -, e que agora comprou, depois de dez anos, a pastilha de cobalto usada em

tratamento de radioterapia, em tratamento oncológico... Há dez anos não era trocada e o município bancou essa troca.

Se imaginarmos que... E, pelos dados que nos passaram, de que o Hospital Municipal São José, que tem 196 leitos e 14 leitos de UTIs, fez 1.100 cirurgias, deputado Kennedy Nunes, e de que um hospital do estado, que tem 247 leitos e 20 leitos de UTI, fez apenas 350 cirurgias, vemos que há alguma coisa errada, considerando o montante de leitos do estado disponível e o montante de leitos de UTIs. E informaram-me que no final do ano caiu todo o teto da UTI e que ela teve que ser interditada há 30 dias. E não saiu nada em jornais.

Se imaginarmos que aquele hospital tinha perdido o contrato de transplante de órgão com o governo federal por falta de prestação das suas contas, e que no ano passado o município bancou todo o custeio dos transplantes de órgãos, nós temos que reconhecer que, mesmo havido problema no elevador, que mesmo tendo havido problemas no quarto andar, que está sendo reformado... E ao ler na imprensa deu a impressão de que era o 4º andar que estava cheio de lixo e servindo de depósito.

Esse hospital tem tido uma resolutividade maior do que o hospital do estado.

Eu não quero fazer aqui um *mea-culpa* de quem está certo ou errado. A Assembleia, através da comissão de Saúde, cumpriu com o seu papel. E acho que devemos abrir aqui esse espaço para que a secretaria de Saúde do município de Joinville, que, queira ou não, tem feito um trabalho exemplar no ponto de vista de avançar, reconhecendo que ainda há muito por se fazer...

Portanto, faço aqui essa defesa pública como profissional de saúde que sou e como deputado do Partido dos Trabalhadores que sou, reconhecendo os avanços que têm acontecido na saúde, uma vez que tenho acompanhado os comparativos do passado com o que está sendo feito nesse presente momento.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Concedo um aparte ao deputado Kennedy Nunes, que estava acompanhando a comissão de Saúde e segundo a pastora deputada Professora Odete de Jesus, ele foi o salvador da pátria, porque parece que puxou lá do elevador os companheiros presos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sr. deputado, só gostaria de lembrar de uma coisa. Sei que v.exa. já foi prefeito de Rio do Sul e entende muito bem de saúde pública. Mas lá em Joinville nós temos gestão plena, e a gestão plena diz que quem manda é o município. Se está havendo essa questão de desigualdade no número de cirurgias, só temos que lembrar que o Hospital Regional é referência em traumatologia e os hospitais recebem por todas as ações e questões que são feitas lá. Se o Hospital Municipal São José fez mais de mil cirurgias, enquanto o Regional só fez 300, o Hospital Municipal São José faturou mais.

Com relação ao 4º andar, diga-se aqui de passagem que o governo anterior, de Marco Tebaldi, inaugurou e não a colocou para funcionar porque, se o fizesse, a instalação hidráulica iria pingar em cima do centro cirúrgico. Erro dele! Agora, é erro também do governo atual, que ficou 15 meses sem fazer absolutamente nada.

O lixo estava lá, mas ninguém colocou o lixo lá e ninguém quebrou o elevador. E a minha primeira pergunta, como membro da comissão, ao dr. Tomio Tomita, quando entrei lá, foi a seguinte: "Arrumaram o elevador, dr. Tomio?" Porque dias atrás o jornal trouxe uma matéria dizendo que uma mulher estava há 15 dias internada esperando por uma cirurgia ortopédica e que na hora marcada a operação não foi realizada porque o elevador estava quebrado. Então, a minha primeira pergunta foi esta: "O elevador está funcionando, dr. Tomio?" Ele me respondeu que sim, desde a semana passada. E o que aconteceu? Quebrou! E não foi por excesso de peso, porque o limite era de 14 pessoas e nós estávamos em 12 pessoas.

Agora, não dá para aturar o laudo da empresa de manutenção, que diz que o carregamento do elevador foi feito de forma desordenada. Há forma ordenada para carregar um elevador?!

Muito obrigado pelo aparte, deputado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado!

De qualquer maneira, cabe à secretária da Saúde do município vir aqui fazer essas colocações. É um elevador de quase 30 anos, deputado Kennedy Nunes, e é preciso ser feita a adequação da estrutura e da caixa.

O importante é mostrar o quanto tem evoluído a saúde de Joinville, e não poderá ser um elevador que irá simplesmente dilacerar um trabalho que está sendo feito.

Então, faço a defesa com muita tranquilidade. E quanto ao pessoal do Sinte, 13 abraços para vocês!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e especialmente trabalhadores e trabalhadoras da Educação presentes neste plenário, na tarde de hoje, fazendo com que exista vida e entusiasmo neste Poder Legislativo, mesmo em época de muda. A Assembleia Legislativa também está meio que na muda, como o canário, que não canta até definir a triplíce aliança, se vai ou não vai, quem é que vai com quem. Portanto, a coisa está meio glacial no Poder Legislativo, por enquanto.

Os trabalhadores e as trabalhadoras da Educação, sras. deputadas e srs. deputados, no Dia Nacional de Mobilização pela Valorização da Educação, estão aqui para reivindicar, como sempre, os direitos dos trabalhadores e da educação pública e gratuita.

Eles pedem:

(Passa a ler.)

"- aplicação da lei do Piso Nacional do Magistério nos estados e municípios;

- valorização da carreira dos trabalhadores em Educação;

- contra a municipalização do ensino fundamental;

- contra a terceirização da merenda escolar" - que tem sido a última farra, dizem aí, nesse setor;

"- pela manutenção do emprego de serventes e merendeiras;

- contra a corrupção no Governo Luiz Henrique [...];

- fim do autoritarismo nas escolas, que pune e persegue professores;

- defesa pela educação pública e de qualidade para todas as crianças e adolescentes de Santa Catarina.[...]"[sic]

E ainda escreve o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Santa Catarina:

(Passa a ler.)

[...]

"Os trabalhadores em Educação vão às ruas protestar contra o desrespeito do Governo Luiz Henrique e do secretário estadual da Educação Paulo Bauer à lei que estabelece o piso como vencimento básico no valor de R\$ 1.312,85; as irregularidades cometidas por este governo, como a entrega da merenda escolar para a iniciativa privada e, com isso, a falta de qualidade da merenda e a demissão de serventes e merendeiras; a municipalização do ensino fundamental e exigir que o governo assumira responsabilidade com nossas escolas; a superlotação de turmas, que amontoa alunos em salas de aula em prejuízo do aprendizado; a violência dentro das escolas, que coloca em risco a vida de alunos e trabalhadores; escolas em péssimas condições; e outras falcatruas praticadas por um Governo que não respeita o dinheiro dos catarinenses - como é o caso do vice Leonel Pavan, acusado de beneficiar empresa em troca de dinheiro!"[...]"[sic]

Isso, então, é parte do panfleto distribuído pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação, do magistério estadual, em todo o Brasil, hoje, reivindicando os seus direitos e, de forma específica, a aplicação do piso nacional de salário, que está uma bagunça em vários estados do Brasil, aqui em Santa Catarina também, e especialmente nos municípios, que não tem andado.

Quero parabenizar todas as guerreiras e os guerreiros da educação, e dizer que a luta do serviço público aqui em Santa Catarina tem que se fortalecer e unificar-se para transformarmos essa realidade, porque temos sido massacrados na Segurança Pública, na Educação e na Saúde, com prejuízo para os trabalhadores e, especialmente, para o conjunto da sociedade catarinense.

Parabenizo todos e todas por essa luta, e pela luta permanente que têm levado adiante!

Não poderia deixar de falar do susto que todos nós levamos hoje de manhã na comissão de Constituição e de Justiça, quando apareceu - mais uma a vez só apareceu -, pela mão do sindicato dos trabalhadores, neste caso específico da Celesc, a informação dando conta de que o Conselho de Administração, na pessoa do Glauco José Corte, o homem lá da Fiesc, está chamando uma assembleia geral do Conselho de Administração da Celesc para o dia 31 de dezembro, o último dia útil do governador Luiz Henrique, provavelmente com perspectiva de enfraquecer a estrutura pública da Celesc e avançar no caminho da privatização, da "cemigização", piorando o serviço para a população catarinense e destruindo o direito dos trabalhadores celesquianos.

No dia 24 haverá uma audiência pública para discutir esse assunto!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, professores, serventes, merendeiras, representação do nosso Sinte, que está em movimento e trazendo para esta Assembleia o clamor das ruas, como eu dizia, porque me parece que o governo está surdo demais e não consegue ouvir o clamor, o grito, a indignação do servidor público de Santa Catarina e da sociedade catarinense.

Eu dizia agora há pouco que, tirando os comissionados, que há bastante, é verdade, eu desconheço um só servidor público neste estado que esteja feliz. É um calote generalizado!

Ainda consigo ouvir as palavras do então prefeito de Joinville, deputado Kennedy Nunes, e candidato Luiz Henrique da Silveira, que dizia para o magistério, em alto e bom som, em 2002, que se fosse eleito governador equipararia o salário do professor do estado ao salário do professor do município de Joinville. Não que os professores de Joinville ganhem demais, porque eles reclamam até do achatamento do plano de cargos e salários que Luiz Henrique determinou depois de eleito governador, para não aumentar a diferença entre o salário do professor do estado com o de Joinville.

Mas eu trazia o exemplo de uma professora, minha colega, que tem 23 anos de exercício na prefeitura de Joinville, com 40 horas, pós-graduada, que percebe R\$ 3.800,00. E uma professora no estado, com a mesma graduação, com o mesmo tempo, com a mesma habilitação, percebe R\$ 410,00 por dez horas. Portanto, comparando um com o outro, teríamos um salário de R\$ 1.600,00 para o professor da rede estadual, e para o professor com a mesma habilitação, com a mesma formação, com o mesmo tempo, com as mesmas vantagens, com 40 horas, no município de Joinville teríamos um salário de R\$ 3.800,00.

Este é o grande calote com o magistério, com o servidor aposentado, com a professora aposentada: nesses sete anos, 1% de reposição de perdas, em 2003, e R\$ 100,00 de abono.

O professor da ativa, com essa política bandida, maléfica de abonos que escraviza o servidor - porque ele não pode se aposentar, não pode se aperfeiçoar, não pode ficar doente e não pode cuidar do filho, pois perde a metade da remuneração -, perdeu a dignidade, pois o plano foi rasgado. E percebe agora a incorporação desse miserável abono em suaves prestações, coisa que nem as Casas Bahia fazem mais, tamanha é a distância das prestações que o magistério recebe.

(Manifestações das galerias)

O deputado Kennedy Nunes lembra-me que só o "Magazine do Luizão" consegue fazer uma coisa dessas! Só o "Magazine do Luizão" para dar uma prestação a perder de vista.

O servidor da Segurança não está em situação diferente, não! O deputado Sargento Amauri Soares que o diga. São sete anos de mentira, de descumprimento da Lei Complementar n. 254. E aí vêm os servidores da Polícia Civil, da Agricultura e

da Saúde, que falamos há pouco aqui que é outro calote. E o calote espalha-se por toda Santa Catarina, esta é a verdade!

E eles insistem em vir aqui fazer de conta que nada disso acontece! Eu falava, no primeiro momento também, que, além desse calote inteiro, existem R\$ 550 milhões de precatórios que não foram pagos em sete anos. São R\$ 550 milhões que são de gente que trabalhou uma vida inteira, que brigou na Justiça por 10, 15 ou 20 anos. E alguns estão doentes, estão velhos, estão morrendo, é verdade, e não conseguem receber. E não há nenhuma resposta!

Quando abrimos o jornal só vemos notícias de negócios, como é negócio a merenda escolar! É um grande negócio! Na sexta-feira, para informação de vocês, eu estive com o procurador da República, dr. Celso Três, em Tubarão. Ele ficou estarelecido e na hora entrou em contato com o procurador no Rio Grande do Sul, que está investigando essas quatro empresas. Essas empresas que entraram aqui são empresas de negócios, são empresas de propina, são empresas de negociata, são empresas que estão botando prefeito na cadeia no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Paraná!

(Manifestações das galerias)

Por isso a pressa! Vocês ainda não se deram conta do porquê da pressa! O edital de licitação tem 11 volumes, e dos 11 dois não saem do gabinete. Por que as empresas estão chegando lá com o contrato assinado às pressas? É por conta do negócio! Isso é um negócio! E aí estão colocando para a rua, deputado Dagomar Carneiro, merendeiras que o estado não assumiu a responsabilidade, que jogou para a APP. E não só deste governo! São 10, 15 e 20 anos que o estado não assume esse servidor e joga-o para a APP. E agora essas serventes, algumas já com idade avançada, outras com problemas de saúde...

E v.exas. acham que uma empresa dessas que não tem compromisso social com Santa Catarina, que vai levar o lucro embora, que contesta e que derruba definitivamente o discurso da descentralização... Descentralizar é botar o dinheiro na escola para cada escola gerir a sua merenda! Descentralizar é botar uniforme para cada escola escolher a cor, o modelo, o padrão e mandar para a confecção lá do bairro! Isso é descentralizar, e não mandar aquele uniforme mal feito, que provoca alergia e de mal gosto!

(Manifestação das galerias)

E sua excelência se vangloriou. Eu me recordei quando sua excelência, o governador, vangloriou-se por dizer que era o estilista, que foi ele que criou. Que mau gosto que tem esse homem!

(Manifestações das galerias)

Além do mais, isso aqui não é uma União Soviética! Quem é que disse que o uniforme do aluno lá de Tubarão tem que ser igual ao do aluno de São Miguel d'Oeste? Cada escola tem que definir o modelo e a cor que quer. Esse é o conceito de uniforme para o dinheiro circular lá na comunidade.

Por isso vocês fazem bem em vir a esta Casa. Vocês têm que vir aqui mesmo, porque nós, do PP, do PT e mais o deputado Sargento Amauri Soares somos só 13 deputados contra 27 do governo. Vocês têm que vir aqui nos ajudar! Vocês têm que vir aqui para dizer que Luiz Henrique não pode ir embora com mais esse passivo. E vocês têm que vir agora, porque este é um ano de

eleição, e isso aqui funciona na base da pressão! Vocês têm que vir aqui, sim, para olhar no painel, ver como cada um vota, marcar o nome e botar num *outdoor* dizendo quem é que está do lado do servidor!

(Manifestações das galerias)

Por isso são bem-vindos! Porque do contrário, como somos minoria, eles ficam revezando-se nesse amontoado de deputados que há na base, fazendo de conta e usando a TV Assembleia para vender para Santa Catarina, para quem não conhece, que está tudo bem, mas não está!

Portanto, vocês são bem-vindos! Vamo-nos irmanar! No dia 31, no dia 1º ou ainda no dia 2 ele pica a mula. Vamos dar o recado em alto e bom som antes disso!

Muito obrigado!

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência recebe todos os manifestos de uma forma democrática, e havendo a compreensão dos ...

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, só quero corrigir um dado. Na pressa dos cinco minutos, segundo informação, eu passei erroneamente a data da audiência pública para discutir a questão da Celesc e, especialmente, esse edital que espantou todo mundo hoje, pela manhã, na Assembleia Legislativa. Inclusive, o presidente da Celesc Distribuição ficou espantado com esse edital, chamando uma assembleia do conselho administrativo para o dia 31 de março.

Então, só para corrigir o dado, a audiência pública marcada pela comissão de Constituição e Justiça, por consenso, pela unanimidade de todos os membros dessa comissão, será realizada no dia 24 de março, na quarta-feira da próxima semana, às 9h, na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Nós temos um requerimento do deputado Joares Ponticelli e da deputada Ana Paula Lima para que se abra um espaço de dez minutos para a manifestação do representante do Sinte. Não há nenhuma dificuldade de encaminhamento por esta Presidência para o requerimento. No entanto, também peço aos participantes das galerias a compreensão e o respeito devido para que os deputados possam exercer o seu direito democrático e regimental de usar a palavra.

Tenho a compreensão de que são fatos isolados. A falta de educação prevalece, mas não é por parte da imensa maioria que aqui está. Por isso eu submeto aos senhores líderes se há entendimento para a liberação dos dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - O PMDB não concorda.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu acho que há um equívoco e quero pedir a compreensão de todos.

Sr. presidente, essa não é a prática desta Casa. Eu quero fazer um apelo ao

líder do PMDB para que reconsidere a sua posição. Acho que temos que respeitar isso. Dez minutos não vão fazer falta a ninguém. É o exercício da democracia. Faço um apelo ao deputado Antônio Aguiar que reconsidere. Essa não é a história, não é a prática desta Casa. Esta é uma Casa democrática. Por isso, faço um apelo ao líder do PMDB para que reveja a sua posição e aceite a manifestação do Sinte.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Na mesma linha, a bancada do PT referenda o pedido da deputada Ana Paula Lima, do deputado Joares Ponticelli e também faz um apelo ao deputado Antônio Aguiar para que possamos manter a tradição desta Casa, no sentido de que todos os movimentos tenham o seu espaço nesta Casa para apresentar as suas idéias, as suas reivindicações.

O deputado Antônio Aguiar ficou um pouco chateado, porque na hora em que estava falando acabou não conseguindo concluir o seu pensamento, e democraticamente temos que escutá-lo.

Então, eu peço a plenária para que crie oportunidade para escutar os deputados e também o movimento sindical, e quero renovar o nosso apelo ao deputado Antônio Aguiar, para reconsiderar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Embora o Sinte tenha faltado com a educação, o deputado Antônio Aguiar reconsidera a sua posição em nome da democracia.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está reconsiderada a posição do deputado Antônio Aguiar.

Havendo acordo das lideranças, esta Presidência suspende a presente sessão, a fim de que, por até dez minutos, a representante do Sinte possa manifestar-se.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, registro com muita satisfação a presença dos vereadores do município de Três Barras, Daniel da Cruz, Marcos Rogério de Paula, o Marquinhos, e Dionice Mercedes Guimarães, além do sr. Mário. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - (Passa a ler.)

"Comunicação:

De acordo com o art. 262 do Regimento Interno, esta Presidência verificando inexistência na redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0528/2009, que 'Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão', procedeu às seguintes alterações:

1. No art. 1º

Onde se lê:

'Ficam instituídas, nos termos do art. 114 da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar n. 104, de 4 de janeiro de 1994, as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão.'

Leia-se:

'Ficam instituídas, nos termos do art. 114 da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar n. 104, de 4 de janeiro de 1994, as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão.'

2. No art. 2º

Onde se lê:

'As Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão, serão compostas por um Núcleo Metropolitano e uma Área de Expansão Metropolitana, tendo como sede, respectivamente, os municípios de Florianópolis, Blumenau, Joinville, Itajaí, Criciúma e Tubarão.'

Leia-se:

'As Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão, serão compostas por um Núcleo Metropolitano e uma Área de Expansão Metropolitana, tendo como sede, respectivamente, os municípios de Florianópolis, Blumenau, Joinville, Lages, Itajaí, Criciúma e Tubarão.'

3. No art. 4º

Onde se lê:

'Incluem-se na Área de Expansão Metropolitana de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão os municípios que:'

Leia-se:

'Incluem-se na Área de Expansão Metropolitana de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão os municípios que:'

4. No art. 12

Onde se lê:

'Os municípios criados em decorrência de desmembramentos daqueles pertencentes às Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão passarão também a integrá-las.'

Leia-se:

'Os municípios criados em decorrência de desmembramentos daqueles pertencentes às Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão passarão também a integrá-las.' [sic]

Esta Presidência informa que essas matérias foram votadas aprovadas e houve um erro na elaboração da redação final. Foi constatado o erro, submetido à comissão de Constituição e Justiça e conferido com as notas taquigráficas que são a fiel transcrição daquilo que é aprovado nas sessões por esta Casa."

Estamos fazendo a leitura para que fique o processo fique regimentalmente correto.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu gostaria de tirar uma dúvida. A lei foi aprovada no final do ano nesta Casa, conforme foi deliberado nas comissões, naquele tempo de discussões. O que v.exa. quer dizer é que foi feito um aperfeiçoamento na redação final do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não é aperfeiçoamento, mas a transcrição para a redação final daquilo que foi aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Perfeito. Confio em v.exa., mas ouvi um comentário na semana passada, nos corredores desta Casa, de que se teria esquecido de colocar no projeto uma determinada região. Não é isso o que está acontecendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não é.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Não é. Confio em v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - V.Exa. pode confiar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Então, está bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - V.Exa. pode confiar na minha condução e também na condução da comissão de Constituição e Justiça, que foi quem aprovou. Se fosse alteração de conteúdo, teria que haver um projeto de lei alterando, com o aval dos funcionários da Casa e também da comissão de Constituição e Justiça. O que nós estamos fazendo agora é simplesmente adequar a redação final ao que foi aprovado. Não há nenhum encaminhamento que não seja regimental.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Por que, sr. presidente, faço esse detalhamento? Porque tenho falado por aí afora acerca da recriação das regiões metropolitanas, que era realmente um grande pleito de boa parte do estado de Santa Catarina. Hoje ainda estive conversando com entidades representativas da Grande Florianópolis e falei da luta e do sucesso que foi para nós aprovarmos a recriação das RMs na última sessão desta Casa. Só espero que não tenha sofrido nenhuma alteração por interesses pessoais.

Muito obrigado! Confio em v.exa. e na referida comissão, conforme colocou.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Quero esclarecer ao deputado José Natal, pois realmente, na hora da digitação houve uma falha por parte do pessoal da Casa. Eu assinei a redação final e não a lei item por item, palavra por palavra. Eles esqueceram de colocar, sim, uma emenda que foi aprovada em todas as comissões na hora da redação final. Apenas isso.

Então, de fato houve a correção de uma emenda, que havia sido aprovada e que fora esquecida e não colocada na redação final. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A redação final transcreve na íntegra.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - E, deputado José Natal, ainda para esclarecer melhor, pois como presidente da CCJ tenho a obrigação de dar essa ex-

plicação, fizemos todos os estudos para ver qual seria a forma correta de corrigir o erro, que foi da Casa, se seria necessário um novo projeto de lei ou só fazer uma correção. E a competente assessoria deste Poder Legislativo orientou que esse seria o caminho da correção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Obrigado, deputado Romildo Titon, por esse esclarecimento ao deputado José Natal.

Da mesma forma, comunicamos: (Passa a ler.)

"De acordo com o art. 262 do Regimento Interno, esta Presidência comunica que, após a elaboração da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0013/09, que 'Estabelece critérios para a municipalização da Educação Infantil da rede pública do estado e a movimentação de servidores e estabelece outras providências', verificou-se que não foi observada a emenda aprovada que suprime o art. 13 do Projeto de Lei Complementar referido, procedendo-se à devida correção." [sic]

Da mesma forma, com a aquiescência da comissão de Justiça, estamos apenas adequando a redação final.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, antes de começar a Ordem do Dia, faço um pedido a v.exa. e aos demais líderes em homenagem ao deputado Professor Grando, no sentido de invertermos pauta, ou seja, iniciarmos pela deliberação do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2010, antes apreciarmos os vetos e demais projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Consulto os srs. líderes para saber se há possibilidade de invertermos a pauta para deliberarmos sobre o PDL.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes, a quem informo, antecipadamente, que se trata apenas de uma inversão de pauta, pois a matéria vai ser votada de qualquer maneira.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Não há problema, a bancada do PT concorda, mas só gostaríamos de um esclarecimento, sr. presidente: vamos votar a chapa inteira como veio ou votar nome a nome?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Votaremos as indicações feitas, não há como escolhermos individualmente até porque assim foi aprovado nas comissões. Será, portanto, uma votação única conforme prevê o Regimento Interno. O local da votação individual é a comissão, deputado; depois de aprovada na comissão, a matéria vem para cá como projeto de decreto legislativo e aí todos os membros votam.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2010, de autoria da Comissão Especial, que aprova nomes para a composição da diretoria da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - Agesan.

Conta com parecer favorável da Comissão Especial.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será secreta por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

Precisamos de 21 votos favoráveis para ser aprovado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, na condição de presidente que fui da Comissão Especial que tratou desse assunto nesta Casa, em primeiro lugar, quero agradecer à minha bancada por ter indicado o meu nome para representá-la na comissão e agradecer aos componentes da comissão que me elegeram presidente; quero agradecer ao deputado Elizeu Mattos, que foi o relator na comissão, pelo seu trabalho, e a todos os deputados integrantes da comissão.

Nós elaboramos um roteiro de trabalho porque o nosso Regimento Interno não prevê um rito. Creio que a comissão cumpriu com o seu papel, oportunizamos a todos os indicados que pudessem manifestar-se e ser questionados, toda a documentação foi apresentada, conforme preconiza a lei. Portanto, a comissão cumpriu com o seu papel, deliberamos pela aprovação dos nomes indicados e é esse o encaminhamento que a comissão faz também ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

Já está aberto o painel eletrônico para quem quiser ir votando. Quem votar "sim" aprova o projeto, quem votar "não" rejeita-o.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigado, sr. presidente, quero apenas fazer este registro, este elogio e dizer da satisfação, inclusive, de votar favorável a esse projeto em homenagem ao nosso colega

deputado Professor Grando, que é, com certeza, uma das principais autoridades em saneamento básico do Brasil e, evidentemente, também do estado de Santa Catarina.

Então, é uma satisfação poder votar a favor desse grande colega, que entende muito de saneamento básico.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, da mesma forma como encaminhado pelo deputado Joares Ponticelli, da bancada do Partido Progressista, e pelo deputado Sargento Amauri Soares, o PSDB também encaminha o voto favorável à aprovação dos nomes relacionados para a composição da diretoria da Agesan.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito embora o voto seja secreto, está feito pelos deputados.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria, em nome da bancada do PMDB, de agradecer a competência do presidente da Comissão Especial e do líder do governo, o grande deputado Elizeu Mattos, que realmente fizeram a diferença.

O deputado Professor Grando é um parlamentar que esteve conosco durante vários anos e merece, sim, a presidência dessa agência. Por isso, peço o voto favorável de todos os deputados.

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores se manifesta favorável ao nome do deputado Professor Grando para dirigir a Agesan.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, eu não poderia deixar de manifestar-me a respeito desta figura humana e política que tem uma história na cidade de Florianópolis. Sérgio Grando ajudou a construir o MDB na época da ditadura, foi vereador e prefeito de Florianópolis, disputou uma eleição

comigo e é um homem de uma correção muito grande, que merece, até pelo seu conhecimento da questão ambiental, da questão de saneamento, a função para a qual está sendo indicado. Além disso, representou muito bem esta Assembleia Legislativa em Copenhague, no último encontro mundial do meio ambiente. Assim, acho que Sérgio Grando é a figura certa para atuar Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina.

Por isso, quero cumprimentá-lo e a toda a diretoria, assim como ao governador pela sábia escolha do nosso ex-companheiro Sérgio Grando. Tenho certeza de que ele haverá de representar não só esta Casa, mas o estado de Santa Catarina com muita dignidade e correção, como sempre fez na sua vida pública.

Então, peço também o apoio da minha bancada na aprovação dessa matéria.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente!

Esta deputada, representando o Partido Republicano Brasileiro, não poderia deixar de falar sobre este colega, o deputado Professor Grando, uma figura que desenvolveu um excelente trabalho e que honrou este Parlamento com a sua postura e com o seu debate sempre muito cauteloso.

Quero, dessa forma, declarar o meu voto positivo para esse colega e para todos os demais integrantes da diretoria da Agesan.

Então, sr. presidente, o meu voto é sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Consulto se alguns dos srs. deputados não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Todos os srs. deputados votaram.

Colho o resultado.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim" e um voto "não".

Está aprovada em turno único a matéria que acaba de ser lida.

Consulto os srs. líderes se podemos, em homenagem ao deputado Professor Grando, que é o novo presidente da Agesan eleito por esta Casa, encerrar a presente sessão e fazer uma nova, extraordinária, para votação da redação final desta matéria, prosseguindo depois com a Ordem do Dia.

(As lideranças concordam.)

Havendo concordância, antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, extraordinária, para as 16h18.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h18, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Ozair Polaco - Professora Odete de Jesus - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO ORDEM DO DIA

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.362/09.
DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.404/09.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha votação ao art. 20.
DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha votação ao art. 20.
DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha votação ao art. 21.
DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha votação ao art. 21.
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR (pela ordem) - Encaminha votação ao art. 21.
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Encaminha votação ao art. 21.
DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha votação ao art. 21.
DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Encaminha votação ao art. 21.
DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.498/2010.
DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.498/2010.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.498/2010.
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.498/2010.
DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.498/2010.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.498/2010.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.498/2010.
DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.504/2010.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.504/2010.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.506/2010.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.511/2010.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.511/2010.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.511/2010.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.511/2010.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Encaminha votação à Mensagem n. 1.511/2010.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Parabeniza os deputados.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a litoralização; fala sobre a Educação; manifesta-se a respeito da Celesc.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Cunhataí.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Defende o governo estadual.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Manifesta-se sobre o caso Celesc; fala sobre os aeroportos do estado; reporta-se à ponte de Jacinto Machado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2010, de autoria da Comissão Especial.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.362/2009, que opõe veto parcial ao Projeto de Lei n. 0280/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a exibição do preço dos produtos por unidade de medida.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sobre esse veto já conversei com o deputado Antônio Aguiar e há concordância de s.exa. somente com relação ao item I do art. 3º.

Portanto, encaminho pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 20 votos "sim" e 12 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.404/2009, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0187/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº 6.762, de 1986, que dispõe sobre o diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - A nossa bancada vota "não", sr. presidente.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu havia apresentado um projeto idêntico no ano passado. Igualzinho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputada, com toda compreensão que tenho, estamos no meio da votação. Eu encerro a votação e concedo a palavra a v.exa.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, tenho que fazer esse comentário porque apresentei um projeto igual, foi debatido nas nossas comissões. Só quero deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está registrado, deputada Professora Odete de Jesus, se v.exa. quiser fazer uso da palavra concederei com o maior prazer.

Srs. deputados, apenas para esclarecer, quem votar "sim" mantém o veto porque estamos deliberando uma mensagem de veto, não é a matéria, quem votar "não" é contra a mensagem encaminhada, e por isso o veto é derrubado.

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 20 votos "sim" e 11 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.467/2010, que opõe veto parcial ao Projeto de Lei Complementar n. 0063/2009, de origem governamental, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Neste veto parcial temos vetos a dois artigos: 20 e 21. Regimentalmente temos que fazer duas votações. Vamos votar primeiro o veto ao art. 20 e em seguida o veto ao art. 21, para que haja possibilidade da distinção na hora da escolha do veto.

Em discussão o veto ao art. 20, II, do Projeto de Lei Complementar n. 0063/2009.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, como líder do governo, após conversar com o governador Luiz Henrique, peço à base aliada para derrubar o veto votando "não". Há concordância do governador para a derrubada do veto ao art. 20.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Nós estamos votando o veto ao art. 20, referente ao registro da OAB. A bancada do PT é pela derrubada do veto!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quero somente esclarecer porque ficaram dúvidas, que o encaminhamento é pelo voto "não", com a concordância do governador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Pois não!

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 27 votos "não" e cinco votos "sim".

Está rejeitado o veto ao art. 20 do Projeto de Lei Complementar n. 0063/2009.

Agora vamos votar o veto ao art. 21 do Projeto de Lei Complementar n. 0063/2009.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, fiz um encaminhamento, não tenho a data aqui, para que o projeto de lei complementar que trata do plano de cargos e salários dos analistas jurídicos administrativos do Poder Executivo, que se encontra tramitando na secretaria de estado de Coordenação e Articulação, viesse para ser apreciado, pois tem a minha assinatura. E o projeto veio e agora o inciso IV veta!

Sr. presidente, vou pedir licença porque vou votar pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, até para lembrar, no que diz respeito ao art. 20, a opção pelo número da OAB fez parte do substitutivo global apresentado pelo deputado Elizeu Mattos, que foi fruto de um amplo acordo realizado com os deputados que dão sustentação ao governo, juntamente com deputados da Oposição.

Então, o meu encaminhamento, sr. presidente, é no sentido de fazer valer aquilo que consta do substitutivo global do líder do governo. Portanto, somos pela derrubada do veto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, na mesma esteira de que colocou o deputado Marcos Vieira, esse substitutivo foi fruto de um debate construído nesta Casa e são pleitos justos dos servidores. Por conta disso, assim como em relação ao veto da exigência da OAB, nesse tocante também o nosso encaminhamento é pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, eu já votei e o fiz pela derrubada do veto. Assim, peço a todos os srs. deputados desta Casa, em especial aos meus pares do PMDB, que votem pela derrubada do veto para fazermos justiça a esses funcionários.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu acho que não me expressei direito e quero corrigir. Eu vou votar pela derrubada do veto!

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, na verdade, quero declarar o meu voto para que todos fiquem cientes do voto que darei nesta Casa.

Nós temos cometido alguns equívocos nesta Casa que têm deixado o governo de calças curtas. E esse veto que vamos derrubar é porque estão pretendendo dar a funcionários que entraram no concurso do estado para exercer uma função, que hoje são advogados e que estão trabalhando supostamente na Procuradoria-Geral do Estado, o direito de fazer parte do quadro da mesma.

No meu entendimento, volto a dizer, estamos abrindo precedentes para que no futuro outras categorias façam o mesmo. Eu já disse na comissão que nós, deputados, temos que brigar para que o governo dê aumento linear e uniforme a todos, não aumentos diferenciados. E isso é nada mais nada menos do que dar um aumento diferenciado a seis pessoas dentro do governo do estado de Santa Catarina, coisa com a qual não concordo! Não concordo, seis pessoas serão beneficiadas, se nós derrubarmos o veto do governador do estado.

É uma vergonha, não que eles não mereçam, mas todos devem ingressar através de concurso público como diz a lei, não através de uma transposição funcional, pois muitos estão acabando a carreira agora, como o caso de uma senhora merendeira que foi mandada embora depois de 20 anos de casa.

Ora, deputados, temos que ter coerência! Esse projeto está trabalhando contra o governo e não a favor. E se nós derrubarmos o veto, estaremos trabalhando contra uma grande massa de funcionários públicos do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Peço a compreensão dos srs. deputados, mas estamos em votação e não é mais momento de discussão da matéria.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, vou ser bastante breve e coerente com a postura que tenho tido em relação à Assembleia Legislativa, não apenas na questão da transposição, como também em relação às janelas que se abrem.

No caso em tela, sr. presidente, sou governista até debaixo d'água, porque na medida, deputado Marcos Vieira, em que

começamos a observar esse tipo de conduta que se contrapõe à moralidade do plano de cargos e salários, que se contrapõe ao respeito ao conjunto do funcionalismo, abrem-se brechas para alguns que não sabemos quem são em alguns momentos.

Por isso, por delegação da liderança, em nome do Partido dos Trabalhadores, que em muitos momentos é crítico em relação ao governo, vamos manter coerentes com a postura que sempre tivemos nesta Casa, votando pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 13 votos "sim" e 20 votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, só quero esclarecer que não se trata de transposição, trata-se de passar da classe III para a classe IV dentro do plano de cargos e salários da Procuradoria-Geral do Estado. E isso em cima de um projeto de lei apresentado esta semana pelo deputado Pedro Uczai, que pede efetivamente que se regularize a situação do plano de cargos e salários.

Desculpe, deputado José Natal, respeito-o muito, mas a sua argumentação está completamente equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em turno único da Mensagem n. n. 1.498/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0556/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui plano de ação para a divulgação de informações sobre a hepatite dos tipos B e C, formas de contágio e de prevenção nas dependências da administração pública direta, autárquica e fundacional do estado e determina outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu peço o apoio dos srs. deputados para que derrubemos o veto, porque não entendi a posição do governo em vetar um projeto de realização de uma campanha de informações a respeito do contágio da hepatite tipos B e C. Isso é um absurdo!

Então, peço o voto dos meus pares para que possamos derrubar o veto do governo.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, como médico e profissional da saúde quero parabenizar o deputado Darci de Matos, que pensa na saúde coletiva do estado de Santa Catarina e por isso apoio a sua posição pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu considero o projeto de autoria do deputado Darci de Matos meritório, mas ele é inconstitucional porque cria despesas no âmbito do Poder Executivo.

Deputado Darci de Matos, pelo mérito votaria com v.exa., mas em função da inconstitucionalidade encaminho voto o "sim" pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 22 votos "não" e 11 votos "sim".

Está derrubado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.499/2010, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0472/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que estabelece a adoção de medidas de proteção às vítimas e testemunhas nos boletins de ocorrência e nos inquéritos policiais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Peço aos srs. deputados que votem "não" ao veto, até porque é um projeto já aprovado em outros estados da federação e que realmente dá garantia e proteção às vítimas e testemunhas nos boletins de ocorrência e nos inquéritos policiais.

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, nós vamos acompanhar o deputado Rogério Mendonça e votar pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Srs. deputados, votaram apenas 14 deputados. Para agilizar as votações o mais importante é que os votos sejam registrados.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, da mesma forma tive a satisfação de relatar essa mensagem de veto na comissão de Constituição e de Justiça e pedi, depois de um pedido de vistas, a derrubada do veto entendendo que não afeta o Código de Processo Penal Brasileiro e que, portanto, destina-se somente a adequar a própria filosofia do Código de Processo Penal e garantir que o estado dê mais proteção às pessoas que registram BOs e que são testemunhas num processo penal, num inquérito policial na fase da delegacia, depois no Ministério Público ou, na fase processual, no Poder Judiciário.

Portanto, como isso não afeta a constitucionalidade e nenhuma outra lei, o nosso voto é pela derrubada do veto, acompanhando o deputado Peninha.

Srs. presidente, quero terminar registrando a nossa constatação de que na tarde de hoje estão presentes praticamente somente os deputados da Oposição. Acho que vou trazer alguns dos meus projetos para ver se conseguimos aprová-los hoje, já que a Oposição é ampla maioria nesta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu já votei acompanhando o deputado Peninha e certamente essa orientação de veto deve ter saído lá da secretaria da Segurança ou do gabinete do secretário da Insegurança.

Então, é mais uma vez uma forma de homenagear o deputado Peninha, que também está preocupado com a insegurança que se espalhou por toda Santa Catarina na atual gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos dois votos "sim", 28 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.504/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0337/2009, de autoria da bancada do PT, que dispõe sobre a construção de cômodo para porteiros e demais empregados de edificações residenciais multifamiliares, comerciais e de serviços.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Srs. deputados, gostaria de contar com o voto dos colegas para derrubar esse veto com a mesma compreensão que nós analisamos os dois últimos projetos que são essenciais à vida humana, para melhorar a vida, tanto na questão da proteção às vítimas e testemunhas quanto da campanha de prevenção à hepatite.

Esse projeto é extremamente simples, mas importante para a vida dos trabalhadores que são zeladores, trabalhadores de condomínios. A ideia é garantir um espaço mínimo em cada prédio comercial, residencial ou de serviços, para o trabalhador poder fazer o seu lanche, trocar a sua roupa, enfim, fazer as suas necessidades durante o trabalho, porque muitos deles trabalham 12 horas seguidas ou mais.

Ele foi vetado por interesse público. Mas para qual interesse público? Para preservar o interesse dos municípios. Mas é de competência do estado legislar sobre questões urbanísticas! Nós não estamos definindo o tamanho ou o lugar, não estamos interferindo nas normas que o município vai regulamentar, estamos informando a norma geral que o Estatuto das Cidades nos permite, que é dizer que é preciso haver um cômodo para o trabalhador. O ministério do Trabalho também exige, só que o município vai detalhar o tipo de cômodo, o tamanho etc. Ao estado cabe dizer que é preciso haver a dependência.

Então, se a nossa responsabilidade aqui é melhorar a vida das pessoas, peço para derrubarmos o veto com a compreensão de que estamos dando condições dignas de labor ao trabalhador de condomínios e edifícios, sejam comerciais, residenciais ou de serviço.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATOS - Sr. presidente, a posição do veto não é com relação ao mérito do projeto, mas a verdade é que esse assunto é da competência do plano diretor de cada município. Não compete ao estado e sim aos municípios legislar a respeito.

Portanto, encaminho pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 11 votos "sim" e 16 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.505/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0480/2009, de autoria do Deputado Giancarlo Tomelin, que permite aos servidores públicos do estado de Santa Catarina que exerçam a atividade de árbitros e/ou auxiliares o afastamento em virtude de participação em competição desportiva, sem prejuízos funcionais.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 14 votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.506/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0010/2009, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos semi-automáticos externos as unidades de Corpo de Bombeiros no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu também fiz um pedido de vistas a essa mensagem na comissão de Constituição e Justiça e o meu parecer foi pela derrubada do veto pelo fato de que esta é uma necessidade que o estado deveria ter suprido há anos, que seria dotar as viaturas, as ambulâncias, as unidades do Corpo de Bombeiros com desfibrilador, que é um aparelho que pode salvar vidas na hora de um acidente.

Mesmo não sendo autor desse projeto, entendo que a matéria é meritória, merece prevalecer e virar lei no estado de Santa Catarina, pois é absolutamente necessário que todas as viaturas de socorro do Corpo de Bombeiros, possam contar com esse equipamento para a manutenção da vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Como todo mundo tem coração e corre o risco de um dia falhar, o voto pela rejeição do veto é um voto que deve ser considerado por todos os srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos dez votos "sim" e 16 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.509/2010, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0033/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que dispõe sobre a criação do Parque Metropolitano da Grande Florianópolis e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os srs. deputados que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 25 deputados.

Temos 12 votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.511/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0166/09, de autoria do deputado Edison Andrino, que acrescenta o art. 10-A à Lei n. 14.593, de 2008.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os srs. deputados que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, eu peço a esta Casa que rejeite o veto, pois entendo que o governo interpretou erradamente a proposta.

Na realidade, é um projeto de lei que pede que a renda do aluguel dos estabelecimentos comerciais, das quitandas localizadas dentro das escolas, dessas barracas, desses quiosques, seja revertida para as APPs das escolas, a fim de que elas gerenciem esses recursos para a manutenção das unidades escolares. Eu não vejo nenhuma inconstitucionalidade nessa matéria. Não sei onde se buscou a inconstitucionalidade desse projeto de lei.

Então, é um projeto importante, que atenderá às APPs que vivem em dificuldades. Eu tenho certeza de que as escolas do estado de Santa Catarina estariam muito melhor recuperadas, principalmente nos pequenos reparos, no conserto de uma janela, de um banheiro, de um piso, se recebessem a renda do aluguel desses quiosques que servem comida e refrigerante dentro dos estabelecimentos escolares.

Por isso peço a esta Casa que rejeite o veto.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Considerando o conteúdo do projeto do deputado Edison Andrino, a minha manifestação é pela derrubada do veto. E se o referido deputado considera importante o Projeto n. 1.511/2010, é mais do que justo derrubarmos o veto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós entendemos fundamental debater a respeito desse projeto tão importante para manter as nossas escolas, os pequenos serviços na comunidade e um pequeno caixa.

Então, somos favorável à derrubada do veto.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Eu já apresentei o meu voto, que é pela derrubada do veto, até porque apresentei um projeto nesses mesmos moldes, que foi rejeitado porque não tive a felicidade, na época, de derrubar o veto nesta Casa.

Portanto, sugiro a todos os deputados que votem pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quando fui prefeito de Rio do Sul foi executado algo similar ao projeto aqui apresentado pelo deputado Edson Andrino. Isso, deputado, nada mais é do que a descentralização efetiva, a descentralização dos recursos, diferentemente da concentração que se faz ao privatizar a merenda escolar.

Parabéns pelo seu projeto e o nosso voto, logicamente, é favorável a v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está encerrada a votação. Votaram 27 deputados.

Temos três votos "sim" e 24 votos "não".

Está derrubado o veto.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero apenas agradecer, sr. presidente, aos deputados que conseguiram sensibilizar-se. Nós fizemos um pronunciamento nesta Casa, fomos procurado por várias APPs, fizemos um requerimento e não conseguimos sensibilizar o secretário de estado. Mas, felizmente, conseguimos essa vitória nesta tarde.

Parabéns a todos os deputados!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Consulto os srs. deputados para saber se as demais matérias podem ser votadas no dia de amanhã.

(Os deputados aquiescem.)

Havendo a concordância dos srs. deputados, encerramos a Ordem do Dia e informamos que amanhã, às 9h, haverá uma reunião com os líderes das bancadas. Portanto, convido todos para se reunirem na sala da Presidência e discutirem assuntos de interesse da Casa.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, trago uma boa nova. Eu sou da categoria da enfermagem, sou enfermeira, e quero dizer que conseguimos uma vitória, na data de hoje, no Congresso Nacional. A presidente do Coren, a enfermeira Denise Elvira Pires de Pires, comunicou que foi colocado em pauta um projeto que vai beneficiar toda essa categoria. Trata-se do projeto de lei que garante as 30 horas de jornada para a enfermagem brasileira.

Essa é uma grande vitória. Por duas vezes este projeto já esteve na pauta do Congresso Nacional, e conseguimos, na data de hoje, colocá-lo como prioridade para votação.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) -

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. Presidente e srs. deputados, hoje, com certeza, é um dia importante na mobilização dos trabalhadores em educação no Brasil. Mas, antes de falar disso, eu quero parabenizar o jornal diário de Balneário Camboriú, que ontem à noite, junto com outros jornais da região, com rádio e televisão, promoveu um grande debate sobre a questão da polêmica da litoralização, da migração da população para o litoral.

Então, quero parabenizar esse jornal e toda a equipe que esteve lá conosco fazendo esse belo debate deste tema tão importante, que são os impactos, os reflexos e as consequências da litoralização da população catarinense, que dos 13 municípios que mais receberam população, sete estão na região litorânea, na região de Balneário Camboriú, Itajaí e também em outros municípios.

Há outro tema que está sendo tratado nessa questão da litoralização, além do debate de ontem à noite. Estamos acompanhando todo esse processo e tratando disso nos municípios, no oeste catarinense, principalmente, e em outras regiões. E o próprio *Diário Catarinense* trouxe, no final de semana, durante três dias consecutivos, reportagens e documentários sobre essa questão, falando do problema que ocorre no meio rural, mostrando as consequências da saída da juventude, principalmente das mulheres, que abandonam o campo e vêm, em grande parte, para o litoral.

Trago a esta tribuna uma questão central que entendo que é fundamental e que precisamos debater, ou seja, o pensamento coletivo, estratégico, de desenvolvimento nas regiões de Santa Catarina. E essa estratégia tem que, necessariamente, passar pela articulação dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Se não houver essa articulação entre os três Poderes constituintes públicos, junto com a sociedade, com a população e suas organizações, com certeza essa lógica tem a tendência de continuar crescendo. E aí, sim, precisamos pensar ações estratégicas a longo prazo, e não só pensar políticas de governo de quatro anos, mas políticas estratégicas de estado.

Em todos os debates - e ontem à noite reforçamos isso -, estamos entendendo que há uma iniciativa importante do governo federal, desenhando 11 territórios nacionais em todo o Brasil, e um deles é o território da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Paraná. E o estado e os municípios precisam também entrar numa estratégia de desenvolvimento regional. Se não desenharmos o nosso estado, no mínimo, em torno de cinco regiões, e a partir delas pensarmos o desenvolvimento do futuro, nós, com certeza, vamos ter problemas e não vamos, com discursos e pequenas ações, resolvê-los.

E reafirmamos que a perspectiva da construção das 36 secretarias Regionais de fato não dão conta. Não estou aqui criticando se está certa ou não a questão das secretarias Regionais. O que eu estou dizendo é que elas não dão conta do resultado concreto de pensar o desenvolvimento, a longo prazo, das regiões do estado de Santa Catarina.

É preciso repensar essa estratégia junto com os municípios, ou seja, até a associação de municípios e com as grandes Regionais aqui no estado, e também a estratégia de desenvolvimento do nosso governo federal.

Nós começamos com a política agrícola para manter os nossos agricultores no campo e fortalecer a política pública no meio rural. E ela passa, necessariamente, por políticas públicas de subsídios e de créditos, e por política de preços. E passa também pela questão da segurança e da saúde. Essa questão de não resolver, de não incentivar e de não construir políticas públicas sérias de atendimento qualificado de saúde nas regiões, nos nossos hospitais regionais...

Há a questão da Educação. A juventude migrava, pois tínhamos somente uma universidade federal no estado. A juventude, deputada Professora Odete de Jesus, que vinha estudar em Florianópolis, porque tinha passado no vestibular na UFSC, não voltava mais para o interior, para os municípios. E aí as regiões perdiam em potencial de conhecimento para ajudar a desenvolver as regiões.

Então, a partir de agora, com a UFSC lá em Curitiba, em Joinville, em Araranguá, com a universidade federal no oeste catarinense e com os institutos federais de educação que o governo federal está implantando em Santa Catarina para as grandes e médias cidades terem um instituto, e as pequenas cidades terem cursos com a presença do Ifet para preparar os profissionais, isso dá uma possibilidade de construirmos uma perspectiva muito diferente para o futuro.

Portanto, é muito séria essa questão que vem acontecendo em nosso estado. Junto com isso precisamos ter políticas públicas de incentivo à instalação de empresas no interior do estado, porque se não houver incentivo maior as empresas vão-se instalando onde há BR duplicada, onde há aeroportos, inclusive internacionais, e onde há ferrovias e portos, porque é muito mais barato as empresas se instalarem aqui.

É preciso que haja ações concretas de investimento em todas as regiões do estado. Energia é um dos nossos problemas, e aí quero abrir aqui um parêntese para falar da minha preocupação com a nossa Celesc.

Estivemos conversando com a Associação Comercial e Industrial de

Chapecó, e uma grande preocupação, hoje, é com o fato de novas empresas se instalarem, porque não há potencial de energia elétrica para elas poderem se instalar. Chapecó e região estão no limite da questão energética. O oeste está produzindo energia, mas ela não é distribuída na região.

Além disso, há outros temas fundamentais, como de infraestrutura. As rodovias estaduais estão em precárias condições; a universidade federal precisa ser melhorada e ampliada, assim como precisa ser melhorada a educação de um modo geral.

Por último, quero terminar a minha fala apoiando a grande iniciativa da mobilização nacional da educação no dia de hoje. Ela é importante, pois não se constrói um novo país e um novo estado se não valorizarmos o servidor da educação e investirmos na educação. E investir na educação também é valorizar os trabalhadores.

Então, somos totalmente contra a forma como o secretário da Educação trabalha e relaciona-se com os trabalhadores e os seus sindicatos.

Além disso, junto com a política, a privatização da alimentação escolar é um exemplo disso. Jogar milhares de merendeiras, que prestaram serviços, à margem de um processo de insegurança... E cito o exemplo da nossa trabalhadora que esteve aqui hoje à tarde. Depois de mais de 20 anos na alimentação escolar, prestando serviços para a comunidade, para a sociedade, agora ela fica, como diz o ditado lá no interior, a Deus dará.

Então, isso não pode acontecer. Somos totalmente contra a privatização, ao desmonte da política pública da alimentação escolar, aumentando custos e diminuindo a qualidade dos alimentos.

Vários secretários de Educação já nos procuraram denunciando a má qualidade da alimentação escolar que as empresas estão fornecendo para as nossas crianças.

Há condições, hoje, de a agricultura familiar produzir um produto de qualidade, fornecer um produto limpo, agroecológico, sem veneno para as nossas crianças nas escolas. É isso que precisamos perseguir, pois significaria descentralizar os recursos e fortalecer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença dos ilustres vereadores Leandro Weberich e Jaime Luiz Warken, que fazem parte do Legislativo da cidade de Cunhataí, lá do oeste de Santa Catarina, e hoje visitam esta Casa.

Sejam bem-vindos, srs. vereadores!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, início a semana ocupando a tribuna para falar a todos os telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio Alesc Digital no sentido de reafirmar que em Santa Catarina, efetiva-

mente, o governo do estado é operante; de afirmar da tribuna desta Casa que nos sete anos de governo Luiz Henrique (agora Luiz Henrique/Leonel Pavan) o processo da descentralização efetivou-se e veio para ficar.

São ações, são convênios, são obras, tudo chegando mais rapidamente na ponta da linha. Ações, obras, convênios com todas as secretarias de estado no campo da infraestrutura, com os acessos aos municípios quase todos concluídos. Mais de 700 escolas foram reformadas em Santa Catarina e mais de uma centena de novas foram construídas.

São postos de saúde que são colocados à disposição da população, por intermédio dos convênios com as prefeituras municipais. Dentro em breve teremos a inauguração do Hospital Regional de São Miguel d'Oeste.

É também por intermédio da secretaria de Turismo, Cultura e Esporte que Santa Catarina homenageia, prestigia os seus municípios e as suas entidades.

Nós temos o que mostrar ou nos diários de circulação estadual ou nos jornais denominados semanários ou quinzenais.

E a Constituição

estadual determina que o governante tem que dar publicidade daquilo que faz em favor da população, deputado Romildo Titon. E invoco testemunho de v.exa. para que veja os jornais nos quais aparecem os atos que o governo vem fazendo em Santa Catarina, ao longo desses anos. São matérias e mais matérias que trazem aquilo que o governador Luiz Henrique e o seu vice Leonel Pavan fazem em favor dos catarinenses.

Há poucos dias, mostrei da tribuna desta Casa um exemplar de um encarte que o ministério do Turismo fez em favor do Rio de Janeiro, quando aquela cidade comemorava 445 anos de emancipação político-administrativa. Merece, sim, o Rio de Janeiro, ser homenageado, mas também merecem todos os municípios de Santa Catarina. E não vi até hoje nenhum encarte no *Estado* de São Paulo homenageando qualquer município de Santa Catarina. É pura discriminação com os catarinenses, que tanto mandam impostos para Brasília - e para Brasília gastar com as outras cidades; para Brasília gastar com os outros estados, menos com os municípios de Santa Catarina.

Mais uma vez, deputados Romildo Titon e Sargento Amauri Soares, peço aos demais deputados que prestem atenção ao que lhes vou mostrar, ou seja, o encarte num jornal de circulação nacional, o *Estado de S.Paulo*, o famoso *Estado*, com o título: Governo federal, Infraero, aeroportos. O jornal traz um encarte todo colorido, bem feito, é verdade, de dez páginas, em que trata do relatório que a Infraero fez em razão de suas atividades no ano de 2009.

(Passa a ler.)

"A Diretoria da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.Sas. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa[...]" [sic]

O relatório trata das estratégias, planos e otimização de processos; do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro; das parcerias com o Exército para a construção de novas pistas; do desenvolvimento e segurança aeroportuária; do Aeroporto

Internacional de Boa Vista. Este é o encarte! São cerca de 300 mil encartes ao custo de alguns milhões de reais.

Segundo o relatório, em 2009 foram investidos R\$ 425 milhões, um aumento de 6,6% em relação a 2008.

Dentre as principais obras feitas pela Infraero, em 2009, destacam-se:

- Modernização do Terminal 1 e o avanço das obras para conclusão do Terminal 2 do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim -, com um investimento de R\$ 648 milhões;

- Conclusão do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul, no Acre, com arquitetura inspirada na cultura indígena e paisagismo com plantas nativas da Amazônia;

- Conclusão do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Internacional de Boa Vista/Atlas Brasil Cantanhade, Roraima - a obra teve um investimento de cerca de R\$ 9 milhões;

- Conclusão do Terminal de Logística de Carga do Aeroporto Internacional de Fortaleza;

- Inauguração do 34º terminal de logística de carga do aeroporto de Porto Velho;

- A Infraero também retomou as obras paralisadas dos aeroportos de São Paulo, Guarulhos, Goiânia, Vitória, Macapá e de tantos outros."

Deputado Romildo Titon, Deputado Sargento Amauri Soares, deputado Kennedy Nunes, deputado Valmir Comin, não vi e não li uma só vírgula neste encarte que diga respeito a investimento da Infraero em algum aeroporto de Santa Catarina.

Continua a promessa para a construção do Aeroporto Internacional Hercílio Luz. Continua a promessa para a modernização do Aeroporto Internacional de Navegantes. Há, às vezes, a interdição do aeroporto de Joinville. E continua sendo administrado pela prefeitura municipal de Chapecó o Aeroporto Municipal Serafim Bertaso.

As taxas aeroportuárias que nós catarinenses pagamos diariamente quando embarcamos em algum avião, em algum aeroporto de Santa Catarina, são as mais altas do mundo inteiro. E esse dinheiro sai daqui de Santa Catarina e vai ser investido nos aeroportos relacionados pelo relatório do Conselho de Administração da Infraero, que recentemente publica mais um encarte favorecendo os demais estados do Brasil, mas, sobretudo, deputado Valmir Comin, discriminando Santa Catarina.

Onde está o melhoramento da região carbonífera? Onde estão os investimentos assumidos publicamente pelo governo federal para favorecer e beneficiar os aeroportos de Santa Catarina? No ano passado, 2009, Santa Catarina mandou para Brasília cerca de R\$ 14 bilhões, mas nenhum tostão retorna para este estado sob forma de investimento para os aeroportos de Santa Catarina.

Vamos, pois, srs. deputados - e eu aqui peço à Bancada do Partido dos Trabalhadores que detém o manto do governo federal -, ajudar os catarinenses a ter aeroportos condizentes, para que os empresários possam vir para cá investir, assim como os turistas também possam vir para cá visitar as nossas maravilhas do sul, do norte, do leste, do oeste e do extremo oeste.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ozair Polaco, a quem concedo a palavra.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Ozair Polaco, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Edison Andrino, a quem concedemos a palavra.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Edison Andrino, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Décio Góes, a quem concedemos a palavra, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. deputado Valmir Comin, presidente desta sessão, srs. deputados, quero primeiro reforçar um convite e anunciar que a comissão de Constituição e Justiça, nesta manhã, aprovou um requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores marcando uma audiência pública para o dia 24, na próxima quarta-feira, às 9h, no Auditório Antonieta de Barros, para discutir a questão da Celesc.

Ultimamente nós temos visto, já a partir de uma revolta dos acionistas minoritários, muita conversa sobre privatização, lançamento de um plano de demissão incentivada, convênios com a Cemig e a Copel inexplicados. E agora fomos surpreendidos com a convocação de uma assembléia geral extraordinária para fazer mudanças estatutárias justamente no dia 31 de março, quando termina o governo Luiz Henrique da Silveira.

Embora as notícias de hoje deem conta de que ele vai sair no dia 26, na data marcada praticamente termina este governo e começa um novo governo, quase que interino, um governo de final de ano, de abril até dezembro, se as coisas correrem todas como foram planejadas.

Então, reforço o convite para essa audiência pública no dia 24, às 9h, no auditório Antonieta de Barros, e chamo a atenção da sociedade catarinense interessada nesse patrimônio público que é a Celesc, especialmente dos funcionários dessa empresa, os celesquianos, que estão nos assistindo pela TVAL neste momento.

O deputado Marcos Vieira vem aqui, faz todo esse debate. Ele anda fazendo publicidade dos nossos planos de governo. Outro dia, na semana passada, ele entrou na questão da Cide. Inclusive, estou com o documento pronto, porque ele assumiu o compromisso de assinar também o pedido de informação. Então, depois da minha fala, vou procurá-lo para que possamos assinar conjuntamente e amanhã dar entrada a esse pedido de informação sobre a Cide, sobre o quanto veio, ano a ano, no governo Luiz Henrique da Silveira, para Santa Catarina e onde foram aplicados todos esses recursos, porque há o modelo catarinense, que o governador sempre apregoa aqui, de que se fez acesso para todos os municípios.

Primeiramente, não é uma verdade inteira, são apenas dois terços da verdade, porque falta acesso para um terço dos municípios catarinenses. Em segundo lugar, os acessos são para as rodovias federais, sobrecarregando-as. Não se cria no estado de Santa Catarina um roteiro alternativo, por exemplo, como daqui até Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Braço do Norte, Serra do Corvo Branco, de tal forma que consigamos ir de Florianópolis a Lages num outro roteiro que não seja aquele tradicional, ou que dê para ir até Gravatá sem precisar utilizar a BR-101. Enfim, a proposta do governo não é criar outros roteiros e, sim, apenas fazer acesso até as vias federais. Para quem não tem nada é bom, mas seria um ótimo plano se criassem caminhos alternativos em Santa Catarina para que não dependêssemos somente das vias federais.

Também gostaria de falar sobre os aeroportos de Santa Catarina. Penso que podemos esperar da Infraero, porque ela se propõe a isso, propiciar a aviação nacional. Então os aeroportos das capitais, dos grandes centros deste país, serão administrados pela Infraero, mas cada estado precisa ter o seu projeto de aviação regional. É um discurso contraditório, porque ao mesmo tempo em que se reclama que Brasília decide tudo, ela também quer entregar para Infraero a decisão da aviação regional em Santa Catarina. O ideal é que tenhamos uma Infraero catarinense, uma Infraero que possa estudar a nossa malha viária, estabelecer um plano estadual de aeroportos, de ligação aérea, para que com isso possamos ter em Santa Catarina uma aviação complementar à aviação nacional e que os aeroportos de Florianópolis, Joinville, enfim, liguem-se na malha nacional e internacional. Isso seria o ideal, mas o estado não está preocupado em discutir qual é a malha de Santa Catarina.

Então há promessa de aeroporto aqui e ali, vai-se buscar o dinheiro no governo federal e depois não se administram esses aeroportos, que ficam por conta dos municípios. É uma situação esdrúxula, ruim. Precisamos de um plano estadual de aviação, de aeroportos, para que possamos encaminhar esse assunto da maneira mais correta, sustentável, que seja estratégico para o estado. E não podemos achar que de Brasília vão administrar o aeroporto de Jaguaruna ou o de Criciúma. Enfim, isso não é o correto!

Queria também dizer que na quarta-feira passada nós estivemos visitando o secretário Mauro Mariani, com lideranças de Jacinto Machado, o prefeito e os vereadores, para discutir sobre a polêmica ponte da discórdia em Jacinto Machado. E não se acha uma solução técnica para uma ponte que já foi feita há 50 anos, sem os cálculos de hoje, que ficou 50 anos em pé. E, agora, com os recursos tecnológicos e os cálculos de

engenharia que existem, não se consegue fazer essa ponte que está há um ano meio esperando uma solução. Era para ser inaugurada agora, mas não se consegue dar continuidade à obra.

E o estado renega a obra, deputado Valmir Comin. Eu não sei se v.ex.a. notou que não há placa do estado lá. Há placa em tudo que é lugar, menos lá. Não há placa do estado. O governo do estado fez questão de não colocar placa, porque acho que tem vergonha, pois onde já se viu não conseguir solucionar um problema desses.

O secretário Mauro Mariani assumiu o compromisso de nos dar num outro dia uma solução e até agora eu não recebi nenhum retorno. E não sei se v.ex.a. já recebeu. Nós estamos aguardando do estado esse retorno para darmos uma satisfação à comunidade e saber qual providências deveremos tomar, porque esse é um assunto recorrente, e nós precisamos de uma saída.

Amanhã estarei novamente me inscrevendo para falar, porque eu fui visitar uma escola no balneário Rincão, na sexta-feira passada, e cada vez que faço uma visita a uma escola em função de condições físicas e de trabalho fico com vergonha da criança e dos jovens que estudam nesses ambientes escolares.

Nós precisamos mudar essa realidade. Não é possível continuar do jeito que está.

Então, amanhã, eu vou falar sobre esse assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - De acordo com o art. 110 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 18ª Sessão Ordinária do dia 17/03/2010.

Discussão e votação em turno único das Mensagens n.s.: 1.362/2009, 1.401/2009, 1.402/2009, 1.403/2009, 1.405/2009, 1.494/2010, 1.495/2010, 1.496/2010, 1.497/2010, 1.503/2010, 1.507/2010 e 1.508/2010;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Leis n.s.: 0532/2007 e 0058/2008;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Leis n.s.: 0129/2009, 0333/2009, 0406/2009 e 0518/2009.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queria fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherm - Dagomar Carneiro - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Comenta ameaça que sofreu por sua posição em votação de veto governamental.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Chama a atenção para o problema da segurança pública e cobra providências.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Registra a presença de alunos da EEB Paulo Cordeiro, de Rio do Sul, acompanhados do vereador J.Thomé.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Defende a atuação da Fundação Pró-Família, de Blumenau; pede a destituição do secretário Ronaldo Benedet, da Segurança Pública.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Comenta as declarações do deputado Jean Kuhlmann sobre a Segurança Pública; lança campanha para criar um piso salarial estadual para o Magistério.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Explica sua posição quanto à secretaria da Segurança Pública.

DEPUTADO DADO CHEREM (pela ordem) - Registra presença de lideranças de Balneário Camboriú.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra presença de lideranças de Araquari.

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute o PL 0532/07.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita que o deputado Peninha retire PL de pauta.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Sugere em adiar a votação de PL.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Pede a retirada do PL 0058/08.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha votação ao PL 0129/09.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Parabeniza deputado Kennedy Nunes pela iniciativa.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Pede para subscrever o PL 0012/2010.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se aos *royalties* do petróleo.

DEPUTADA ADA DE LUCCA (aparte) - Parabeniza o deputado Serafim Venzon pela iniciativa.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Tijucas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Parabeniza o deputado Silvio Dreveck pelo pronunciamento a respeito do pré-sal; reporta-se ao caso Leonel Pavan.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Parabeniza o deputado Dirceu Dresch pelo pronunciamento em defesa das mulheres agricultoras de Chapecó.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Reporta-se à inclusão na merenda escolar de mariscos e ostras; faz convite para a sessão da próxima segunda-feira.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Congratula-se com o deputado Edison Andriano.

DEPUTADA ADA DE LUCCA (aparte) - Congratula-se com o deputado Edison Andriano.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Congratula-se com o deputado Edison Andriano.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta-se a respeito da segurança de Joinville; critica o governo do estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Kennedy Nunes; critica governo estadual.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Faz um balanço de sua visita aos municípios catarinenses.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica governo estadual.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra a 9ª Fêmea.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda os boletins de criminalidade no estado; fala sobre a lotação de Ari Cesar da Silva no gabinete do secretário da Educação.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à falta de investimentos em diversas áreas do estado.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra presença de lideranças de Campos Novos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra presença de lideranças de Presidente Getúlio.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Manifesta-se sobre o atraso da reconstrução, pelo governo, de casas em Joinville.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Aborda a necessidade do acesso a Bombinhas e Porto Belo, a dragagem dos portos de Itajaí e Navegantes; faz agradecimentos e solicitações ao secretário da Segurança Pública e ao governo estadual; parabeniza o PMDB pelas prévias a serem realizadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado José Natal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio

Alesc Digital, antes de fazer o meu pronunciamento quero dar as boas-vindas aos vereadores mirins de Tubarão que estão nesta Casa e dizer-lhes que são extremamente importantes, uma vez que já tão jovens estão interessados no processo político do nosso país.

Parabéns a vocês que escolheram ser vereadores mirins da cidade de Tubarão, dando exemplo a muitas cidades de Santa Catarina.

Sr. presidente, quero também, com muita alegria, registrar que hoje conhecemos o vereador Ataliba Branco, do município de Capão Alto, que nos visitou em nosso gabinete, posto que esteve nesta Casa tratando de assuntos da sua cidade. Desejo-lhe sucesso na consecução dos pleitos do seu município.

Catarinenses, telespectadores da TVAL, funcionários públicos de todos os níveis, hoje vou usar a tribuna para falar sobre o mesmo assunto que o deputado Jailson Lima falou há alguns dias. Esta Casa, ontem, esteve a um passo de cometer mais uma injustiça com uma grande gama de funcionários públicos estaduais. Tenho dito isto desde que ingressei nesta Casa, ou seja, que para o funcionário público tem que ser ter dado aumento linear, o mesmo percentual a todos, nem que seja de R\$ 1,00 novamente. Vão ficar insatisfeitos, mas ninguém será privilegiado em sua carreira.

Ontem apreciamos nesta Casa o veto do governador aos arts. 20 e 21 do Projeto de Lei n. 0063/2009. O art. 20 do referido projeto de lei diz que para acessar o cargo de assessor jurídico no estado de Santa Catarina não será necessário o registro na OAB, basta ser bacharel em Direito, com o que a maioria dos deputados desta Casa concordou e derrubou o veto.

Já o art. 21 diz que serão enquadrados por transformação para o cargo de assistentes jurídicos e passarão a ter lotação e efetivo exercício na Procuradoria-Geral do Estado, sem perdas de direitos e vantagens, os ocupantes dos seguintes cargos: analista técnico em gestão pública, analista técnico em gestão de desenvolvimento sustentável e analista técnico em gestão de desenvolvimento social, trabalho e habitação, classe IV.

Eu verifiquei e vi que o salário em média é de R\$ 5 mil a R\$ 7 mil! Vejam só, de R\$ 5 a R\$ 7 mil, um salário bem acima da média de pelo menos 60% dos funcionários de carreira. Há professores e até médicos no estado que ganham menos do que isso. Por isso a dificuldade dos municípios conseguirem médicos.

Então, se tivéssemos cometido esse erro aqui, essas pessoas passariam, num futuro bem próximo, a ter um salário de aproximadamente R\$ 14 mil ou R\$ 16 mil em média. Já há o caso de uma pessoa que saiu da PGE para a secretaria da Fazenda e está ganhando cerca de R\$ 16 mil, porque levou o cargo consigo.

Ontem ocupei o microfone de aparte na hora em que o veto estava sendo apreciado

e pedi aos deputados que não cometêssemos mais essa injustiça com os funcionários públicos. E por um voto, por um voto, catarinenses, o veto foi mantido!

Estou aqui falando sobre isso porque fui ameaçado ontem, deputado Jailson Lima, assim como v.exa. também o foi. Fui ameaçado aqui, na hora da votação, por um funcionário que seria contemplado com a tal maracutaia. Já à noite o meu telefone tocou diversas vezes. Três vezes eu atendi e eram ameaças à minha pessoa por haver falado e não ter permitido que oito ou dez funcionários fossem privilegiados em detrimento da grande maioria. Desliguei o meu telefone, mas quero dizer-lhes que tudo o que fiz nesta Casa até hoje foi com muita consciência e assim continuarei agindo.

Srs. deputados, sou funcionário público municipal de carreira, injustiçado como tantos outros, mas sempre fui muito coerente nos votos que dei no Parlamento Municipal, quando fui vereador, assim como nesta Casa, como deputado, representando toda Santa Catarina. Não fiz demagogia e não faço com ninguém. Já aprovei muitas leis que poderiam prejudicar uma minoria em favor de uma grande maioria. Mas o caso aqui ontem, srs. deputados, era completamente diferente, pois existem pessoas que pleiteavam tal situação e que estão sob suspeição por atitudes funcionais.

Então, deixo aqui o meu recado: não tenho medo, não tenho cola presa, para não usar outro palavreado, porque podem querer amputar-me regimentalmente. Tenho consciência do que faço, tenho consciência de que o funcionário público deve ser valorizado, sei também que o governo não tem aporte para pagar tudo em um momento só, mas fazer um projeto para beneficiar seis pessoas que já têm uma média salarial de aproximadamente R\$ 7 mil para passar para R\$ 13 ou R\$ 14 mil é um escândalo.

Depois da minha intervenção ontem, alguns deputados me disseram que mudaram o voto porque não sabiam da situação. Fico feliz por não termos cometido esse equívoco, porque nesta galeria, ontem à tarde, estavam inúmeros funcionários da secretaria de estado da Educação reclamando que ganhavam pouco. Eles ganham pouco, realmente, na sua totalidade. Abrimos espaço para a presidente do Sinte fazer a sua reclamação, que foi, de todas as intervenções que já vi Joanhina fazer, em toda a sua vida, a mais coerente, pelas colocações, pelo pleito, pelo que ela disse que queria falar com o secretário Paulo Bauer, que é do meu partido.

Quero elogiar, portanto, a decência das suas colocações feitas aqui no dia de ontem. Se todas as vezes os problemas fossem tratados da forma como ela colocou ontem, talvez fossem mais fáceis algumas negociações com os governos. Apesar disso, estavam na galeria ontem alguns mal-educados, que vêm aqui pensando, talvez, que esta é uma casa de bobos, mas não é. Então, não venham aqui para enxovalhar, venham para colocar a sua reclamação, a sua reivindicação com clareza, porque percebi que alguns vieram para enxovalhar o secretário Paulo Bauer.

Volto a dizer que ontem agi de acordo com a minha consciência, até porque nós, deputados, devemos pensar sempre no bem coletivo e não em uma minoria. Vou para casa no final deste mês porque sou suplente de deputado e o deputado Gilmar Knaesel assumirá no meu lugar, assim como os demais deputados que estão ocupando secretarias de estado. Mas vou consciente de que o que fiz aqui foi para a melhoria da qualidade de vida

do povo de Santa Catarina. A Oposição já nos chamou muitas vezes de boneco, mas nunca me considere um boneco, considere-me um deputado que tem responsabilidade. Todos os projetos que deram entrada nesta Casa foram lidos por este deputado, para que quando viessem à votação já os conhecesse.

Vou copiar o deputado Jailson Lima e dizer que não adianta ameaçar porque não tenho medo de ameaça, sou muito homem!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado José Natal, parabéns v.exa. pelo pronunciamento, pois somos testemunha do seu empenho nesta Casa.

Quero saudar ainda os vereadores mirins de Tubarão.

Srs. deputados, às 15h a sessão será suspensa por 30 minutos para uma reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação, neste plenário.

A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos ao palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, população catarinense que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, ficamos muito felizes, como parlamentar, com a visita dos vereadores mirins do município de Tubarão, juntamente com seus acompanhantes. Sejam bem-vindos e esperamos que, no futuro, sejam deputados e deputadas ou, quem sabe, governantes do estado de Santa Catarina. Acredito que, desde cedo, devemos tratar da política de uma forma séria, porque o mais importante na vida são as decisões políticas, pois tudo na vida depende da política, inclusive o ar que respiramos.

Sr. presidente e srs. deputados, ontem, na reunião da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, a qual tenho a honra de presidir, foi realizada a denúncia de um caso ocorrido no presidio do município de Criciúma, de um senhor de 56 anos, Valcir Ghislandi, deficiente mental, morador de Nova Veneza, que foi preso em uma cela com mais quatro detentos e foi assassinado brutalmente. E sabem por quê, deputados? Porque sua família lhe deu um pacote de bolacha recheada e os outros presos queriam o pacote. Ele, com carinho, segurou o pacote dizendo que não ia dar e por isso foi torturado dentro da cela, espancado e morto.

A nossa visita, srs. deputados, ao Presídio Santa Augusta, de Criciúma, vai acontecer, sim, e também será realizada uma audiência pública para que assuntos dessa natureza sejam tratados com mais responsabilidade pelos nossos governantes.

Também quero tratar de um assunto que vem gerando muito desconforto na cidade de Blumenau. Há muito tempo, deputados José Natal, Peninha, Antônio Aguiar, Jailson Lima e Dado Chereim, vimos alertando para esse problema. Por isso, digo que é uma tragédia anunciada o que vem acontecendo naquele município.

No dia 3 de novembro de 2008, quando realizamos uma audiência pública em Blumenau para discutir a situação do presidio regional, disse que o governador Luiz Henrique da Silveira banalizava a segurança pública do estado de Santa Catarina. Por conta disso recebi duras críticas do secretário da Segurança Pública, deputado Ronaldo Benedet, que está saindo da secretaria no próximo dia 3 de abril.

Hoje, srs. deputados, o presidio regional de Blumenau foi interditado. Isso quer

dizer que não entrará nenhum preso se um dos 761 que lá se encontram não sair. Isso mesmo! São 761 presos num estabelecimento carcerário construído para abrigar somente 285 apenados. Se a partir de hoje houver uma prisão em flagrante no município de Blumenau, o indivíduo ficará detido na delegacia, que, com certeza, não tem estrutura para receber detentos.

Com a interdição fica prejudicada a atividade policial, o cumprimento dos mandados de prisão e o estado terá que transferir os presos para outros presídios, a maioria em péssimas condições de atendimento, descumprindo, inclusive, o direito do apenado de cumprir a pena em estabelecimento próximo a sua família.

Eu não culpo o juiz corregedor pela interdição, pois ele está desempenhando o seu papel fiscalizador das normas de disciplina, estrutura e funcionamento dos presídios. Se ele interdito é porque o governo do estado de Santa Catarina não cumpriu o previsto na Lei de Execuções Penais.

Por que estamos chegando a esse ponto? Por descaso do governo estadual! Isso é mais do que banalizar a segurança pública no estado de Santa Catarina! Isso é colocar mais cidadãos à mercê da insegurança, é colocar o próprio apenado à mercê de rebeliões, de fugas em função, principalmente, da superlotação das instituições penais catarinenses, principalmente na cidade de Blumenau.

Senhoras e senhores, temos, em Blumenau, um estabelecimento carcerário construído numa área residencial, cuja estrutura é precária e de onde a cada dez dias foge um preso. O número de agentes prisionais é tão pequeno que seria cômico se não fosse trágico. Pasmem, senhores! Há apenas um agente para cuidar de 125 presos! Como vamos avaliar essa situação?

O efetivo policial prometido pelo governador por três vezes, na cidade de Blumenau, até agora não apareceu. Sua excelência esteve lá, bateu foto, fez festa, visitou a cidade, falou com a associação comercial, falou com as lideranças políticas, mas até agora nada para a cidade de Blumenau.

A cada semana nós e a população daquela região ficamos atônios e indignados com o número de homicídios que lá acontecem. Semana passada houve a morte de um taxista baleado. Nunca imaginamos que isso pudesse acontecer! Foi baleado na cabeça e toda a categoria, realmente, ficou revoltada, porque o governador do estado já esteve várias vezes na cidade de Blumenau e não cumpriu ainda o que prometeu.

Eu estou chamando à responsabilidade o governador e o vice-governador do estado de Santa Catarina, o secretário da Segurança Pública e, por último, não menos importante, o prefeito municipal de Blumenau, que é a pessoa responsável para esses casos.

Eu digo isso, sras. deputadas e srs. deputados, porque é tudo a mesma coisa. O prefeito é do DEM, o governador tem aliança com o DEM, com o PSDB, com o PMDB, enfim, é tudo a mesma coisa. Eles é que detêm o poder, tanto no estado quanto no município, mas não cumprem o prometido. É só palanque, senhoras e senhores! São só promessas! Enquanto isso as pessoas estão vivendo, e eu também, que moro lá, na insegurança! São só promessas para o município de Blumenau!

Nós, como parlamentar, já visitamos aquele presidio inúmeras vezes; já alertamos o governador inúmeras vezes; já fizemos audiência pública tanto em Blumenau quanto na Assembleia Legislativa; já encaminhamos

documentos ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina para realizar o mutirão penitenciário, porque lá se encontram presos que ainda não tiveram direito à defesa ou que já cumpriram sua pena, mas que continuam trancados. É por isso que o número de presos naquele estabelecimento penal, que tem capacidade para receber 285 apenados, é de 761.

Mas uma pergunta fica no ar, deputado Sargento Amauri Soares. Em 2004, no presídio de Blumenau havia menos de 300 presos e hoje há 761. Sabem por quê? Porque o governo do sr. Luiz Henrique da Silveira, do sr. Leonel Pavan e do prefeito de Blumenau tratam a causa e não o efeito. E a maioria dos presos é dependente químico. Vereadores mirins de Tubarão, não entrem nesse mundo, o mundo da droga, o mundo do crack. Nós não temos uma política pública no estado e no município para desintoxicar esses jovens e adolescentes, que além de acabarem com as suas vidas, acabam com a vida da família e acabam, por último, contaminando a comunidade.

Antigamente havia políticas públicas sociais, havia uma instituição que atendia mais de duas mil crianças, a extinta Promenor. Agora não se sabe onde estão essas crianças, esses adolescentes. É por isso, repito, que a população carcerária passou de 300 presos para quase 800.

Eu, como mãe, como deputada, como profissional da área da saúde, acho que está tudo errado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, somente quero comunicar a todos que os alunos da Escola Estadual Básica Paulo Cordeiro, da cidade de Rio do Sul, capital do alto vale, estão neste momento visitando a Assembleia Legislativa acompanhados de professores e também do jovem vereador J.Thomé, filho do ex-deputado federal J.Thomé, já falecido, que com certeza é uma grande liderança do nosso partido naquela região.

Sejam bem-vindos a esta Casa, alunos da Escola Paulo Cordeiro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos. São 39 alunos do 3º ano do ensino médio, juntamente com os professores Thiago e Lenir, de Sociologia, Química e Física, e com o companheiro J.Thomé, jovem liderança da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

Também registro a presença, nesta Casa, da Associação dos Comissários da Infância e da Juventude, do Tribunal de Justiça, que hoje esteve em meu gabinete - está vindo um projeto de lei para esta Casa extremamente importante para a associação -, e da Fabiolla Lazzarotto Rocha, que é uma liderança de Itajaí.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, liderança democrata do vale, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares e sras. parlamentares, quero agradecer, em primeiro lugar, ao deputado Jailson Lima por chamar o partido de forma transparente, sem menosprezar o nome de nenhum, porque não é dessa forma que temos que agir nesta Casa. Temos que agir, no mínimo, com respeito a cada sigla partidária, a cada nome de partido.

Se começarmos a agir aqui de forma pejorativa iremos, com certeza, ser tratados da mesma forma pelo povo que nos assiste neste momento.

Eu gostaria apenas de esclarecer algumas coisas ditas pela deputada Ana Paula Lima, que tenta confundir a questão do presídio com o município.

Mas antes, deputado Pedro Uczai, quero dizer que o Projeto Adolescente Aprendiz, da Fundação Pró-Família, de Blumenau, é um projeto que se fortaleceu muito, é um projeto reconhecido e de grande valia não apenas para aquele município, como para o estado de Santa Catarina. Esse projeto, em 2008, ou seja, já na administração do prefeito João Paulo Kleitübing, ganhou uma sede própria, com 700m², com salas adequadas para todos os cursos lá oferecidos. Se antigamente existia apenas uma instituição em Blumenau chamada Promenor, hoje existe uma instituição chamada Pró-Família, que cuida de toda a família. E mais, com sede própria para o Programa Menor Aprendiz ela atende, de forma digna e respeitosa, crianças que aprendem uma profissão, porque são aprendizes de vários cursos que existem no município de Blumenau, cursos de rotina administrativa avançada, guia de turismo, panificação e confeitaria, cozinha/escola, processo industrial de vestuário e têxtil.

Antigamente isso não existia porque não havia um programa decente para ele. Hoje, além de uma sede própria, ele tem qualificação digna e todas as condições para aprender. De 2006 até a presente data já passaram pelos cursos mais de 1.500 aprendizes, sendo que atualmente estão fazendo aprendizagem teórica e prática cerca de 700 adolescentes, numa parceria com 280 empresas de Blumenau, deputado Jailson Lima. Não importa a área, mas eles estão em sala de aula aprendendo através de parcerias com as empresas, sendo que 99% deles saem do curso com emprego garantido. Ou seja, são 1.500 alunos desde 2006, e atualmente são 700 alunos numa sede própria, fazendo o seu aprendizado.

Então, assomar à tribuna para falar por falar, sem conhecimento de causa, sem ir lá ver o local, não é justo. Tem que assomar à tribuna, sim, mas para dizer a realidade e a verdade.

Com relação à questão do presídio, que é ao que quero ater-me neste pronunciamento, o que mais me revolta - e eu gostaria de falar durante os meus dez minutos restantes sobre isso, srs. parlamentares - é justamente a postura do secretário Ronaldo Benedet - e eu tenho que respeitá-lo por ser um deputado estadual, mas, infelizmente, não respeito a sua postura como secretário da Segurança Pública -, que não mandou os policiais que o governador Luiz Henrique prometeu! Ele não cumpriu a ordem do seu superior! Que Segurança Pública é essa em que o secretário não cumpre a ordem do seu superior?! Ou o governador não é superior dele? Será que é o secretário que manda no governador ou é o governador que manda no secretário? Se o governador foi lá dizer que seriam destinados 50 policiais militares para Blumenau, teriam que ter ido os 50 policiais! Se o governador foi lá dizer que seriam destinados 30 policiais civis, teriam que ter ido os 30 policiais civis. Quem é ele para desobedecer a uma ordem do governador?! A não ser que aqui a ordem hierárquica seja inversa.

Não admito e não aceito isso. Por isso quero aqui pedir ao governador Luiz Henrique que mande esse cidadão de volta para esta Casa! Que exonere imediatamente o

secretário Ronaldo Benedet, porque a sua postura não é a de um homem sério, de uma pessoa que tem compromisso com a sociedade. E o vale do Itajaí merece respeito, sim, merece respeito da Segurança Pública deste estado, que foi o que sempre recebeu do governador Luiz Henrique da Silveira.

Se o dr. Edson Marcos de Mendonça, que é o corregedor-geral do município de Blumenau e responsável pelo presídio regional, tomar a postura de interditar o presídio, virei aqui parabenizá-lo pela coragem, pela ousadia, porque não é possível a condição em que se encontra o atual presídio de Blumenau, que está sem efetivo.

V.Exas. são testemunhas de que eu, há cerca de duas semanas, aprovei nesta Casa uma indicação pedindo mais efetivo para a Polícia Civil, para a Polícia Militar, agentes prisionais para o presídio regional, veículos, tanto para os presídios quanto para a Polícia Civil e para a Polícia Militar. No entanto, o que vemos? Simplesmente declarações da Polícia Civil, do sr. Justiniano Pedroso, do sr. Alexandre Brunk, que o substitui, dizendo que não sabem de nada, que não foram notificados de nada. Estão cansados de saber, de ser avisados de que muitos deputados usaram esta tribuna para falar desse caso. Agora, dizerem pela imprensa que não sabem de nada, é uma falta de respeito com o vale do Itajaí, srs. parlamentares! É uma vergonha, é um absurdo!

Por isso, quero pedir ao governador Luiz Henrique que exonere o secretário Ronaldo Benedet imediatamente, porque não é possível que enquanto várias regiões do estado ganhem policiais civis, policiais militares, pessoas para trabalhar no presídio, Blumenau não ganhe ninguém. Isso é um absurdo.

O responsável pelo presídio, o sr. Moura, vem fazendo um grande trabalho moralizando aquele estabelecimento. Agora, quem de nós - e aí pergunto ao deputado Sargento Amauri Soares que conhece a área - conseguiria fazer um trabalho efetivo no presídio sem as mínimas condições estruturais, sem efetivo, sem veículo, sem estrutura alguma? Ninguém conseguiria, porque é uma vergonha a falta de respeito da Segurança Pública com o município de Blumenau. É um absurdo a forma como é tratado, sem o devido efetivo.

Então, o que eu quero, hoje, sr. presidente, é pedir ao governador Luiz Henrique que exija que o secretário Ronaldo Benedet cumpra o que ele prometeu, porque eu confio no governador. Agora, quero ver é ele fazer o secretário cumprir, porque, afinal de contas, quem manda no governo é o governador e não o secretário da Segurança Pública.

Não podemos culpar a prefeitura, porque se for para culpar quem não tem ingerência nenhuma, eu usaria a tribuna para fazer demagogia política e culpar o PT e o presidente Lula, que também não têm nada a ver com o presídio. A culpa é, sim, da secretaria da Segurança Pública. E nós não podemos tapar o sol com a peneira, nós temos que mostrar a verdade e exigir que realmente seja enviada para Blumenau a estrutura necessária para o presídio regional de Blumenau.

Catarinenses, apenas exijo - e quero pedir a parceria de todos os parlamentares - que o secretário Ronaldo Benedet obedeça e respeite o governador, porque se ele prometeu, não é o secretário que vai descumprir sua determinação. A não ser que aqui quem mande não seja o governador, mas o secretário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O sr. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Jean Kuhlmann, se v.exa. quiser mais três minutos para se pronunciar, a Oposição hoje vai-se abster de intervir.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até sete minutos, tendo em vista que às 15h iremos suspender a sessão para a reunião conjunta das comissões técnicas neste plenário, como foi avisado antecipadamente.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Sargento Amauri Soares, não posso deixar de comentar o pronunciamento do deputado Jean Kuhlmann porque hoje, pela manhã, a comissão de Segurança, da qual faço parte, recebeu os vereadores chapecoenses, que visitaram a penitenciária de Chapecó juntamente com este deputado e que puderam verificar o caos que se instalou naquele estabelecimento, pois falta estrutura, falta pessoal, há superlotação. E essa é a realidade dos presídios e das penitenciárias em Santa Catarina.

Entretanto, a triplice aliança está fazendo o papel da Oposição e nós já não entendemos mais a relação entre os partidos que fazem parte da base do governo. Deputado Jailson Lima, já estamos com dificuldade de identidade nesta Casa por causa da relação dos nossos pares governistas, que estão mais ou menos governistas.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo-lhe 30 segundos apenas porque vou falar de outro assunto.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Com certeza! Quero apenas dizer, deputado Pedro Uczai, que na verdade não é uma questão partidária, é uma situação tão dramática que qualquer pessoa que ama o vale de Itajaí, qualquer pessoa que quer o bem do vale do Itajaí não poderia ficar calada neste momento, e por isso pedi ao secretário que respeitasse as promessas que foram feitas.

Então, não é nada partidário, mas é uma questão de amor ao vale de Itajaí e respeito àquela população que tanto merece o nosso respeito.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Jean Kuhlmann, aprovamos neste plenário a convocação do secretário da Segurança Pública, mas já venceu o prazo e ele já está cometendo crime de responsabilidade porque não aceitou a convocação deste Parlamento. Por isso temos que entrar com uma representação, para que ele explique como está a situação da Segurança Pública em Santa Catarina e, particularmente, da Penitenciária Agrícola de Chapecó, assunto sobre o qual vou-me pronunciar amanhã.

Mas hoje quero falar como educador, como professor, como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, pois estive ontem na manifestação dos professores em defesa do piso nacional do Magistério, que é um piso mínimo, decente, para a categoria, que quer que os estados cumpram essa legislação nacional, concedendo aos professores de ensino médio, com 40 horas semanais, um salário digno e aos professores com melhor habilitação um salário superior.

Por isso estive na cidade de Chapecó, no dia de ontem, manifestando a minha solidariedade ao Magistério Público Estadual, à luta dos professores, à luta do Sinte, e se houve alguma conquista neste Parlamento foi graças à mobilização dos professores, desde o Prêmio Jubilar, que não estava previsto pelo governo do estado, que só o concedeu em virtude da pressão social, até a

não-municipalização do ensino fundamental, sendo mantido esse direito na rede pública estadual graças à mobilização de prefeitos, de secretários municipais da Educação e, principalmente, dos professores da rede pública estadual.

Parabéns aos professores pela mobilização na luta pelo cumprimento do piso salarial dos profissionais do Magistério.

Hoje, quero tornar público desta tribuna o que anunciei ontem, juntamente com os professores, ou seja, iniciar um grande movimento, uma grande campanha a favor do piso estadual do Magistério, a exemplo daquela que construímos em Santa Catarina em relação ao salário mínimo estadual, que está beneficiando milhares e milhares de trabalhadores no estado, a exemplo dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, que estão implantando o salário mínimo estadual, um direito conquistado para milhares de trabalhadores.

A Constituição garante que cada estado possa ter, diferenciadamente, o seu salário mínimo estadual. No caso dos professores, temos um piso nacional e nesse mesmo raciocínio poderemos ter um piso estadual. A intenção é que este parlamentar não apresente um projeto de lei nesta Casa criando o piso salarial dos professores do estado de Santa Catarina, diferenciado do piso nacional, mas que possamos, de forma coletiva, juntamente com os parlamentares que queiram engajar-se nessa luta, juntamente com o Sinte e com os professores da rede pública, construir um projeto de iniciativa popular prevendo a implantação de um piso salarial dos professores para Santa Catarina.

É nesse sentido que estamos iniciando hoje essa campanha de implantação de um piso salarial para os professores de Santa Catarina. Se o governador, no discurso proferido ontem na abertura da AgroGestão 2010, em Chapecó, dizia que o estado de Santa Catarina só gasta 7% do PIB na máquina pública e que outros estados gastam 11%, 14%, fica evidente que pode aumentar o salário dos professores e instituir um piso estadual a exemplo do salário mínimo.

Vamos construir, então, esse projeto de iniciativa popular e em 90 dias buscar uma meta de 50 mil eleitores, cidadãos de Santa Catarina, que irão assinar esse projeto de iniciativa popular. Esse piso não só será um piso para quem tem ensino médio, como é o piso nacional, vamos iniciar um grande movimento e uma grande luta para implantar um piso estadual diferenciado. Quem tiver ensino médio receberá R\$ 1.312,00 no início de carreira; quem tiver licenciatura plena receberá 40% a mais desse valor; quem tiver pós-graduação *lato sensu* receberá 20% a mais; quem tiver mestrado receberá 20% a mais; quem tiver doutorado receberá 20% a mais. Ou seja, quem tiver doutorado iniciará a carreira no Magistério Público Estadual com R\$ 3.176,00. Isso significa que, nesse momento, estamos dando a largada desse grande movimento, dessa grande campanha de fazer de Santa Catarina uma referência para o Brasil em relação à educação e a um piso estadual diferenciado.

Essa é a luta, esse é o movimento! E nós, como professores, juntamente com os educadores do estado, iremos mobilizar 50 mil cidadãos para assinar esse projeto de lei de iniciativa popular.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Srs. deputados, a pedido dos presidentes das comissões de Constituição e

Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação e tendo a aquiescência das lideranças presentes, nós vamos suspender a sessão por 30 minutos para que essas comissões possam se reunir conjuntamente. E às 15h30 será reaberta a sessão.

Está suspensa a presente sessão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, eu apenas gostaria de registrar a presença, no alto, à esquerda, dos alunos da faculdade de Administração Pública da Udesc de Balneário Camboriú, aqui representados pelo presidente do diretório acadêmico, Victor Burigo, e pelo Leandro da Silva. É uma honra a presença deles aqui!

E nós, que moramos em Balneário Camboriú, sabemos da importância desse curso que qualifica cada vez mais o serviço público, a administração pública.

Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa! A presença de vocês aqui só engrandece esta sessão.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, gostaria que ficasse registrada na Casa a presença na Casa, no dia de hoje, do prefeito de Araquari, João Pedro Woitexem, e também do vereador Cleilton Carlos Pereira, o que é motivo de muita alegria para nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves. Está feito o registro.

Passaremos à Ordem do Dia.

Hoje não vamos deliberar as mensagens de veto. Até em função das reuniões que tivemos, elas ficarão postergadas para a próxima quarta-feira, para que todos tenham ciência dos vetos que ficaram pendentes na votação de ontem e também dos novos que foram aprovados na CCJ e estão prontos para serem votados.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0532/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Interação Familiar - Acifam -, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e com parecer contrário da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu quero dizer que, apesar de a comissão de Constituição e Justiça ter dado parecer favorável à Associação Catarinense de Interação Familiar, nós, da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, acatamos o voto da relatora desse projeto, deputada Professora Odete de Jesus, porque em três momentos foi

pedida uma diligência a essa associação para ela apresentar documentos, principalmente o número do CNPJ e outros documentos, e em nenhum momento essa Associação Catarinense de Interação Familiar apresentou os documentos necessários para declaração de utilidade pública.

Por isso que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher votou contra esse projeto. E solicito que os srs. deputados também votem contra, conforme foi determinado na comissão. Acreditamos ser de uma seriedade muito grande nós assinarmos embaixo a declaração de utilidade pública.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Para que não haja dúvida na votação, uma vez que me parece que vai ser dividido o placar, a votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" votam favorável ao projeto e os que votarem "não" votam de forma contrária.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, o autor do projeto, deputado Peninha, poderia retirar esse projeto de pauta para sanar essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Se houver entendimento dos líderes, poderemos suspender a votação. Não haverá dificuldade nisso.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, eu concordo em darmos um prazo para a apresentação desses documentos, porque realmente eu não acompanhei. Portanto, concordo em deixarmos para votar a matéria em outra sessão, mediante a apresentação dos documentos que faltam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Como há entendimento dos srs. líderes para que seja suspensa a votação, a matéria retorna às comissões e fica sobrestada até termos o encaminhamento para que ela possa voltar ao plenário.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0058/2008, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que dispõe sobre a colocação de película ou instrumento que impossibilite a visão do interior dos estabelecimentos financeiros e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e com parecer contrário das comissões de Segurança Pública e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu gostaria de retirar este projeto para podermos trabalhar melhor com os srs. parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está retirado de pauta, com a aquiescência dos srs. líderes e a solicitação da autora.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0129/2009, de

autoria do deputado Kennedy Nunes, que reconhece o município de Camboriú como Capital Catarinense de Missões.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - É só para justificar que é em Camboriú que acontece o maior congresso missionário do Brasil e da América Latina, que é o Congresso dos Gideões Missionários da Última Hora.

E esse projeto foi amplamente discutido pelos deputados, e também tem o apoio dos vereadores e da prefeitura de Camboriú, pois o Congresso dos Gideões Missionários da Última Hora tornou-se uma grande fonte de renda para o município.

Por isso peço vênha a todos os deputados para que possamos dar esse presente a Camboriú para ela ser reconhecida como a Capital Catarinense de Missões. E também já há deputado federal tentando transformar Camboriú na Capital Brasileira de Missões.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, eu gostaria de parabenizar o deputado Kennedy Nunes pela iniciativa e justificar que de fato mais de 500 famílias dos Gideões Missionários da Última Hora no Brasil e no mundo são mantidas através desse projeto, divulgando as boas novas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A matéria está aprovada por unanimidade, em sede de primeiro turno, também com a manifestação favorável da deputada Professora Odete de Jesus.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0333/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que dispõe acerca da notificação obrigatória nos casos de violência contra a criança e o adolescente pelos estabelecimentos de ensino no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0406/2009, de autoria da bancada do PT, que dispõe sobre a obrigatoriedade de bancos, empresas de cartão de crédito, operadoras de serviços de

telefonia móvel, provedores de internet e de televisão por assinatura disponibilizarem aos usuários seu endereço completo para correspondência, nos boletos mensais de cobrança.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas e emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e de Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0518/2009, de autoria da deputada Ada De Luca, que institui o Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e de Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0115/2010 e 0116/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0117/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0118/2010, de autoria do deputado Décio Góes; 0119/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0120/2010, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0121/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0122/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0123/2010 e 0124/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0125/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0126/2010, de autoria do deputado Edison Andrino; 0127/2010, de autoria da bancada do PP; 0128/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0129/2010, 0130/2010, 0131/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; e 0132/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0226/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0227/2010, de autoria do deputado Darci de Matos; 0228/2010 e 0229/2010, de autoria do deputado Dagomar carneiro; 0231/2010 e 0232/2010, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0233/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0234/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0236/2010 e 0237/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0239/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0240/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0241/2010, de autoria do deputado Silvío Dreveck; 0242/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0243/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0244/2010 e 0245/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0246/2010, 0247/2010 e 0248/2010, de autoria da deputada

Professora Odete de Jesus; 0249/2010, de autoria do deputado Darci de Mattos; 0250/2010, 0251/2010 e 0252/2010, de autoria da deputada Ada Faraco de Luca; 0253/2010, 0254/2010 e 0255/2010, autoria do deputado Genésio Goulart; 0256/2010, 0257/2010, 0258/2010, 0259/2010, 0260/2010, 0261/2010, 0262/2010, 0263/2010, 0264/2010, 0265/2010, 0266/2010; de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0267/2010, 0268/2010, 0269/2010; 0270/2010, 0271/2010 e 0272/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0273/2010 e 0274/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0276/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Requerimento n. 0230/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, e Requerimento n. 0238/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicitam o envio de mensagem telegráfica ao Denatran, no sentido de que seja revogada a Resolução n. 281/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Requerimento n. 0235/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Justiça e ao presidente do Conselho Nacional de Trânsito, no sentido da inclusão de dispositivo na Lei n. 9.503/1997, visando disciplinar o transporte de animais de estimação em veículos de passeio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0275/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Banco do Brasil em Santa Catarina, no sentido de que sejam efetivados estudos de viabilidade para a instalação de uma agência daquela instituição no distrito de Estação Cocal, em Morro da Fumaça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0016/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao diretor-geral da Polícia Federal, pedindo a implementação de medidas emergenciais visando implantar uma delegacia daquele órgão em Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0017/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao presidente da Câmara Federal e às entidades integrantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, manifestando apoio à aprovação do PLC n. 0518/2009.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Não é Câmara de Vereadores, e, sim, Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O erro foi de leitura, deputado, não foi de texto.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu fico muito satisfeito em ver que esse projeto, o chamado Projeto Ficha Limpa, está ganhando a cada dia mais adeptos no Congresso Nacional. A comissão está conseguindo avançar, pois havia toda uma preocupação de que a matéria não avançasse em função de problemas que muitos parlamentares que compõem o Congresso apresentam. Mas estou muito satisfeito, sr. presidente, ao saber que o Congresso, pelo menos com essa pressão toda, começa a atender a um dos clamores da sociedade e a definir uma legislação que impeça que políticos, com condenação transitado em julgado em pelo menos um órgão colegiado, possam participar do pleito eleitoral.

Acho que isso gera um novo advento para a política brasileira, para a população, renova as esperanças. E espero que a comissão especial, que o Congresso Nacional, possam votar antes do prazo final, porque se passar de junho a lei não vai mais ter efeito nesta eleição, portanto, o prazo não é tão esticado assim. E preciso que haja uma mobilização das Assembleias. Essa proposta que fizemos é para que a nossa Assembleia se manifeste favoravelmente à aprovação do Projeto da Ficha Limpa.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, com a aprovação e a permissão do deputado Joares Ponticelli, a bancada do PT também quer assinar esta moção.

Também com a aprovação do deputado Joares Ponticelli, eu gostaria de assinar o Requerimento n. 275, que solicita estudos para a instalação de uma agência do Banco do Brasil em Estação Cocal, que realmente é uma reivindicação da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação a Moção n. 0017.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0012/2010, de autoria da bancada do PP, solicitando informações ao governador do estado sobre o processo relativo ao Extrato de Termo de Convênio firmado entre a Celesc Distribuição S.A. e a Cemig, publicado no Diário Oficial de 11 de janeiro de 2010, pág. 08.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu queria, há três semanas, depois há duas semanas e na semana passada também, assinar conjuntamente com a bancada do PP esse pedido de informação porque também é uma

grande incógnita e de grande interesse para nós saber exatamente o que é que existe, se existe, e de que forma existe, onde é que foi deliberado e quem foi que inventou esses acordos entre a Celesc e a Cemig. Inclusive os trabalhadores da Celesc estão muito curiosos para saber exatamente o que é isso. Então nós queremos subscrever esse pedido de informação junto com a bancada do PP.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, da mesma forma a bancada do Partido dos Trabalhadores gostaria de subscrever esse pedido de informação, mesmo sabendo que teremos, na próxima quarta-feira pela manhã, mais precisamente às 9h, no auditório Antonieta de Barros, uma audiência pública para tratar das questões relativas à Celesc.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0032/2010, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, solicitando ao secretário da Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina informações sobre a concessão de adicional de pós-graduação aos policiais militares e se há distinção nos critérios para os da ativa e os inativos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0033/2010, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, solicitando ao secretário da Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina informações sobre a concessão do adicional de pós-graduação aos servidores do Corpo de Bombeiros e se há distinção nos critérios para concessão entre os da ativa e os inativos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0034/2010, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, solicitando ao secretário da Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, informações sobre quantos Conselhos de Disciplina e de Justificação foram instaurados contra policiais militares acusados de envolvimento com jogos ilegais em 2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0035/2010, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do estado e à secretária da Assistência Social, solicitando informações sobre o Fundo Estadual do Artesanato e da Economia Solidária.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0036/2010, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e outros, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de turismo, solicitando informações sobre os gastos com o tenor Andrea Bocelli, que deveria ter realizado uma apresentação no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0037/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, ao secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e ao diretor do Departamento de Administração Prisional, solicitando informações sobre a capacidade máxima de detentos no Presídio Regional de Blumenau e quantos presidiários existem atualmente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0038/2010, de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao secretário de Turismo, Cultura e Esporte, solicitando esclarecimentos sobre o processo do Extrato de Contrato de Apoio Financeiro n. 2.594/2010-1.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0039/2010, de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao secretário de Turismo, Cultura e Esporte, solicitando informações sobre o Extrato de Contrato de Apoio Financeiro de n. 1.435/2010-4.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Antônio Aguiar, passaremos a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, estamos acompanhando em rede nacional um assunto o qual, no meu entender, precisamos amplificar nesta Casa, envolver a sociedade catarinense, até porque existe, nacionalmente, a necessidade dessa mudança.

Somos de uma geração na qual os mais rápidos, os mais espertos, abraçavam aquilo que podiam, deixando migalhas para os demais. O art. 20 da Constituição, que trata, além de outros assuntos, da distribuição dos *royalties* do petróleo, no meu entender, é extremamente injusto. Esse artigo prevê que os *royalties* do petróleo sejam distribuídos 40% para a União e o restante para os estados produtores. Agora temos a questão do pré-sal e o petróleo, que dizemos que é brasileiro e do qual todos nos orgulhamos. Porém, se aplicarmos o art. 20, quem vai receber os lucros - porque o resto é despesa, a gasolina vamos pagar, o combustível vamos pagar, o que sobra é que é o lucro - serão alguns estados. Iria, conforme o art. 20, para o Rio de Janeiro, para São Paulo e para o Espírito Santo. Santa Catarina ficaria com uma quítera.

Já discutimos nesta Casa, há mais de seis meses - e a deputada Ada De Luca levantou essa questão e eu me pronunciei também algumas vezes - o seguinte: se o petróleo é de todos nós, de todos os brasileiros, inclusive está longe do continente cerca de 200km ou 300km, não há por que o lucro não ser dividido para todos os brasileiros. E a emenda constitucional ao art. 20 da Constituição Federal aprovada na Câmara dos Deputados altera a distribuição dos *royalties*, determinando que os recursos advindos do petróleo sejam distribuídos a todos os brasileiros.

Srs. deputados, acho que deveríamos agir assim não só em relação ao petróleo, mas em relação a todas as riquezas, em relação ao lucro de tudo aquilo que a nação tem, como a energia elétrica, como os tributos. Hoje tudo isso é dividido injustamente. O Brasil ainda usa os recursos públicos para praticar a injustiça, exatamente ao contrário do que prega a Campanha da Fraternidade de 2010!

Vejo aqui inúmeros jovens de Camboriú, de Itajaí e sei que, com o espírito que tem essa geração, quando eles estiverem no comando deste estado e deste país, certamente, reinará uma equidade maior do que a que temos agora. E, infelizmente, no Brasil ainda se pratica, em nome da lei, uma grande injustiça na hora da distribuição de tributos.

Se vocês ligarem a televisão agora em outro canal, certamente vão ver, no Rio, em São Paulo - mas principalmente no Rio de Janeiro -, movimentos mobilizando a multidão inocente para dizer que aquilo que o Congresso votou está errado. O Congresso votou no sentido de que os tributos, o lucro, o *royalty*, seja distribuído para todos os brasileiros, ao contrário daquilo que está na Constituição. O que querem aqueles inocentes? Querem que o tributo seja distribuído só para o Rio de Janeiro, só para o Espírito Santo.

Então, senhores, nós precisaríamos fazer coro junto com o Congresso para nos somar àqueles que conhecem as verdadeiras razões das diferenças sociais que existem hoje

e que nos cabe corrigir. Deputados Pedro Uczai e Dirceu Dresch, sei que v.exas. pensam que a oportunidade de mudar isso é agora.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado, parabéns por trazer um tema tão importante para o debate. Nós, catarinenses, estamos valorizando esse tema e precisamos lutar, sim, porque também queremos a nossa fatia. E não queremos isso individualmente, mas para o povo. Queremos uma maior arrecadação para o nosso estado.

Eu sugiro que façamos uma frente de apoio ao deputado Ibsen Pinheiro que já foi tão injustiçado no passado. Realmente o deputado Ibsen Pinheiro, com o seu caráter democrático, social, em prol do povo brasileiro, pensou em todos os estados e não em dividir fatia mais gorda para cá ou para lá.

Parabéns e conte sempre com a minha colaboração!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Obrigado, deputada.

Sem dúvida nenhuma, se nós conseguirmos agora colocar na Constituição esse grande pensamento, dividir o tributo para todos, igualmente, da forma como são distribuídos o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios, se defendermos esse pensamento, certamente vamos promover uma grande discussão nacional sobre a questão do nosso modelo de distribuição. Não é só com relação ao petróleo. No caso do petróleo estão sendo discutido apenas R\$ 28 bilhões, mas a questão é muito maior. A questão é que dividimos todos os tributos de uma forma, no meu entender, equivocada, ou seja, ganha mais quem tem mais. Os tributos são cobrados onde é produzido o produto, independentemente onde é consumido. Na verdade quem paga verdadeiramente o produto é quem consome. Esse é quem paga.

Por isso, defendendo a idéia do deputado Ibsen Pinheiro, como entendeu v.exa., deputada Ada De Luca, certamente vamos promover uma discussão maior com relação aos demais produtos, por exemplo, a cerveja. Por que o município que produz a cerveja tem que receber todo o imposto? E sobre os motores elétricos, por que tem que ficar na cidade onde são produzidos? Por que o tributo da roupa tem que ficar na cidade onde é produzida? Será que não seria mais fácil, mais simples e principalmente mais justo se distribuíssemos o tributo, pelo menos, conforme o lugar que for consumido?

Aí, sim, poderíamos dizer que o Ceará - onde achamos que não se trabalha, o que não é verdade, que é um estado altamente consumidor de turismo, por exemplo, e que por isso não produz, mas consome - é uma peça importante da nação e que qualquer município, como Palhoça ou Camboriú, que são essencialmente dormitórios, mas também consumidores, merecem receber os tributos igualmente como os demais.

Por isso, convoco os srs. deputados para aproveitar essa questão do pré-sal, uma vez que agora o Congresso Nacional tende a fazer uma justiça sobre essa distribuição, para que seja discutido também todo o restante do nosso grande bolo tributário, pois usamos a renda pública infelizmente para sermos injustos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Gelson Merísio, eu só quero com satisfação registrar a presença no Parlamento catarinense do vice-presidente do PDT de Tijucas, sr. Jefferson, bem como da secretária do PDT daquele município. E em nome do Parlamento catarinense quero dar-lhes as boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela Rádio AleSC Digital, pela TVAL, nossos visitantes, quero colocar que foi aprovado há pouco um requerimento de nossa autoria, parabenizando as mulheres agricultoras, as mulheres campesinas de Santa Catarina. Elas conseguiram reverter uma situação, deputado Pedro Uczai, com respeito à sua sede.

O Partido dos Trabalhadores, na época, cedeu o terreno para continuarem com a sua estrutura, com o seu centro de formação. E há poucos dias receberam um comunicado do prefeito de Chapecó, João Rodrigues, dizendo que queria a sede de volta, depois de feito um grande investimento na construção de uma bela sede de formação do movimento de mulheres agricultoras e mulheres campesinas de Santa Catarina.

Então, quero parabenizá-las pela grande organização, pela mobilização que fizeram, pois o prefeito voltou atrás e foi aprovado na Câmara de Vereadores um projeto para esse importante movimento continuar em Chapecó, na sua sede, porque essa sede foi construída com muito trabalho, muita luta, por essas mulheres agricultoras.

Em segundo lugar, quero dizer que é bom escutar o deputado Serafim Venzon falar bem do pré-sal, da política que a Petrobras vem desenvolvendo na pesquisa e o que significa essa grande descoberta para o Brasil em termos de petróleo, de investimentos, inclusive para políticas sociais, porque o fundo decorrente dos recursos gerados pelo pré-sal irá servir para investimentos. E já estão aí os resultados, uma vez que os recursos serão distribuídos para os estados. Nada mais justo, porque é um olhar de Brasil, de nação, e os recursos têm que ser distribuídos para o conjunto da população brasileira.

Então, eu quero dizer ao deputado Serafim Venzon que o seu partido, quando esteve no governo, por pouco não privatizou essa importante empresa, que hoje é a que mais investe em pesquisas e inclusive irá começar a produzir insumos para a agricultura familiar.

Então, este é um momento importante que o Brasil vive, de um governo que investe em nossas empresas públicas, não só na Petrobras, mas na própria Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil e em outras empresas. Isso é muito importante para o desenvolvimento do nosso país. E é uma visão justamente diferenciada fortalecer o estado público brasileiro.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentar v.ex.a., deputado Dirceu Dresch, e gostaria de subscrever o seu requerimento parabenizando o Movimento das Mulheres Camponesas.

Quero dizer também que ouvi o deputado Serafim Venzon, tucano, do PSDB,

que governaram este país e quase privatizaram tudo, elogiando a distribuição dos recursos públicos para os entes federados, para estados e municípios, o que dá uma alegria enorme, porque é o reconhecimento que efetivamente a política pública brasileira mudou, que o governo mudou a lógica e a direção das políticas públicas, de utilizar dinheiro do petróleo para fazer educação, ciência e tecnologia, para defender o meio ambiente, defender e apoiar os nossos municípios e os estados.

Parabéns a v.ex.a.! Foi boa a lembrança de trazer o discurso do deputado Serafim Venzon.

O Sr. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Quero dizer que talvez seja por essa razão que a nossa futura presidente e pré-candidata Dilma Rousseff vem crescendo nas pesquisas. E nessa semana já está aparecendo nas pesquisas praticamente com o empate técnico. Isso é muito positivo, porque a sociedade brasileira sabe, o povo brasileiro não é bobo e vai reconhecendo todas essas mudanças que vêm ocorrendo no nosso país.

Mas quero tratar de um assunto que eu trouxe na semana passada que é muito sério, na minha avaliação, e que vem ocorrendo em Santa Catarina já desde o processo da denúncia contra o vice-governador Leonel Pavan. Primeiro se exigia a separação dos envolvidos para ganhar tempo no processo, a segunda estratégia é julgar logo o processo contra o vice-governador. Agora, quando o Tribunal de Justiça define o dia da votação, parece-nos que começam a fazer um grande jogo que, em nossa avaliação, é muito perigoso para a democracia, para o nosso estado. É o que pode ocorrer nesses próximos dias.

O jornalista Adelar Lessa comenta a possibilidade de o governador renunciar ao cargo no dia 26 para o vice-governador assumir e escapar de qualquer possibilidade de julgamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, porque o processo subiria para o Supremo. Já falamos na semana passada o que significa, deputado Sargento Amauri Soares, o vice-governador assumir com todos esses processos envolvendo a sua pessoa.

Ontem nos chegaram informações de que o governador não confirmou ainda se vai voltar atrás, se não vai deixar o governo antes do prazo limite. E agora, no dia 17, portanto, hoje, o jornalista Moacir Pereira traz a informação de que o governador está confirmando que vai renunciar mesmo antes do prazo legal.

O próprio governador está com dúvidas sobre o que fazer neste momento, porque sua excelência também vai colocar o nosso estado numa situação difícil, com o vice-governador assumindo o governo de uma forma totalmente incerta, já que os comentários são de que o caso, inclusive com declarações do dr. Gercino, procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, do vice-governador é mais grave do que o do governador José Roberto Arruda, de Brasília, que está preso.

Então, isso nos preocupa muito, ou seja, como é que fica o estado de Santa Catarina? Que incerteza ronda o próximo governador do estado para governar na situação em que ele se encontra? Portanto, chamamos a atenção da sociedade catarinense, do governador Luiz Henrique, para saber se ele de fato tem perspectiva de entrar nesse jogo, porque para nós está claro que isso é um jogo político. Um dia ele diz que sai antes, outro dia diz que sai depois do vice-governador ser julgado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Esses fatos que acontecem

no nosso estado são lamentáveis, pois já estamos entrando no período pré-eleitoral em Santa Catarina.

Sempre temos dito que o Partido dos Trabalhadores não quer fazer como o DEM e o PSDB fazem, ou seja, usar a política em questões tão sérias de denúncias. A imprensa nacional, inclusive, está requeitando informações de quatro, cinco anos atrás, para tentar desviar o foco da situação do governador Arruda, preso em Brasília, e sobre tudo o que vem ocorrendo também em nosso estado.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Edison Andrino, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sra. deputada Ada De Luca, que preside a sessão no dia de hoje, meus caros companheiros deputados, hoje tivemos uma grata surpresa, deputado Romildo Titon, v.ex.a. que é da agricultura, ao lermos no jornal que uma escola da prefeitura municipal de Florianópolis, localizada no sul da Ilha de Santa Catarina, incluiu na sua merenda escolar mariscos e ostras.

Acho que essa é uma iniciativa que merece todo o nosso respeito, os nossos cumprimentos, porque cremos que todo o litoral catarinense deveria incluir, não só nas escolas da prefeitura, deputado Joares Ponticelli, mas nas escolas do governo do estado, no cardápio da merenda escolar mariscos e ostras, que são alimentos fortes e saudáveis.

O produtor de mariscos e ostras de todo o litoral precisa também de uma ajuda do governo, porque no período de entressafra, depois da temporada do verão, depois das férias, ele precisa que o seu produto seja consumido, precisa vender o seu produto. E há certo preconceito contra o marisco e a ostra, dizendo que faz mal à saúde, que é uma alimentação muito forte. Muito pelo contrário, é uma alimentação essencialmente saudável, e os países mais desenvolvidos do mundo usam até na alimentação das crianças, para bebês, como sopa de marisco e de ostra. E além do mais, para a nossa idade a ostra é uma beleza.

Então, quero aqui cumprimentar todos os vereadores, principalmente a prefeitura municipal de Florianópolis. Eu tenho até certa pretensão de entrar com um projeto de lei para que a ostra e o marisco sejam colocados oficialmente no calendário escolar de todas as escolas de Santa Catarina. É bem verdade que o interior de Santa Catarina, principalmente Joaçaba e Chapecó, têm mais preconceito ainda, até o consumo do peixe é difícil, mas acho que hoje já se quebrou um pouco esse preconceito, esse tabu.

Mas eu quero aqui aproveitar a oportunidade para cumprimentar a secretaria de Educação da prefeitura municipal de Florianópolis, o nosso reitor Rodolfo Pinto da Luz e a direção da escola do Pântano do Sul, lá no sul da Ilha, que tomou essa iniciativa, definindo oficialmente o marisco e a ostra como prato para as crianças das escolas de Florianópolis. Quero também que este desejo seja de todo o litoral de Santa Catarina, pois comer marisco e ostra é bom para a saúde, é saudável e é uma grande alimentação para as crianças das escolas públicas.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Ouço v.exa., deputado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero parabenizá-lo, deputado Edison Andrino, pois é justamente isso que precisamos, ou seja, que a sociedade, a comunidade e as crianças se alimentem de produtos da sua região, que fazem parte inclusive da cultura das famílias, das pessoas e das nossas crianças.

Então, acho que isso é um grande desafio que temos em Santa Catarina, e todos os municípios devem adotar essa estratégia de comprar produtos da região, para fortalecer a economia local, na perspectiva de desenvolver os municípios e trazer renda.

Infelizmente, temos a situação do estado com a privatização, com a terceirização, e essa possibilidade pode escapar e sair pelo meio dos nossos dedos, como diz o dito popular, de comprar os produtos locais e fornecer às crianças alimentos dessa qualidade.

Parabenizo v.exa. por trazer esse assunto à tona e acho muito importante trabalhar nessa perspectiva com todas as prefeituras.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço o aparte de v.exa.

Sr. presidente, pretendo, através de um dispositivo legal, incluir esses produtos permanentemente no calendário das escolas públicas do estado de Santa Catarina.

Quero também, sr. presidente, aproveitar a oportunidade para fazer um convite a todos os deputados, deputado Reno Caramori, v.exa. que já comeu muita ostra e vai comer muita ainda, para convidar todos os deputados desta Casa, deputada Ada De Luca, para que segunda-feira compareçam na sessão em homenagem ao 284 anos da nossa cidade, Florianópolis, uma das cidades mais bonitas, não do Brasil, mas do mundo, a capital de todos nós, catarinenses, onde aqui serão homenageados todos os prefeitos da cidade, os ex-prefeitos nomeados, os ex-prefeitos eleitos, algumas figuras e algumas instituições de destaque na Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, que prestam serviços sociais imprescindíveis para a vida de todos nós na Ilha de Santa Catarina.

Então, creio que será uma sessão importante, na qual estarão presentes os ex-prefeitos Ari Oliveira, Nilton Severo da Costa, Francisco Cordeiro, Cláudio Ávila da Silva, Aloisio Acácio Piazza, Angela Amin e Sérgio Grandó.

Então, será uma homenagem a todos aqueles que contribuíram de uma maneira muito importante para que Florianópolis ainda continuasse uma cidade com a melhor qualidade de vida de todas as cidades do Brasil.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Ouço v.exa., deputada Ada De Luca.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Edison Andrino, parabéns!

Vou começar por onde v.exa. começou: a merenda escolar. Acho que a sua sugestão vai se tornar um projeto sensacional, principalmente, deputado Edison Andrino, para as crianças do oeste, sim, e por que não? Porque tanto a ostra quanto o marisco, enfim, qualquer crustáceo é rico em iodo e isso lá no oeste para as crianças com problema de tireóide, que é comum, será muito bom.

Então, seria uma inovação e faria um bem muito grande, pois seriam jovens que teriam mais saúde, porque todo crustáceo é rico em iodo, principalmente a ostra e o marisco.

Parabéns! Estarei nessa luta com v.exa. E parabéns também por v.exa. ter solicitado essa sessão solene. Realmente é merecedor de todo respeito todo o prefeito que por esta capital passou, essa cidade maravilhosa, sonhadora, romântica, poética, gostosa de viver.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Ouço o deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Edison Andrino, também cumprimento v.exa. pela proposta que traz e pela homenagem que v.exa. prestará na segunda-feira. Estaremos presentes até para prestigiar a nossa ex-prefeita e pré-candidata ao governo, que também será homenageada.

Mas a proposta que v.exa. traz vem ao encontro daquilo que falamos ontem, que é a questão da terceirização da merenda escolar. Nós estamos perdendo poder, o estado está abrindo mão disso, porque no modelo anterior o estado poderia determinar que assim fosse, mas agora quem é que vai falar com a tal da Risotolândia, que é nome de uma das empresas, que, inclusive, está bem encrocada na Justiça com vários prefeitos escapando da Polícia. Não sei se essa empresa vai ter esse compromisso, assim como a empresa de São Paulo, do Paraná, não sei se terão compromisso com a nossa ostra e com o nosso marisco, infelizmente.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço o aparte de v.exa, nobre deputado.

Não conheço o projeto ainda, mas também tenho as minhas preocupações. Acho que o estado não pode abrir mão de tudo. Há alguns setores da administração pública que precisam ter o controle do estado, principalmente na alimentação, que diz respeito ainda às nossas crianças, que são o futuro do Brasil. Mas com respeito ao marisco e à ostra podemos amarrar aqui, através de uma legislação futura, para que sejam incluídos no cardápio da merenda escolar, porque hoje Santa Catarina é o maior produtor de mariscos e ostras em cativeiro da América do Sul e precisamos fazer com que esse produto saudável e importante para a saúde dos catarinenses seja incluído na merenda escola das nossas crianças.

Por fim, vou novamente fazer um convite a todos os deputados para que prestigiem a nossa capital, as nossas autoridades e algumas entidades que serão homenageadas nessa segunda-feira, às 19h.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, não vou usar o tempo todo que me foi cedido, apenas não posso deixar de falar aqui sobre algo que já foi comentado hoje pela deputada Ana Paula Lima e pelo deputado Jean Kuhlmann, mas um pouquinho diferente do que está acontecendo em Joinville.

Em Joinville vão ser inauguradas nos próximos dias, deputado Joares Ponticelli, três novas delegacias de polícia e isso dá ao cidadão um sentimento de que seus problemas de segurança pública poderão estar resolvidos, principalmente quando se trata da investigação.

Preocupa-me o fato de que posso vir aqui e apresentar, hoje ou amanhã com certeza vem ao Plenário, uma moção apelando

ao governador Luiz Henrique para a abertura dessas novas delegacias - uma promessa do governador -, mas na verdade temos doze delegados em Joinville e, desses delegados que temos lá, três estão sendo transferidos, ou seja, vamos ficar com apenas nove delegados em Joinville. E agora vão abrir mais três delegacias.

Eu não sei fazer essa conta do governo do estado que abre delegacias e tira delegado. A região de Joinville, que abrange Joinville, Garuva, São Francisco, Araquari, Itapoá, deputado Marcos Vieira, está perdendo dois delegados, portanto, Joinville perde três e a região perde mais dois. Nós vamos ficar sem cinco delegados. O governo agora vai inaugurar a delegacia, e onde está o delegado?

Quer dizer que é verdade o que aconteceu em Paulo Lopes, em que os boletins de ocorrência vão para o fundo de gaveta, deputado Dagomar Carneiro? Será que é verdade? Porque não adianta abrir mais um balcão, fazer foguetório, levar todo mundo lá, fazer discurso dizendo que a Polícia está mais perto do cidadão, se não há funcionários para trabalhar! De que adianta uma delegacia sem delegados? É a mesma coisa que uma padaria sem padeiro, um açougue sem açougueiro. De que adianta uma delegacia nova sem delegado? É mais uma enrolação? Mais alguém dizendo que os boletins de ocorrência vão para o fundo da gaveta? Ou será uma tática do governo para que as pessoas não façam mais os boletins de ocorrência e cheguem aqui em Florianópolis dizendo que o índice de criminalidade baixou lá na cidade? Por quê? Porque nós não temos mais crimes! No ano passado, nós tivemos muitos homicídios e roubos contra o patrimônio e hoje isso diminuiu. É claro que diminuiu, porque abrem delegacias sem delegados! E como é que vai existir o processo?

É impressionante! Eu não consigo entender esse final fúnebre. A sensação deste governo é que alguém morreu. Eu sei o que morreu. Morreu a esperança do povo que esperou oito anos para resolver essa questão da ambulancioterapia, mas, infelizmente, neste final de semana, vemos nos jornais a morte de pessoas que, ao voltarem de Florianópolis, tiveram a sua ambulância acidentada. Por quê? Porque não acabou a ambulancioterapia!

Morreu a esperança em Joinville. E lá, deputado, uma das delegacias foi especificamente construída por alguém que tem o aluguel já feito com a secretaria da Segurança. Ou seja, o governo não quis construir e então a secretaria disse a ele que construísse que ela alugaria. Até aí tudo bem. Mas o delegado?

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não, deputado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Quer dizer que o negócio foi feito por antecipação?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sim e com contrato assinado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - A parte negocial já está pronta, portanto, já há gente ganhando dinheiro. É isso que interessa para este governo. Virou um balcão de negócios, e eu estou dizendo isso há muitos dias.

Hoje de manhã nós vimos uma cena dessas: enquanto o prefeito da capital estava no interior, segundo alguns membros do governo, pedindo, com o apoio da máquina, campanha para a prévia, o pessoal da Comcap estava fazendo manifesto aqui. Está acontecendo na capital, está acontecendo no estado!

O presídio de Blumenau, v.exa. leu hoje, foi interditado pela Justiça porque não tem mais condições. O presídio de Itajaí, depois de longos anos de espera, já está com problemas na estrutura e não vai poder ser inaugurado. Isso foi noticiado hoje.

No presídio de Tubarão, cuja obra levou sete anos para começar, foram fincadas umas estacas e agora os projetos de engenharia, de hidráulica, de elétrica foram roubados. Levaram até o computador junto. Roubaram os projetos, deputado Kennedy Nunes! Então, é a falência completa.

A única coisa que este governo fez na Segurança Pública foi produzir mais votos para o secretário. Na outra eleição o secretário não se elegeu, era suplente. Depois que virou secretário foi o segundo mais votado do estado. Assim sendo, o que eles conseguiram? Foi aumentar a votação do secretário e descentralizar a violência por toda Santa Catarina.

Hoje, a violência, infelizmente, não é mais uma preocupação somente dos grandes centros, é das pequenas e médias cidades também. Foi isso que eles fizeram: transformar o governo nesse balcão generalizado de negócios. E agora nós nem sabemos o que vai acontecer!

A minha assessoria deve estar me assistindo, pois vou falar em seguida, e eu pedi a ela que me trouxesse aqui a *Folha de S.Paulo* de hoje. V.Exa. sabe o que estava nesse jornal hoje? Que o governador Luiz Henrique está inaugurando obras que já foram terminadas no primeiro governo, obras que precisam ser completamente reformadas, inaugurando projeto. É uma politicalha jamais vista neste estado!

Espero que sua excelência faça uma reflexão, pois há tempo ainda. Ele deve R\$ 550 milhões de precatórios para todas as categorias funcionais, o que prometeu lá em 2002 e ainda não pagou. Que ele faça uma reflexão, porque agora, com a entrada de Paulo Afonso também, podem faltar votos para ser o bambambã dos senadores de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. deputado, mas deixo aqui uma reflexão: a política, a gestão em certos setores, deputado Adherbal Deba Cabral, não combina com a política. Não combina! Há certos setores do governo que são técnicos, e a visão não pode ser política e sim técnica. E a Segurança Pública é uma delas.

Por isso, eu dou total apoio à emenda do deputado Joares Ponticelli, que exige que o secretário da Segurança Pública não seja político, mas servidor de carreira. Mas onde será que está essa emenda? E quero dizer aos nobres catarinenses que fiquem tranquilos, porque a "tia" vem aí e isso vai ser mudado, com certeza!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, desde 1974, quando fui morar na cidade de Concórdia, na condição de servidor público do estado, passei a conhecer o campo catarinense, passei a conhecer a família agricultora catarinense, passei a conhecer cada um dos municípios produtores do nosso estado.

Já lá se vão 35 anos palmilhando Santa Catarina e percorrendo cada um dos seus municípios, mas agora, deputado

Dagomar Carneiro, que preside a Casa no presente momento, durante o mandato que tenho a honra de exercer na condição de deputado estadual, faço isso semanalmente. Inclusive, na semana passada estive nas cidades de Saudades, Modelo, Serra Alta, Tigrinhos, São Miguel da Boa Vista, Romelândia, Anchieta e Dionísio Cerqueira. Mas quando retornava a Florianópolis, no domingo, abri o *Diário Catarinense* e estava estampada uma longa reportagem sobre o campo: *O Campo Envelhece - Futuro que ninguém quer*.

O *Diário Catarinense*, com muita propriedade, durante três dias trouxe ao conhecimento dos catarinenses o que é ser agricultor, o que é viver no campo, o que é produzir alimentos. As famílias envelhecem e seus filhos não desejam permanecer no campo.

(Passa a ler.)

"Os produtores rurais de Santa Catarina vivem um dilema: para quem deixar as terras e o trabalho no campo, se os filhos que saíram para estudar não desejam mais voltar? O fenômeno, que esvazia o campo e ameaça a produção de alimentos, se repete em todas as regiões agrícolas.

Manoel Luiz Antunes Camargo, de 90 anos, gostaria que pelo menos um dos cinco filhos tocasse adiante a criação de gado de corte e ovelhas nos 340ha de terra, em Lages, na serra catarinense. Mas os herdeiros deixaram a fazenda, onde ele, o pai, o avô e o bisavô nasceram e viveram.

A sucessão hereditária na agricultura familiar é um problema social e econômico em Santa Catarina. Quase um terço das propriedades não tem sucessores.

Quanto mais jovens, menor o interesse pelas atividades rurais. Quase 95% das propriedades rurais em Santa Catarina têm menos de 50ha. São pequenas propriedades que, subdivididas, não geram renda suficiente para tornar a permanência interessante às novas gerações.

O acesso à informação também faz com o que o jovem rural queira mais bens de consumo e maior qualidade de vida, condições que não são associadas à dura rotina do campo. A dificuldade de reproduzir a vida social urbana no meio rural é um círculo vicioso. Sem jovens, há menos atividades de lazer, menos festas e esportes. Quanto menos atrativo, mais o campo empurra as pessoas para os centros urbanos.

Com a idade avançada demais para seguir na lida no campo e sem sucessores, pequenos produtores estão vendendo terras, situação que põe em risco o modelo de agricultura familiar característico de Santa Catarina.

Seu Henrique Likoski, de 78 anos, 68 deles vividos como agricultor na localidade de Santa Rosa, no interior de Tangará, meio-oeste, desistiu da vida no campo. Não tem para quem deixar a lavoura nem o rebanho de gado leiteiro e não vê alternativa senão fazer as malas e guardar apenas na lembrança a vida na roça.

O combate à evasão dos jovens no meio rural requer a adoção de uma política eficaz dos governos federal, estaduais e municipais com o objetivo, é claro, de criar melhores condições de vida para o homem do campo. Essa política deve abranger a oferta de infraestrutura e de serviços para a população rural, a qualificação dos produtores e crédito fácil e barato.

As organizações públicas e privadas devem garantir viabilidade econômica e o governo precisa aplicar políticas para recuperar o atraso educacional do homem do campo.

Ao contrário da maioria dos jovens, Marcos Fidélis, de 34 anos, tinha em mente permanecer na propriedade da família quando escolheu o curso de contabilidade e depois emendou uma pós-graduação em gestão estratégica de custos. Seu objetivo era estar preparado para profissionalizar a atividade rural, que sempre foi o meio de vida dos pais e avós, em Videira, meio-oeste catarinense. Marcos especializou-se na área de negócios antes de tomar as rédeas da propriedade das mãos dos pais. Segundo ele, o segredo para levar a atividade adiante é fazer o trabalho com dedicação e profissionalismo, delegar funções e responsabilidades, além de saber negociar e conseguir descontos em insumos.

Em 1996, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), voltado ao atendimento dos pequenos produtores rurais a taxas de juros menores. Mesmo contando com o acesso do Pronaf, o segmento dos agricultores familiares ainda encontra dificuldades para se manter, uma vez que necessita de ações que ultrapassem o aspecto econômico e creditício, como assistência técnica, serviços de extensão rural de qualidade, canais preferenciais para comercialização de seus produtos, melhorando, assim, suas condições de vida.

Por isso é necessário e urgente que a União, os estados e os municípios construam políticas públicas mais abrangentes para a agricultura familiar, já que o segmento é importantíssimo na produção de alimentos para abastecimento populacional, na segurança alimentar, na geração de emprego e renda, na preservação do tecido cultural e meio ambiente".

A Epagri, uma das instituições mais importantes de Santa Catarina, vem, ao longo de décadas, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar de Santa Catarina. O programa Microbacias, que é o melhor programa de preservação ambiental que se conhece em Santa Catarina, desponta em suas propriedades rurais com o turismo rural, como meio de agregar renda à família do pequeno e médio agricultor. É uma importante ferramenta para manter os agricultores no campo.

(Continua lendo.)

"A atividade foi implantada no Brasil, pioneiramente, pelo município de Lages, que começou como uma simples alternativa econômica e que hoje é exemplo de qualidade.

O turismo rural diversifica as atividades do campo, transformando-o em atrativo turístico que compõe também o cotidiano da localidade, seus costumes tradicionais, o ambiente natural, as instalações rústicas, entre outras que motivam o turista a procurar o meio rural."

Santa Catarina tem somente 1,1% de todo o território nacional, 3,3% da população brasileira, mas é o quinto maior produtor de alimentos e o sexto em maior arrecadação de impostos deste país.

Conclamo a sociedade civil organizada e os poderes públicos constituídos para que olhem para o campo, para as famílias dos agricultores, para os agricultores e olhem, sobretudo, para aquele assentado que produz os nossos alimentos do dia-a-dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência registra, com satisfação, a presença, no Parlamento catarinense, do sr. Rubens Facchini, conhecido em Brusque como o embaixador do esporte brusquense e também embaixador do esporte catarinense, um dos idealizadores, juntamente

com o saudoso Arthur Schlösser, dos Jogos Abertos de Santa Catarina, e também do sr. José Eurico Frota, o Zurico, o homem do basquete de Brusque, como é conhecido, ambos da comissão dos Jogos Abertos deste ano, que serão realizados em Brusque, pelo seu sesquicentenário.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, ouvi atentamente o deputado Marcos Vieira e também quero associar-me à preocupação aqui trazida pelo eminente deputado. Comungo da mesma preocupação e lamento, deputado Marcos Vieira, que algumas ações que encaminhamos no governo de Esperidião Amin, como essas preocupações que v.exa. abordou na tarde de hoje, tenham sido esquecidas ao longo desses oito anos de governo de Luiz Henrique da Silveira.

Recordo que em 2002 o grande discurso de sua excelência era o de combater a tal litoralização, o êxodo, o abandono do campo, que é um fenômeno que realmente estava muito presente no final da década passada e início desta década. Mas sua excelência, em vez de combater efetivamente com programas de fixação do homem do campo na sua atividade, o que fez foi extinguir programas que estavam alcançando resultados extraordinários, como o Programa de Reflorestamento e Renda Mínima, deputado Reno Caramori. Quantas famílias foram assentadas, através do Banco da Terra, e mantiveram-se na propriedade por conta daqueles programas?

O Programa de Reflorestamento e Renda Mínima não era nenhum Programa Bolsa Família que não tinha retorno, não! Destinava-se a incentivar a produção e, por isso, antecipar a renda. Eu também sou filho de agricultores e sei o que representa para uma família de agricultores, que só tem uma renda anual quando vende a safra, não ter a garantia de um salário mínimo mensal para cobrir aquelas despesas permanentes, cotidianas, como adquirir o remédio, pagar a conta de energia elétrica e pagar os produtos que ele não pode criar ou produzir.

O Microbacias II, por exemplo, ficou inteiro para este governo realizar. Nós celebramos o convênio com o Banco Mundial em 2001, e v.exa. sabe que, em função do episódio do Bin Laden nas Torres Gêmeas, esses recursos acabaram sendo disponibilizados somente no final de 2002. Ficaram integralmente para o atual governo utilizar, deputado Reno Caramori, US\$ 108 milhões do Banco Mundial. Isso foi conquistado em apenas dois anos de governo, tempo que tiramos o governo do cartório! E nesses oito anos o que o governo fez foi consumir aquilo que nós deixamos, e agora é que falam na chegada de novos recursos do Microbacias III.

É a mesma situação o BID V, deputado Reno Caramori: deixamos integralmente o BID IV com US\$ 300 milhões, 92% do projeto disponível para a execução, e é o que dá discurso, e o governador se vangloria hoje que realizou a maioria dos acessos aos municípios. Mas o fez por conta do BID IV e da Cide, em que o governo federal começou a repassar os recursos em 2003.

Se o governo não tivesse abandonado programas como o de Reflorestamento, de Renda Mínima e Banco da Terra, não tenho dúvida de que essa realidade não seria tão triste como se apresenta ultimamente. Isso se deve à inoperância, também, do governo, que ao longo desses oito

anos não pensou em outras coisas a não ser em fazer propaganda e campanha permanentemente.

Como prometi no aparte ao deputado Kennedy Nunes, aqui estou com o jornal *Folha de S.Paulo*, de sexta-feira, 12 de março, pg. A-4. A manchete é a seguinte: "Governos inauguram obra velha e até ordem de serviço. De olho no Senado e por seus sucessores, governadores intensificam as agendas." [sic]

Depois há meia dúzia de fotos de governadores, a maioria do PMDB. Eduardo Braga, do Amazonas, Paulo Hartung, do Espírito Santo, Blairo Maggi, do PR do Mato Grosso, Roberto Requião, do Paraná, Vilma de Faria, do Rio Grande do Norte, Wellington Dias, do PT do Piauí, e Luiz Henrique da Silveira, estão na primeira foto destacada.

Do governador Luiz Henrique, a *Folha de S.Paulo* diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Em Santa Catarina, desde o início do ano o governador Luiz Henrique vai a cerimônias - muitas de assinatura de ordens de serviço e entrega de terrenos para futuras obras. No dia 30 ele inaugura 29 obras de melhorias em escolas da região de Blumenau - algumas delas, porém, já estão prontas desde 2007."

E não é o linguarudo da Oposição quem está dizendo, não, é a *Folha de S.Paulo*, que eu não vi ninguém contestar.

(Continua lendo.)

"A agenda do governador chegou a incluir, no fim do mês, a inauguração da mesma quadra de esportes aberta ontem pelo vice Leonel Pavan (PSDB), que é pré-candidato ao governo."

Então, eles se desentenderam até nas inaugurações. O governador Luiz Henrique inaugurou, e o vice Leonel Pavan inaugurou de novo! É uma brincadeira! E é a *Folha de S.Paulo* que está expondo Santa Catarina a esse ridículo de novo.

(Continua lendo.)

"Em Santa Catarina, a inauguração de obras prontas é justificada pela 'falta de espaço na agenda' de Luiz Henrique." Ele vive no exterior, vive na Costa Amalfitana, na China e na Europa fazendo não sei o quê. "Quanto à dupla inauguração da quadra de esportes, a alegação do governo é que o evento foi adiantado para ontem e deixado a cargo do vice-governador."

Segundo a assessoria, as cerimônias servem para dar satisfação à população. [...] [sic]"

É brincadeira, é uma vergonha para Santa Catarina! Governador Luiz Henrique, mande esse seu governo tomar juízo, pelo amor de Deus, não deixe sua biografia ficar tão manchada assim. Eu sei que v.exa., que escreveu um artigo sobre a aspirina, deve estar com muita dor de cabeça por conta dessas brigas internas e a perda de controle desse grande amontoado que v.exa. fez para garantir sua reeleição apenas, sem se preocupar com mais ninguém. E o povo está pagando essa conta, governador! Bem disse o deputado Kennedy Nunes, o fim do governo é melancólico, é a Torre de Babel, que está na Bíblia, é bíblico o fim do governo. Ninguém se entende mais neste governo! E o que está acontecendo de acerto...

Hoje eu peguei uma pérola no Diário Oficial. Só para citar um exemplo dos acertos de 2010 foi exonerado o gerente regional de Educação de Florianópolis, Ari Cesar da Silva. Preste atenção, deputado Silvio Dreveck, ele foi exonerado da função de gerente regional de Educação de Florianópolis, mas uma coisa me causou estranheza: o ato é do dia 12 de

fevereiro, mas o texto diz: "exonerar a partir de 10 de janeiro de 2010". Então, no dia 12 de fevereiro disseram que ele estava exonerado desde 10 de janeiro.

Aí, logo abaixo veio o Ato n. 289, também de 12 de fevereiro, que resolve convocar para trabalhar no gabinete do secretário de estado da Educação o sr. Ari Cesar da Silva, a contar de 11 de janeiro de 2010. Foi publicado no dia 25 de fevereiro de 2010.

Quero desafiar a imprensa: ligue para o gabinete do secretário para ver se esse cidadão está lá! Sabem qual é a verdade sobre isso? Foi exonerado só para garantir a sua lotação e as vantagens do gabinete do secretário, mas continua sendo o gerente Regional de Educação de fato, continua dando expediente na Gerei, na gerência de Educação de Florianópolis.

É só acerto, deputado Sargento Amauri Soares! Na Torre de Babel está um salve-se quem puder e cada um vai metendo a mão naquilo que está na frente e levando. Santa Catarina, o nosso estado, vai ficar desossado de novo nesse salve-se quem puder, nessa hora da xepa que virou este governo!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caro companheiro deputado Dagomar Carneiro, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e público que ainda está aqui neste final de tarde de quarta-feira, inicialmente quero informar a realização da 9ª Fêvive - Festa Estadual do Milho Verde -, na cidade de Imbuia, no próximo final de semana, entre os dias 19 e 21 março. Trago aqui o ofício do prefeito de Imbuia, Antônio Oscar Laurindo, do seu partido, deputado Reno Caramori, e também do presidente da comissão organizadora da festa, sr. Wilson Steinheuser, que, inclusive, é secretário da Agricultura e pertence aos quadros do PSDB.

Portanto, eles estão convidando todos os deputados e a sociedade catarinense para prestigiar a 9ª Festa Estadual do Milho Verde, que vai acontecer na minha cidade natal, Imbuia, no próximo final de semana. Wilson Steinheuser está fazendo o convite, deputado, sendo que a abertura vai ser dia 19 de março, à noite. E quem sabe estaremos todos juntos lá, neste final de semana, para participar dessa festa na minha cidade natal, Imbuia, a Capital do Milho Verde. O milho verde que é plantado depois da colheita da cebola, no mês de dezembro, e já está maduro, pronto para ser consumido, agora neste período de março, na entrada de outono. Então, quero reforçar o convite a todos os deputados.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concedo um aparte ao deputado Marcos Vieira, que estará conosco na cidade de Imbuia.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Com certeza, deputado!

Quero cumprimentar v.exa. pela referência que faz à Festa do Milho Verde na querida cidade de Imbuia. Nós vamos estar lá, sim, na sexta-feira, às 19h, participando do ato oficial da abertura da festa. É bom tê-lo também lá, já que v.exa. nasceu naquela cidade.

Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado! E todos os demais deputados também estão convidados para estarem presentes na cidade de Imbuia, na 9ª Festa Estadual do Milho Verde. O prefeito e as autoridades municipais estão convidando e, certamente, será motivo de alegria termos o maior número de deputados na nossa cidade.

Deputado Joares Ponticelli, v.exa. trouxe aqui para esta tribuna, há algumas semanas - e nós falamos sobre isso também -, o assunto do não cumprimento de uma lei estadual de 2004, que trata da obrigatoriedade da publicação da estatística da criminalidade no estado de Santa Catarina.

Curiosamente, ontem a RBS veiculou uma matéria, no *Jornal do Almoço*, que deixa claro, deputado, os motivos pelos quais não estão sendo publicados os dados da criminalidade no estado de Santa Catarina.

Eu peço que a assessoria do plenário, por gentileza, exiba esse vídeo para que todos possam acompanhar.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Sargento Amauri Soares e deputado Dagomar Carneiro, não sabemos mais nem o que devemos dizer. Para onde estamos caminhando? A casa do coronel foi assaltada; agora, foi o prédio onde guardam as informações!

Deputado Sargento Amauri Soares, o último boletim da criminalidade é do primeiro trimestre de 2008. Nós estaremos terminando, na semana que vem, o primeiro trimestre de 2010. Faz dois anos que não publicam, porque se publicarem a casa cai! Nós nos assustamos com o número de homicídios, mas o pior são os casos de furto, roubo, sequestro relâmpago. É isso está envolvendo milhares de catarinenses todos os dias sem solução. Por isso que eles não divulgam mais.

E agora dizem que o local onde guardam as informações foi assaltado. É a farra do banditismo em Santa Catarina! Quanto ao secretário, se telefonarem para lá agora, verão que está em campanha em alguma região distribuindo viatura, material de campanha, santinho! É isso que está acontecendo, deputado Sargento Amauri Soares! Infelizmente, é o caos generalizado! Sua excelência está onde? Lá, desfolhando a margarida, para ver se dá Eduardo ou Dário! É assim! É a Torre de Babel instalada neste estado da insegurança generalizada. E nós aqui, batendo, pedindo, cobrando, e esse povo só pensando em voto, em campanha, em negócio.

Deputado Sargento Amauri Soares, para mim isso está cheirando a queima de arquivo! Porque o ladrãozinho, com um pedacinho de ferro daqueles, assaltar o lugar onde guardam as informações da criminalidade?! Eu não sei, não quero fazer mau juízo, mas que parece queima de arquivo, parece! Porque daqui a pouco eles vão dizer: "Olha, não dá divulgar os dados porque o ladrão levou embora"! É isso que está acontecendo!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

É uma pena termos pouco tempo para debater esse assunto, até porque teríamos outros assuntos. Até não gostaríamos de trazê-lo hoje, porque já pela própria base do governo o secretário tem sido cobrado ultimamente aqui. De forma que parece que

vamos até pegar um pouco de férias, já que a base do governo também está percebendo o óbvio.

E essa notícia chama-nos a atenção justamente pela curiosidade. Quando passamos a cobrar aqui a publicação dos dados que estão omitindo, veio a notícia de que com um pedacinho de ferro arrombaram o *bunker* da secretaria da Segurança Pública, onde estavam as informações sobre a criminalidade do nosso estado. E aí podemos imaginar, deputado, vindo por outro ângulo, que talvez as coisas não estejam boas na Segurança Pública, porque roubaram a inteligência. Afinal de contas, lá era a sede da Dini. Coitada da Dini! Furtaram a inteligência da Segurança Pública do estado de Santa Catarina. E aí nós, lamentavelmente, ficamos aqui neste final de feira assistindo a notícias tão constrangedoras para a Segurança Pública de Santa Catarina. Constrangimento é isso que nós, servidores, sentimos por essa direção que temos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, o eminente deputado representante do planalto norte catarinense, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, fiquei muito atento, na tarde de hoje, ouvindo os pronunciamentos do deputado Kennedy Nunes, do deputado Joares Ponticelli e do deputado Marcos Vieira. E ao mesmo tempo, acompanhei, deputado Reno Caramori, o relatório, parcial ainda, evidentemente, do Tribunal de Contas referentes às contas de 2008 do governo do estado. E não é difícil constatar que os pronunciamentos que foram feitos nesta tarde, com referência à Segurança Pública, ou com referência à insegurança em Santa Catarina, remete-nos, no mínimo, a refletir sobre o que dizem os números na aplicação de recursos, ou seja, investimentos na Segurança Pública.

Deputado Reno Caramori, segundo o relatório do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, que, para mim, é uma instituição que faz um trabalho sério, pelos seus técnicos e conselheiros, em 2008 a queda da aplicação dos recursos na Segurança Pública foi nada menos do que 84,4% em relação a 2007. Obviamente que 84,4% a menos em relação a 2007 é uma queda brutal.

E uma das razões por que está acontecendo essa insegurança toda em Santa Catarina é a falta de investimentos, aliada à ausência de um gerenciamento eficaz, técnico, gerencial, administrativo. É isso que está levando Santa Catarina ao caos, no que diz respeito à segurança.

Há menos dinheiro, menos recursos, obviamente os equipamentos estão sucateados, os colaboradores da segurança, de um modo geral, não estão sendo remunerados dignamente, os presídios que há tanto tempo deveriam ser construídos não foram construídos. E há 84,4% a menos de investimentos em 2008 em relação a 2007.

Com a agricultura, deputados, não foi diferente. Segundo o relatório do Tribunal de Contas, os investimentos na Agricultura tiveram uma queda de 75,6%, deputado Reno Caramori. E nós sabemos que a agricultura em Santa Catarina é exemplar, eficiente e traz para o estado um desenvolvimento principalmente baseado na agricultura familiar.

Mas quando o governo não tem uma política pública de investimentos num setor tão importante como a agricultura, nós só

podemos esperar por manifestações não só dos Parlamentares, mas da própria população, principalmente daquela vinculada ao setor da agricultura, que é fundamental tanto para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina quanto do Brasil.

É evidente que nós estamos vivenciando o óbito do estado com um governo que reduz os investimentos na área da agricultura, deputado Dirceu Dresch, e volto a repetir: 75,6% a menos em relação a 2007. Não podemos prosperar com tal governo.

No transporte não foi diferente, houve uma redução, uma queda de 43% em relação a 2007. Eu vou ainda evidentemente fazer um estudo mais aprofundado desses relatórios do Tribunal de Contas, das contas de 2007 e de 2008, para poder até colaborar com este órgão, que faz um trabalho exemplar, em divulgar esses dados para os prefeitos, os vereadores e para a população catarinense, porque ela merece saber para onde vai o dinheiro que é arrecadado, o dinheiro público que vem de cada contribuinte.

Ontem, sr. presidente, aprovamos aqui na Casa um projeto de lei que criou a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - Agesan. E vou ser bem sincero, reconheço que foram aprovados nomes com credibilidade junto à sociedade catarinense, a começar pelo deputado Professor Grando, que foi nosso colega nesta Casa. Mas eu pergunto: o que o governo do estado fez em sete anos, indo para o oitavo ano, em saneamento básico, mais especificamente em esgoto sanitário e estação de tratamento de esgoto?

Nós precisamos e vamos solicitar, através desta Casa, informações da Companhia Catarinense de Água e Saneamento sobre os investimentos realizados, repito, no tratamento do esgoto, porque em oito anos, sr. presidente e srs. deputados, segundo as informações que se tem, pouco foi realizado, ou seja, poucas obras foram executadas em saneamento, com relação mais precisamente ao esgoto e ao seu destino adequado.

Ora, falamos em saúde, em qualidade de vida e não investimos em saneamento! Isso é discurso para convencer aquele que não tem conhecimento, porque na prática não é o que acontece. O estado de Santa Catarina tem uma economia diversificada e, além de um povo ordeiro, trabalhador, possui suas culturas tradicionais, bem como empreendedorismo através de um empresariado ímpar, reconhecido nacional e internacionalmente.

É lamentável que em oito anos o governo sequer tenha dado atenção a essa questão. Está terminando o seu mandato e não vai prestar contas do que fez no saneamento básico, mais precisamente tratando-se de esgoto sanitário e do seu destino final.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, gostaria somente de anunciar a presença, no plenário, do vereador Adavilson Telles, o famoso Mancha, do PP. Se falarmos Adavilson, em Campos Novos, não saberão quem é, porque é conhecido por Mancha e é um grande colaborador da cooperativa de Campos Novos, a Cocam. Ele hoje nos visita, além de tratar dos interesses do município.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero anunciar também a presença de toda a equipe da jornal *Gazeta*, de Presidente Getúlio, sede da Festa do Leite. Agradeço a presença de todos, que pela manhã estiveram em meu gabinete e agora acompanham a sessão nas galerias.

Um grande abraço a toda equipe!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Quero dar boas-vindas ao vereador Mancha e a toda equipe do jornal *Gazeta*, de Presidente Getúlio. Obrigado pela presença no Parlamento catarinense.

Com a palavra o último orador inscrito, o eminente deputado caçadorenses Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente Dagomar Carneiro, srs. deputados, sra. deputada, recebemos há poucos dias um e-mail até muito curioso e não tivemos a oportunidade de trazer antes a este plenário.

É um deboche o que a matéria publicada pelo jornal *A Notícia* de hoje relata, ou seja, o drama da reconstrução das casas em Joinville. Em síntese, quase 16 meses depois das enchentes de novembro de 2008, as casas contratadas pela Cohab ainda não estão prontas.

(Passa a ler.)

"Reconstrução - Cohab deveria ter entregue cem moradias às vítimas da enchente ainda em fevereiro, mas rompimento de contrato com a empreiteira atrasou as obras.

Uma parte da casa de Cláudia Becker, moradora do Jativoca, no bairro Nova Brasília, está interditada pela Defesa Civil desde novembro de 2008, mês em que as cheias deixaram centenas de desabrigados na cidade. O piso da cozinha foi rebaixado na enxurrada, os fios ficaram expostos e o forro nunca deixou de ser ameaça.

A expectativa da família era de que, em fevereiro, ela pudesse estrear o novo lar - uma casa de R\$ 14 mil que seria entregue até o dia 12 pela Companhia de Habitação (Cohab). Mas o sonho deu lugar a uma espera que parece não ter fim. 'Não temos nenhum tipo de auxílio para sair e continuamos aqui, correndo riscos, sem ter para onde ir. Prometeram-nos uma nova casa e até agora não temos nada', desabafa.

A promessa à qual ela se refere é a construção de cem casas para os desabrigados da enchente. Em outubro do ano passado, parte das famílias beneficiadas assinou a ordem de serviço e ouviu dos responsáveis que a primeira obra estaria disponível já em fevereiro. O mês terminou e veio o balde de água fria: as moradias sequer saíram do papel.

De acordo com a diretora-presidente da Cohab, Maria Darcy Mota Beck, houve um problema com a empresa que executaria as obras. A empreiteira Roque Edgar Stori & Cia Ltda., do Paraná, levou a licitação pelo menor preço, mas não demonstrou capacidade técnica para fazer o serviço. 'Nós não podemos escolher a construtora. Essa que ganhou fez uma casa e ficou muito malfeita, com diversos problemas. Foi, então, que sugerimos que eles se desligassem', explicou a diretora, assegurando que este problema ocorreu somente em Joinville. "Não é verdade, houve atraso em todos os municípios.

(Continua lendo.)

"As cem famílias foram escolhidas pelas secretarias de Habitação e da Assistência Social. Um dos critérios principais para a seleção foi o terreno - todas deveriam

ter um terreno em seu nome. Além da Nova Brasília, bairros como Vila Nova e Paranaguamirim também não foram contemplados.

De acordo com o secretário de Habitação de Joinville, Alsione Gomes de Oliveira Filho, a Prefeitura não pode se responsabilizar pelo atraso, já que as obras serão de responsabilidade da Cohab, com o governo federal. 'As pessoas nos procuram, mas nós só podemos informar os motivos do atraso. Na verdade, a Cohab está cumprindo os prazos dentro do possível. Nossa única tarefa nisso foi encaminhar os cadastros das famílias', disse. "[sic]

Senhores deputados, assim não dá. O bom seria se comparássemos com as atitudes do governo de 1983 e 1984, quando imediatamente o então governador Esperidião Amin tomou as devidas providências deixando tudo de lado, as coisas de menor emergência, para socorrer as regiões atingidas, o que o povo catarinense jamais esquecerá.

Atitudes firmes, de governo, de administrador e não eleitoreiras. Passou a enchente e a situação continua. O que vamos fazer? Deputado Silvio Dreveck, o poder de barganha é muito grande. Nós estamos cansados de saber que empresas sem a menor capacidade técnica levam as concorrências, ganham as licitações, não só na questão das casas, mas das obras rodoviárias etc. E lá na nossa região as empreiteiras com capacidade param as obras porque o governo não paga.

Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. tem usado a tribuna frequentemente mostrando as falhas promessas deste governo, e nós não queremos criticar, mas as constatações, deputado Silvio Dreveck, são diárias, por onde nós passamos há reclamação.

O deputado Romildo Titon há poucos dias assomou a esta tribuna com muita razão mostrando a situação das rodovias do vale do Rio do Peixe, um homem do governo, mas inteligente, que sabe das coisas e que também não pode encobrir, porque não há mais como encobrir o desleixo que está acontecendo em todo o estado.

Então, mais uma vez nós recebemos um e-mail. Eu não vou declinar o nome da pessoa que o encaminhou porque não interessa e até ela pediu isso sob pena de ser perseguida. Mas é importante que nós, desta Casa, possamos levar as informações cada vez mais à comunidade catarinense.

Isso não é possível! O que está acontecendo realmente é um deboche. As vítimas da enchente ainda não receberam a menor condição de moradia, ainda estão aguardando para que o governo resolva socorrê-las. Pode haver outra enchente e essas pessoas continuam sem os seus lares, sem as suas casas, na expectativa de arrumarem um imóvel aqui, outro ali, conseguindo donativos. E elas continuam aguardando um local para se instalar.

Vamos ver se o governo toma alguma atitude para esse povo, que é decente. As atitudes de governo é que não são decentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o sr. deputado Adherbal Deba Cabral, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, demais srs. deputados presentes hoje aqui na Assembleia Legislativa, catarinenses que nos ouvem e assistem pela TVAL, neste momento tão

importante para nós catarinenses, em que estamos juntos aqui eu, o deputado Dagomar Carneiro e os deputados que representam a região do alto vale do Itajaí, queremos ser solidários com a população de Bombinhas, de Porto Belo com referência ao segundo acesso àqueles balneários.

Nós temos em mãos um panfleto em que todas as entidades empresariais, comunitárias, representativas de Bombinhas, estão pedindo o segundo acesso, pois o referido município já cansou de esperar na fila.

Já assomamos a tribuna por diversas oportunidades para solicitar que o governo do estado, através do secretário da Infraestrutura, pudesse iniciar aquela obra o mais rápido possível. Nós sabemos que a obra empacou na famosa licença ambiental, a qual hoje está prejudicando milhares de pessoas, não só turistas, mas também moradores que precisam desse segundo acesso. Praticamente o antigo acesso, que hoje é utilizado, é todo de barro. Essa é uma campanha pelo sagrado direito de ir e vir sem fila.

Por isso, muitas vezes os turistas, os moradores de Bombinhas e de Porto Belo levam mais de seis horas na fila para sair ou adentrar ao município.

Assim, neste momento, nós, deputados que representamos aquela região, estamos solidários com a associação empresarial tanto de Bombinhas como de Porto Belo, ou seja, com todos aqueles que estão lançando esse movimento em favor do segundo acesso de Bombinhas.

Gostaria, nesta oportunidade, de fazer um agradecimento ao ministro dos Portos, que amanhã estará em Itajaí, às 12h, onde será inaugurada uma nova estrutura no porto de Itajaí. Esperamos que amanhã possamos ter novidades com referência à dragagem dos 14m dos portos de Navegantes e de Itajaí.

Temos certeza de que foi um trabalho árduo do governo do estado, dos deputados estaduais e da frente parlamentar, para que os portos de Navegantes e de Itajaí possam ter o seu acesso aumentado, hoje tem por volta de 11m e que passará a ter 14m. E sem essa estrutura, sem esse aprofundamento do canal do porto de Itajaí, nós vamos ter muitos problemas.

Hoje estava conversando com o deputado Carlos Chiodini sobre o fraco movimento dos nossos portos, como o caso do porto de São Francisco do Sul que no mês de fevereiro teve um faturamento de aproximadamente R\$ 3,5 milhões e hoje deverá ficar por volta de R\$ 1,5 milhão. Então, temos que dar aos nossos portos estrutura para que possamos concorrer com os demais portos catarinenses e brasileiros.

Gostaria de agradecer não só ao governador Luiz Henrique da Silveira, mas também ao secretário da Segurança Pública que tem sido muito criticado nesta tribuna, que está liberando duas viaturas para as companhias da Polícia Militar, do Balneário de Piçarras e de Penha. São reivindicações feitas há mais de dois anos que estão sendo atendidas esta semana pela secretaria da Segurança Pública.

Quero aproveitar também para fazer um pedido ao secretário da Segurança Pública para que apresse a licitação da construção do presídio de Itajaí, pois hoje estamos com superlotação. O presídio tem capacidade para 200 detentos e hoje tem mais de 600.

Além disso, secretário Ronaldo Benedet, v.exa. tem feito não tudo aquilo que nós queremos, mas um excelente trabalho como secretário da Segurança Pública. Por isso, pedimos para que apresse também o

término da construção da penitenciária de Itajaí.

É outra obra importantíssima em termos de segurança pública para os 11 municípios da foz do Itajaí. Obra esta que está bem adiantada e que pretendemos inaugurar por volta do mês de julho deste ano, para que possamos abrigar detentos que estão em outras penitenciárias de Santa Catarina, como é o caso de Chapecó.

Hoje tivemos a oportunidade, na comissão de Segurança Pública, de receber os dois vereadores que fazem parte daquela comissão, quando estava presente também o deputado Sargento Amauri Soares, que a presidiu. Oportunidade em que discutimos os problemas sérios que temos na penitenciária de Chapecó. Esperamos que a secretaria da Segurança Pública e a secretaria de Cidadania também possam resolver aqueles problemas, porque a penitenciária de Chapecó agrega diversos apenados. E com a inauguração da penitenciária de Itajaí nós teremos vagas para 360 presos já condenados, cumprindo pena, que deverão ser aqueles presos da região da foz do Itajaí. E realmente vai atender a uma reivindicação de todos os Consesgs da região, das associações empresariais, do conselho penitenciário, que tem lutado, tem-se organizado e trabalhado em prol de uma melhoria.

Então, é muito importante que

apressemos a construção do novo presídio de Itajaí, que vai melhorar muito a segurança pública e a situação dos presos que hoje estão sendo colocados numa estrutura que não é suficiente, que foi construída para abrigar 200 presos e que abriga mais de 600.

O próprio juiz de Direito de Itajaí agiu corretamente em não deixar mais nenhum preso para o presídio de Itajaí.

Hoje, vemos também é que as cadeias da nossa região, como Navegantes, Penha, Balneário de Piçarras, Camboriú e Itapema, estão superlotadas. Eram locais para abrigar três ou quatro presos, mas temos casos lá de dez, doze presos enjaulados nas delegacias de Polícia.

Então, é muito importante que procuremos agilizar a construção da penitenciária e do presídio de Itajaí, para que possamos melhorar a segurança pública e a situação dos nossos presos, para que os nossos juizes de Direito possam condenar e ter um local adequado, mais perto da residência da família do preso. Nós vamos procurar trazer o preso de volta à sociedade tendo condições de dar uma melhoria na situação do preso.

Sabemos que, hoje, na nossa região, temos em construção, e já foi inaugurado, o presídio de Brusque dando uma melhor condição àquela região. Estamos inaugurando a partir do mês que vem o presídio de Barra Velha.

Então, a nossa região está começando a ser bem estruturada em termos de segurança pública com um atendimento melhor ao condenado, ao penado, àquele que vai cumprir a sua pena.

Agradeço aos nobres deputados por estarem sempre apoiando as reivindicações da foz do Itajaí.

Quero aproveitar também para parabenizar o nosso diretório municipal do PMDB pela prévia que será realizada no dia 27 de março. Temos dois candidatos, duas pessoas que estão pleiteando a vaga de candidato a candidato a governador. Esperamos que com isso o PMDB se fortaleça, o partido mantenha a integridade. É o nosso desejo que quem for o escolhido procure conversar com a triplíce aliança para que possamos dar continuidade a esse trabalho que vem sendo realizado em Santa Catarina durante esses anos.

Muito obrigado!
(SEM REBISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 175, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **ANA LUCIA COELHO MIGNONI BOTELHO**, matrícula nº 1104, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica - Consultoria, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de março de 2010 (Consultoria Legislativa).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 176, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **SAMIR MACHADO**, matrícula nº 2198, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefe da Seção de Revisão, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de março de 2010 (Consultoria Legislativa).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 177, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de*

Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **ROSSANA MARIA BORGES ESPEZIN**, matrícula nº 5280, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 178, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,*

Art. 1º NOMEAR o servidor **GUTIERES BARON**, matrícula nº 5361, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 179, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e*

seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **ALEXANDRE JOSE BACK**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 180, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **ELIAS AMARAL DOS SANTOS**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 181, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **ALBERTO CECHETTO BECK**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 182, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **DEYSE APARECIDA FERREIRA**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 183, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **FABIOLA FERREIRA DE MACEDO**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 184, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **ALLAN DE SOUZA**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 185, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **MARIA HELENA SARIS**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 186, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **DELUANA BUSS**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 187, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **AUGUSTO CESAR FERREIRA**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Programador, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 188, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **MARCIO WELTER**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Programador, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 189, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **ANDERSON AILTON BARBOSA**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Programador, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 190, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **JULIANO DA COSTA AZEVEDO**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico em Hardware, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 191, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **DANIEL DOMINGOS DE SOUZA**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico em Hardware, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 192, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **LUIZ FERNANDO NUNES DA SILVA**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de Som, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 193, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **DIEGO VIEIRA DE SOUZA**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado

em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 194, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **LUCIAN FELIPPE GOULART CHAUSSARD**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 195, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **FABIO SOUSA QUEIROZ**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 196, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **MAURI SILVEIRA DA SILVA**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 197, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **LUIS GUILHERME SELLA RIGONI**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 198, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **MARIVANIA PISSI**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 199, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **RODRIGO MACHADO CARDOSO**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de Estúdio e Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 200, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **CARLOS RENATO DOS SANTOS**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de

Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de Estúdio e Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 201, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **MARIO CECETTO MACHADO PACHECO**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de Estúdio e Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 202, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **LUCAS GABRIEL DINIZ**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de Estúdio e Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 203, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **GUSTAVO DZIS GIACOMINI**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de Estúdio e Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 204, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de Estúdio e Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 205, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **MAURO SANTOS DE VARGAS**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na CGP - Coordenadoria de Eventos.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 206, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR a servidora **VIVIANE CAMARGOS DE SOUSA**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na CGP - Coordenadoria de Eventos.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 207, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **RAFAEL GHISI DUTRA**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico

Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na CGP - Coordenadoria de Eventos.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 208, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,*

Art. 1º NOMEAR o servidor DOUGLAS SALEM, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na CGP - Coordenadoria de Eventos.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 209, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,*

Art. 1º NOMEAR a servidora LAURA CELESTE JAEGER GUBERT, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na CGP - Coordenadoria de Eventos.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 210, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,*

Art. 1º NOMEAR a servidora JULIANE GONCALVES ROCHA, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na CGP - Coordenadoria de Eventos.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 211, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0371/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora ANGELA MARIA BACK KOERICH, matrícula nº 2038, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-41, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 08 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 212, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0323/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora CRISTIANI LUCHI SILVEIRA, matrícula nº 1502, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-43, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 03 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 213, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0373/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora JANETE MARIA BARTHOLOMEU MONTEIRO, matrícula nº 1964, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-42, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 08 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 214, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0385/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora MARIA CELESTE FERREIRA MONTEIRO, matrícula nº 1389, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-42, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 09 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 215, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0401/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora BERNARDETE COELHO, matrícula nº 1297, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-43, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 10 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 216, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0381/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora **SONIA REGINA DA SILVA SALUM**, matrícula nº 1924, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-42, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 09 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 217, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0383/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **ANTONIO CARLOS MORRO**, matrícula nº 1359, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-42, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 09 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 218, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0391/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora **NEIDE ADALGIZA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1113, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-43, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 09 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 219, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0325/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO a servidora **MARILU LIMA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1531, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e do código do cargo em comissão, PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 220, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0390/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR ao servidor **AMILTON GONÇALVES**, matrícula nº 1448, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 09 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 221, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0254/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **AUGUSTA JUST MILANEZ**, matrícula nº 0994, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos na forma da lei.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 222, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0038/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **INES MAY PEREIRA**, matrícula nº 2014, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 223, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0292/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **RITA DE CASSIA VIEGAS DE CERQUEIRA CINTRA**, matrícula nº 0878, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 224, de 18 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0062/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **ANDRE LUIZ PACHECO FURTADO**, matrícula nº 0975, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1720ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1720ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento ao Colegiado dos assuntos originários da Procuradoria, tratados na reunião da Mesa do dia 17/03/10. 1) Processo em Regime de Vista: Comunicação Interna nº 04/2010 - 18/02/2010, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "Pagamento de Insalubridade", aprovado por maioria voto da relatora Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0385/10, de Maria Celeste Ferreira Monteiro; Processo nº 0391/10, de Neide Adalgiza de Oliveira e Processo nº 0325/10, de Marilu Lima de Oliveira. 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0383/10, de Antonio Carlos Morro; Processo nº 0401/10, de Bernardete Coelho; Processo nº 0361/10, de Carlito Cardoso da Silva e Ofício nº 016/CPSP/2010 - 08/03/2010, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "Solicita esclarecer a legislação autorizativa para agregação". 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0180/10, de Fábio da Silva Freitas; Processo nº 0181/10, de Egon Bento Baum; Processo nº 0182/10, de Eliana Kruscinski de Oliveira; Processo nº 0132/10, de Lucila Demeneck Antunes e Ofício nº 693/2010/GABS/SEA de 24/02/2010, Interessado: José Nei Alberton Ascari - Secretário de Estado da Administração de SC "Projeto de Implementação do Serviço de Produção do Livro Digital Acessível, da Fundação Catarinense de Educação Especial". 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0371/10, de Angela Maria Back Koerich; Processo nº 0416/10, de Ademir Gassmann; Comunicação Interna nº 010/2010 de 04/03/2010, Interessado: Deputado Rogério Mendonça "solicita remessa questionamento "Contribuição Sindical Rural"; Ofício GPLMS nº 038/2010 de 03/03/2010, Interessado: Deputado Lício Mauro da Silveira "materiais para a Associação de Moradores do Bairro Areias de Baixo - do Município de Governador Celso Ramos". Continuando, retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. José Buzzi o Ofício nº 001/2010/CPAP - 10/03/2010, Interessado: Coordenador de Planejamento e Avaliação de Pessoal da ALESC "Consulta de Humberto Machado Filho, aprovado no Concurso da ALESC". 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0394/10, de Neuso Straginski; Processo nº 0395/10, de Michel Angelo Peixoto; Processo nº 0390/10, de Amilton Gonçalves e Processo nº 0381/10, de Sonia Regina da Silva Salum. 7) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0417/10, de Marcos Graff Cesar; Processo nº 0418/10, de Diogenes Domingos Grigolo e Processo nº 397/10, de Diego Nunes. 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0405/10, de Albino Teixeira. Continuando, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0420/10, de Paulo Eliseu Santos; Processo nº 0323/10, de Cristiani Luchi Silveira e Processo nº 0373/10, de Janete Maria Bartholomeu Monteiro. 9) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0396/10, de Marcelo dos Reis e Processo nº 0393/10, Azuir Adílio do Nascimento. 10) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0392/10, Cintia Mara Sché Viegas; Consulta - Of. CL nº 100/2010 de 12/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão, aquisição de 800 doses de vacinas contra a gripe". Continuando, Ofício nº 028/2010/GAB.MM em 03/03/2010, Interessado: Deputado Estadual Manoel Mota - PMDB "Reenquadramento da servidora Izete Silva, matrícula nº 20318", aprovado parecer do relator pelo desconhecimento do pedido. Esgotada a

pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e cinco (25) de março. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 17 de março de 2010.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO SIMULTÂNEA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E SEGURANÇA PÚBLICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

As quinze horas do dia dezessete de março de dois mil e dez, sob a Presidência dos Senhores Deputados Romildo Titon, Marcos Vieira, Joares Ponticelli e Sargento Amauri Soares, com a presença dos demais Deputados: Elizeu Mattos, Décio Góes, Dirceu Dresch, Antônio Aguiar, Professora Odete de Jesus, Aderbal Deba Cabral em substituição ao Deputado Manoel Motta, Silvio Dreveck e Pedro Uczai, Kennedy Nunes e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos ficou acordado que o Projeto de Lei nº 0056.6/10 e os Projetos de Lei Complementar nºs 0003.0/10 e 0004.0/10, serão analisados de forma simultânea pelas comissões reunidas, ficam em regime de vista coletiva inclusive para proposta de emendas e serão apreciados no âmbito das comissões no próximo dia 24 do corrente mês.

Nada mais havendo a tratar, os Presidentes agradeceram a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de março de 2010

Deputado Romildo Titon
Comissão de Constituição e Justiça
Deputado Marcos Vieira
Comissão de Finanças e Tributação
Deputado Joares Ponticelli
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Deputado Sargento Amauri Soares
Comissão Segurança Pública

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2010

OBJETO: Aquisição de 800 (oitocentas) doses de vacina contra gripe, mono-dose, dose adulta e individual seringa preenchida.

DATA: 30/03/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 30 de março de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 17 de março de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 320, de 18 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 161, de 25 de fevereiro de 2010, que nomeou CHARLES EVERSON NICOLEIT. Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 321, de 18 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CHARLES EVERSON NICOLEIT, matrícula nº 5973, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2010 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 322, de 18 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 007/2010.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2170	Jose das Neves Filho	
0947	Valter Euclides Damasco	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 323, de 18 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio	Processo nº
2041	Azuir Adilio do Nascimento	02/02/05 01/03/10	0393/10
2537	Cintia Mara Sche Viegas	02/03/05 01/03/10	0392/10
1891	Lucila Demeneck Antunes	02/02/05 01/02/10	0132/10
1788	Paulo Eliseu Santos	04/03/05 03/03/10	0420/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 324, de 18 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora DENISE DA SILVA, matrícula nº 2124, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, na Comissão de Saúde.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 325, de 18 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde das servidoras abaixo relacionadas:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1529	Maria da Graça Cardoso	30	05/03/10	0492/10
0675	Margaret Bittencourt	30	05/03/10	0493/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 326, de 18 março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Fabio da Silva Freitas	5356	3%	3%	01/02/10	0180/2010
Egon Bento Baum	5218	3%	3%	01/02/10	0181/2010
Eliana Kruscinsk de Oliveira	5335	3%	3%	01/02/10	0182/2010
Neuso Straginski	5436	3%	3%	06/03/10	0394/2010
Michel Angelo Peixoto	5421	3%	3%	06/03/10	0395/2010
Marcelo dos Reis	5415	3%	3%	06/03/10	0396/2010
Diego Nunes	5413	3%	3%	06/03/10	0397/2010
Marcos Graff Cesar	1729	3%	33%	07/03/10	0417/2010
Diogenes Domingos Grigolo	1722	3%	33%	07/03/10	0418/2010

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 327, de 18 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER, matrícula nº 1571, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, na DL/CE - Gerência de Redação.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 328, de 18 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 008/2010.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2170	Jose das Neves Filho	
2543	Juçara Helena Rebelatto	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 329, de 18 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor ALBERTO JOSÉ SILVEIRA DE SÁ, matrícula nº 1268, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, AIDA CUNHA DE OLIVEIRA, que se encontra em fruição de licença-prêmio por duzentos e cinquenta e quatro dias, a contar de 17 de março de 2010 (CC - Comissão de Saúde).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 057/10

Declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Basquetebol em Cadeira de Rodas, de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Federação Catarinense de Basquetebol em Cadeira de Rodas, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 17/03/10

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Federação Catarinense de Basquetebol em Cadeira de Rodas, com sede no município de Balneário Camboriú.

Diante da relevância dos propósitos em que se pauta a referida entidade, que tem por finalidade desenvolver, orientar e difundir no território do Estado de Santa Catarina a prática do basquetebol em cadeira de rodas, pugnando pelo progresso de suas filiadas com vistas à melhoria da qualidade da prática desportiva, bem como promover a realização de cursos técnicos de basquetebol em cadeira de rodas, dentre outras, solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 058/10

Obriga os restaurantes, bares, lanchonetes, cantinas, bufês, confeitarias, padarias, rotisseries e quaisquer estabelecimentos que comercializam e entregam em domicílio alimentos para o pronto-consumo, a identificar os alimentos expostos, indicando seus respectivos ingredientes.

Art. 1º Ficam os restaurantes, bares, lanchonetes, cantinas, bufês, confeitarias, padarias, rotisseries e quaisquer estabelecimentos que comercializam e entregam em domicílio alimentos para o pronto-consumo, obrigados a identificar os alimentos comercializados indicando seus respectivos ingredientes, considerando a necessidade de pessoas com hipersensibilidade alimentar e com intolerância alimentar de identificar os alérgenos, substâncias que desencadeiam a alergia.

§ 1º A identificação de que trata o *caput* deverá ser feita mediante a colocação de cartões, plaquetas ou similares em frente aos recipientes que contêm o alimento e em cardápios de mesa, e os afixados em local visível e legível a todos os consumidores, bem como em cardápios expostos em *homepage* na internet.

§ 2º Devem ser identificados desde o alimento base, complementos, temperos até o tipo de gordura usada para confecção do alimento.

§ 3º No caso de alimentos contendo salsicha, presunto e similares, deve-se especificar o tipo da carne empregada na sua confecção.

§ 4º O manejo e a acomodação dos diversos tipos de carnes, em relação às louças, recipientes e talheres, devem ser separados.

Art. 2º O descumprimento desta Lei sujeita o infrator à multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), acrescido de duas vezes o valor do item mais caro do cardápio ou similar do estabelecimento.

§ 1º A cada reincidência, o valor da multa será aplicado em dobro, triplo, quádruplo e assim sucessivamente.

§ 2º Nos casos de comercialização exclusiva a quilo ou livre, será cobrado o valor do quilo.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de cento e oitenta dias para que os estabelecimentos se adaptem às disposições desta Lei.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei será feita pela Secretaria de Estado da Saúde, que deverá observá-la no ato de suas inspeções.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Décio Góes

Lido no Expediente

Sessão de 17/03/10

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei determina que os restaurantes, bares, lanchonetes, cantinas, bufês, confeitarias, padarias, rotisseries e estabelecimentos similares devem identificar os alimentos expostos, indicando seus respectivos ingredientes

A proposta está baseada na necessidade de pessoas com hipersensibilidade alimentar (alérgicas) e com intolerância alimentar de identificarem os alérgenos (substâncias que desencadeiam a alergia).

As reações ocasionadas pela ingestão dessas substâncias são diversas, dependendo do grau da alergia, as mais comuns são: náuseas, vômitos, diversos tipos de erupções na pele, inchaço de todo o corpo ou partes, dores no corpo, problemas no aparelho respiratório, diarreias, podendo levar os alérgicos a ficarem internados ou até mesmo sofrerem reações anafiláticas que podem ser fatais.

Situações graves como essas devem ser evitadas por meio da correta informação sobre os alimentos a serem ingeridos. Este projeto de lei não deve ser visto como uma obrigação, algo que impõe e pune, mas um ato de responsabilidade social e coletiva e um dever para com um grupo de pessoas que necessitam de atendimento diferenciado.

Esta iniciativa vem para complementar as já existentes, como no caso dos produtos industrializados que têm que especificar cada ingrediente usado. Imaginem quando uma pessoa possui alergia a diversos tipos de alimentos, que tem que fazer diversas perguntas. A fila empaca, as pessoas ficam nervosas, não são solidárias, não compreendem os problemas dos alérgicos, por não saber das implicações. Enfim, os constrangimentos são vários, mas nada comparado às reações sentidas pelos alérgicos após consumirem os alimentos que lhes provocam a alergia. Tudo isso pode ser evitado por uma simples especificação dos ingredientes.

Sem informações adequadas sobre os produtos que estão adquirindo, os catarinenses são obrigados a sempre questionar sobre os ingredientes que compõem os alimentos que irão ingerir o que causa constrangimento e insegurança, uma vez que estas informações nem sempre são precisas ou corretas. Garantir as informações obrigatórias permite mais segurança a todos.

Algo que já é obrigatório para outros segmentos alimentares e que viria ampliar e complementar as leis que existem. O presente projeto de lei não é uma novidade na legislação brasileira, existindo normas em outras unidades da Federação com o mesmo objetivo.

Hoje, temos a necessidade e a urgência de aprovar esse projeto, tendo em vista o crescimento de casos de hipersensibilidade alimentar e intolerância alimentar e das reações causadas pelos alérgenos.

Desta forma, considerando o exposto, conto com o acolhimento dos Senhores Deputados para que a presente proposição, após a tramitação e aprovação nesta Casa Legislativa, seja sancionada pelo Senhor Governador do Estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 059/10

Declara de Utilidade Pública a Cruz Vermelha Brasileira, Filial Municipal de Navegantes.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a Cruz Vermelha Brasileira, Filial Municipal de Navegantes, com sede e foro na cidade e Comarca de Navegantes.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 17/03/10

JUSTIFICATIVA

A Cruz Vermelha Brasileira, Filial Municipal de Navegantes, é uma associação civil com personalidade jurídica independente e sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

Tendo em vista que a associação da Cruz Vermelha Brasileira é uma entidade de utilidade pública internacional, assim reconhecida pelo Decreto Federal nº 9.620, de 13 de junho de 1912, a Cruz Vermelha Brasileira, Filial Municipal de Navegantes poderá, na hipótese de ocorrência de calamidades em outros municípios e estados da Federação e/ou países, captar e enviar recursos especificamente para tais fins, encaminhando-os para a Filial Estadual de Santa Catarina ou para entidades congêneres no Estado ou para aquela associação, a fim de serem enviados para referidos países, de conformidade com o estabelecido nas Convenções de Genebra e nos últimos Estatutos da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

A Cruz Vermelha Brasileira - Filial Municipal de Navegantes, do Estado de Santa Catarina, tem por finalidade prevenir e atenuar os sofrimentos humanos com total imparcialidade, sem distinção de raça, nacionalidade, sexo, nível social, religião e opinião política, podendo sua atuação, em determinados casos, estender-se além do território nacional.

Sua Missão Compreende:

I. Agir, em caso de guerra, e prepara-se, na paz, para atuar em todos os setores abrangidos pelas Convenções de Genebra e em favor de todas as vítimas de guerra, tanto civis como militares;

II. Contribuir para a melhoria de saúde, a prevenção de doenças e o alívio do sofrimento, através de programas de treinamento e de serviços que beneficiem a comunidade, adaptados às necessidades de peculiaridades nacional e regionais, podendo também, para isso, criar e manter cursos regulares, profissionalizantes e de nível superior;

III. Organizar, dentro do plano municipal, serviços de socorro de emergência às vítimas de calamidade, seja qual for sua causa;

IV. Recrutar, treinar e aplicar o pessoal necessário às finalidades da instituição;

V. Incentivar a participação da comunidade em geral, especialmente crianças e jovens, nas atividades da instituição;

VI. Divulgar os princípios humanitários da Cruz Vermelha a fim de desenvolver na população os ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre todos os homens e todos os povos.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela "Cruz Vermelha Brasileira, Filial Municipal de Navegantes", solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 060/10

Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação a Vida - Cervida localizado no município de Vidal Ramos.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Recuperação a Vida - Cervida, com sede e foro no Município e Comarca de Vidal Ramos.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado Cesar Souza Junior

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/10

JUSTIFICATIVA

Submetemos a douta consideração de Vossas Excelências Projeto de Lei que visa Declarar de Utilidade Pública o Centro de Recuperação a Vida, com sede no município de Vidal Ramos.

Diante da relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, conforme termos instituídos em seu estatuto e para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente, solicito o acolhimento da presente proposição pelos respectivos pares.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 003/10**

Institui a Semana de Valorização dos Artesãos.

Art. 1º Fica instituída a Semana de Valorização dos Artesãos catarinenses, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de março, na Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. A Semana de que trata o caput tem por finalidade possibilitar a exposição dos trabalhos dos artesãos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Cesar Souza Junior

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/10

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, a presente proposição tem por objetivo instituir a Semana de Valorização dos Artesãos catarinenses, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de março, na Assembleia Legislativa.

Neste ano, por sugestão deste Deputado e com aquiescência da Mesa, foi realizada nesta Casa, com a participação de 112 artesãos, a 1ª exposição dos trabalhos dos artesãos.

A escolha da terceira semana do mês de março para instituir a Semana de Valorização dos Artesãos catarinenses dá-se em razão de que no dia 19 de março de cada ano comemora-se o dia mundial dos artesãos.

O artesanato catarinense é rico e diversificado e retrata a genialidade e a beleza que surge das mãos desses profissionais e artistas que com a sua dedicação e empenho não deixam acabar tradições e legados culturais.

Por todo o exposto, peço aos senhores Deputados a aprovação da presente medida.

Deputado Cesar Souza Junior

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 120/08**

Autoriza o Governo do Estado a criar o Programa de Compensação de Carbono para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa geradas por todos os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta e dos demais Poderes do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a criar, no âmbito estadual, o Programa de Compensação de Carbono para a neutralização total ou parcial das emissões de gases de efeito estufa geradas por todos os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta e dos demais Poderes do Estado.

Parágrafo único. O Programa referido no caput deverá prever que os órgãos do Poder Público, ao adquirirem novos veículos ou qualquer outro equipamento, priorizem aqueles com nenhuma ou com a menor emissão de carbono possível, como forma de reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

Art. 2º No prazo de 12 (doze) meses da data da publicação desta Lei, todos os órgãos do Poder Público estadual deverão realizar e concluir o inventário de suas emissões de dióxido de carbono.

Art. 3º As emissões de gases de efeito estufa geradas pelos órgãos do Poder Público estadual deverão ser reduzidas de acordo com metas a serem definidas e projetos de compensação de tais emissões.

Art. 4º Os órgãos competentes dos respectivos Poderes, com o auxílio de instituições técnicas públicas ou privadas, emitirão parecer anual sobre as emissões de carbono dos órgãos públicos e dependências, com relatórios sobre o andamento dos projetos para compensação destas emissões.

Art. 5º O Programa poderá também contar com recursos doados de instituições, organizações e entidades nacionais e internacionais.

Art. 6º As despesas decorrentes da implementação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de março de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PL/0163.8/2008

O Projeto de Lei nº 0163.8/2008 passa ter a seguinte redação:
"PROJETO DE LEI N.0163.8/2008

Autoriza o Governo do Estado a instituir Fundo de Custeio da Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas e adota outras providências.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo estadual autorizado a criar o Fundo de Custeio da Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas destinado à recuperação e ao desenvolvimento ambiental dos perímetros urbanos dos municípios catarinenses, por meio do custeio de projetos de plantio de árvores com vistas a atingir o maior número de municípios.

§ 1º Serão custeados prioritariamente projetos a serem desenvolvidos em áreas urbanas habitadas que não perçam 12 m² de área verde arborizada por habitante, assim como aqueles a serem implantados em áreas de alto índice de edificação e de impermeabilização do solo.

§ 2º O Fundo de que trata o *caput* vincula-se ao Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e receberá suporte técnico e administrativo por intermédio de departamento estruturado para este fim.

Art. 2º São receitas do Fundo ora instituído:

I - dotação orçamentária anual e os créditos suplementares correspondentes;

II - créditos adicionais que lhe sejam destinados;

III - auxílios, doações e contribuições de qualquer natureza;

IV - transferência de recursos, mediante convênios ou ajustes com entidades de direito público interno ou organismos privados nacionais e internacionais;

V - rendimentos, acréscimos, juros e demais frutos decorrentes da aplicação de seus recursos ou do produto de operações financeiras;

VI - outras receitas não especificadas destinadas à implantação e desenvolvimento de seus programas; e

VII - receitas decorrentes da alienação de certificados de redução de emissão de carbono.

Art. 3º A utilização dos recursos do Fundo será feita de conformidade com as normas e competências dos sistemas de administração financeira e orçamentária do Estado.

Art. 4º O Fundo será administrado por um Conselho Gestor composto por nove membros, designados pelo Governador, e dele sendo seu membro nato o Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, que o presidirá com direito a voto de qualidade.

Parágrafo único. As atividades do Conselho Gestor serão reguladas por um regimento interno, o qual será fixado por decreto, a partir de proposta elaborada pelos Conselheiros e submetida ao Governador.

Art. 5º Compete ao Conselho Gestor analisar, diligenciar e deliberar quanto às postulações de custeio de projetos com recursos do Fundo de Custeio da Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas.

Art. 6º O Fundo poderá financiar projetos propostos por órgãos públicos ou entidades privadas, sendo que o limite máximo de financiamento com recursos do Fundo será de 60% (sessenta por cento) do custo total estimado para o implemento do mesmo.

§ 1º É vedado o aditamento contratual cujo objeto seja aumentar o valor de custeio originalmente aprovado.

§ 2º É vedada a concessão de novo custeio para complementar projeto já custeado pelo Fundo ou por qualquer outro ente público ou privado.

§ 3º Para um mesmo ente público ou privado não serão custeados concomitantemente dois ou mais projetos.

§ 4º Poderão ser admitidos projetos de arborização em áreas verdes já implantadas desde que comprovadamente resultem em ampliação mínima correspondente, ou superior, a cinquenta por cento da área de árvores plantadas já existentes no local.

§ 5º Mediante ajuste prévio, o Fundo poderá custear projetos novos de ampliação de áreas urbanas arborizadas, em conjunto com outros entes públicos ou privados.

Art. 7º O custeio de projetos pelo Fundo será formalizado em instrumento próprio, sendo que a transferência será obrigatoriamente em parcelas, e uma liberação será sempre precedida de comprovação do integral cumprimento da etapa antecedente e da integral aplicação dos recursos na sua execução.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 9º As despesas decorrentes do implemento desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,

Dep. Dionei Walter da Silva

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 09/03/2010

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 10/03/2010

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 163/08

Autoriza o Governo do Estado a instituir Fundo de Custeio da Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo estadual autorizado a instituir o Fundo de Custeio da Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas destinado à recuperação e ao desenvolvimento ambiental dos perímetros urbanos dos municípios catarinenses, por meio do custeio de projetos de plantio de árvores com vistas a atingir o maior número de municípios.

§ 1º Serão custeados, prioritariamente, projetos a serem desenvolvidos em áreas urbanas habitadas que não perçam 12 m² (doze metros quadrados) de área verde arborizada por habitante, assim como aqueles a serem implantados em áreas de alto índice de edificação e de impermeabilização do solo.

§ 2º O Fundo de que trata o *caput* vincula-se ao Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e receberá suporte técnico e administrativo por intermédio de departamento estruturado para este fim.

Art. 2º São receitas do Fundo ora instituído:

I - dotação orçamentária anual e os créditos suplementares correspondentes;

II - créditos adicionais que lhe sejam destinados;

III - auxílios, doações e contribuições de qualquer natureza;

IV - transferência de recursos, mediante convênios ou ajustes com entidades de direito público interno ou organismos privados nacionais e internacionais;

V - rendimentos, acréscimos, juros e demais frutos decorrentes da aplicação de seus recursos ou do produto de operações financeiras;

VI - outras receitas não especificadas destinadas à implantação e desenvolvimento de seus programas; e

VII - receitas decorrentes da alienação de certificados de redução de emissão de carbono.

Art. 3º A utilização dos recursos do Fundo será feita de conformidade com as normas e competências dos sistemas de administração financeira e orçamentária do Estado.

Art. 4º O Fundo será administrado por um Conselho Gestor composto por 9 (nove) membros, designados pelo Governador, e dele sendo seu membro nato o Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, que o presidirá com direito a voto de qualidade.

Parágrafo único. As atividades do Conselho Gestor serão reguladas por um regimento interno, o qual será fixado por decreto, a partir de proposta elaborada pelos Conselheiros e submetida ao Governador.

Art. 5º Compete ao Conselho Gestor analisar, diligenciar e deliberar quanto às postulações de custeio de projetos com recursos do Fundo de Custeio da Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas.

Art. 6º O Fundo poderá financiar projetos propostos por órgãos públicos ou entidades privadas, sendo que o limite máximo de financiamento com recursos do Fundo será de 60% (sessenta por cento) do custo total estimado para o implemento do mesmo.

§ 1º É vedado o aditamento contratual cujo objeto seja aumentar o valor de custeio originalmente aprovado.

§ 2º É vedada a concessão de novo custeio para complementar projeto já custeado pelo Fundo ou por qualquer outro ente público ou privado.

§ 3º Para um mesmo ente público ou privado não serão custeados concomitantemente dois ou mais projetos.

§ 4º Poderão ser admitidos projetos de arborização em áreas verdes já implantadas desde que comprovadamente resultem em ampliação mínima correspondente, ou superior, a 50% (cinquenta por cento) da área de árvores plantadas já existentes no local.

§ 5º Mediante ajuste prévio, o Fundo poderá custear projetos novos de ampliação de áreas urbanas arborizadas, em conjunto com outros entes públicos ou privados.

Art. 7º O custeio de projetos pelo Fundo será formalizado em instrumento próprio, sendo que a transferência será obrigatoriamente em parcelas, e uma liberação será sempre precedida de comprovação do integral cumprimento da etapa antecedente e da integral aplicação dos recursos na sua execução.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º As despesas decorrentes do implemento desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de março de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 306/09

Cria o Programa de Reflorestamento do Pinheiro Brasileiro (*Araucaria angustifolia*) no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa de Reflorestamento do Pinheiro Brasileiro (*Araucaria angustifolia*) no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Programa de Reflorestamento do Pinheiro Brasileiro no Estado de Santa Catarina tem por objetivo garantir a perpetuação da espécie, promovendo sua conservação.

Art. 2º Os proprietários de terras que possuem *Araucaria angustifolia* localizada de forma isolada e fora da Área de Preservação Permanente - APP - poderão promover o seu aproveitamento madeireiro mediante reflorestamento, que deverá observar as seguintes condições:

I - para cada árvore explorada deverá haver 50 m² (cinquenta metros quadrados) de área de plantio florestal da espécie *Araucaria angustifolia*, efetuado sobre área de pastagens ou lavouras e fora de Área de Preservação Permanente - APP, podendo estar em consórcio com espécies nativas da Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucárias);

II - quando o reflorestamento atingir 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) de altura média e densidade mínima de 5 (cinco) araucárias a cada 50 m² (cinquenta metros quadrados) de plantio, o proprietário poderá requerer a vistoria ao órgão ambiental competente para obtenção do Documento de Origem Florestal - DOF, informando o número de árvores isoladas a serem exploradas;

III - de posse do protocolo do requerimento, o proprietário efetuará o corte das araucárias isoladas, armazenando as toras no interior da propriedade;

IV - o órgão ambiental terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o protocolo do requerimento para realizar a vistoria, que deverá levantar os seguintes dados:

a) a metragem cúbica exata da madeira em tora no pátio, a fim de fornecer o crédito para o Sistema DOF;

b) a conferência da localização dos cepos das árvores extraídas informando a coordenada UTM de cada cepo, comprovando se estão fora de área de floresta;

c) a conferência de área de plantio, informando as coordenadas UTM de cada vértice da área, possibilitando o fechamento do polígono da área reflorestada;

d) informar o Datum utilizado na obtenção das coordenadas.

§ 1º Por araucária isolada entende-se uma ou mais árvores da espécie *Araucaria angustifolia*, agrupadas ou não, localizadas em áreas antropizadas, que não se configurem como remanescentes florestais nativos conforme a legislação vigente.

§ 2º Caso a vistoria não seja realizada em até 90 (noventa) dias, fica o órgão ambiental obrigado a creditar no Sistema DOF a metragem informada pelo proprietário, não inviabilizando futuras vistorias para verificar o disposto nas alíneas "b", "c" e "d" do inciso IV deste artigo.

Art. 3º Poderá ocorrer utilização futura da área de plantio, cuja área georreferenciada deverá ficar gravada à margem da matrícula do imóvel, podendo ser contabilizada para a reserva legal.

Parágrafo único. A utilização futura da área de plantio poderá ser feita de duas maneiras:

I - manejo florestal seletivo, desta forma a área deverá permanecer com a fitofisionomia florestal, não sendo possível a entrada de gado doméstico, nem a introdução de espécies de flora exótica;

II - corte raso, neste caso deverá ser realizado novo plantio, conforme os procedimentos mencionados no art. 2º desta Lei, excetuando-se a relação de 50 m² (cinquenta metros quadrados) de área de plantio para cada árvore explorada, devendo a área do novo plantio ser igual ou maior à área explorada.

Art. 4º A destruição do plantio florestal sem a devida observação desta Lei, convertendo a área para outros usos, será enquadrada nas penalidades previstas na Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 5º Caso seja realizado o corte das araucárias sem a rígida observação desta Lei, a madeira será apreendida e leiloadada, revertendo os valores ao órgão ambiental.

Art. 6º Toda a vegetação que regenerar no interior do polígono formado pela área de plantio, seja nativa ou exótica, poderá ser utilizada mediante autorização do órgão ambiental observados os seguintes procedimentos:

I - o proprietário deverá requerer a vistoria para emissão do DOF indicando a espécie, o número de indivíduos e a referência da área reflorestada;

II - de posse do protocolo do requerimento, o proprietário efetuará o corte e armazenará o produto no interior da propriedade;

III - o órgão ambiental terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o protocolo do requerimento para realizar a vistoria, que deverá levantar os seguintes dados:

a) a metragem cúbica exata do produto no pátio, a fim de fornecer o crédito para o Sistema DOF;

b) a conferência da localização dos cepos do produto extraído, informando a coordenada UTM de cada cepo.

Parágrafo único. Caso a vistoria não seja realizada em até 90 (noventa) dias, fica o órgão ambiental obrigado a creditar no Sistema DOF a metragem informada pelo proprietário, não inviabilizando futuras vistorias para verificar o disposto na alínea "b" do inciso III deste artigo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de março de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 499/09

Altera a Lei nº 14.201, de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 14.201, de 23 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Para a execução desta Lei fica autorizada a celebração de convênios entre o Poder Executivo e a União dos Escoteiros do Brasil." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de março de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE Nº PL/0544.6/2009

A ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº 0544.6/2009 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Denomina Felix Constante Montibeller a quadra de esportes coberta, contígua à unidade escolar E.E.F. João Alberto Schmidt, no município de Vidal Ramos.

Art. 1º Fica denominada Felix Constante Montibeller a quadra de esportes coberta, contígua à unidade escolar E.E.F. João Alberto Schmidt, situada no município de Vidal Ramos".

Sala da Comissão em

Deputado Lício Mauro da Silveira

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 09/03/10

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 10/03/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 544/09

Denomina Felix Constante Montibeller a quadra de esportes coberta, contígua à unidade escolar E.E.F. João Alberto Schmidt, no município de Vidal Ramos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Felix Constante Montibeller a quadra de esportes coberta, contígua à unidade escolar E.E.F. João Alberto Schmidt, situada no município de Vidal Ramos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de março de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***